

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

LORRAINY ALVES SANTOS

**“UNIVERSIDADE SEM MUROS”: a extensão da Criminologia para além das
barreiras universitárias.**

Florianópolis
2015

“UNIVERSIDADE SEM MUROS”: a extensão da Criminologia para além das barreiras universitárias.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito. Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Regina Pereira de Andrade

Florianópolis

2015

AGRADECIMENTOS

À Vera Regina Pereira de Andrade, por todos os sorrisos cheios de boas energias que acalmaram este coração.

À minha família, pelo amor e a confiança.

À Janine e Marina, pelos cinco anos de união que não cabem em palavras.

DEDICATÓRIA

À memória de Arnaldo Xavier da Silva, eterno desmurado.

“As únicas coisas eternas são as nuvens...”

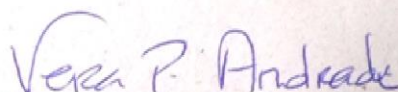
(Mário Quintana).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

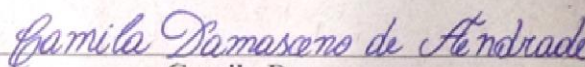
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado ""Universidade Sem Muros" a extensão da Criminologia para além das barreiras universitárias", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Lorrainy Alves Santos**, defendido em **03/12/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (Dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

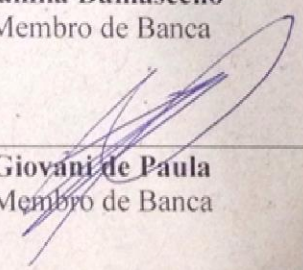
Florianópolis, 3 de Dezembro de 2015



Vera Regina Pereira de Andrade
Professor(a) Orientador(a)



Camila Damasceno
Membro de Banca


Giovani de Paula
Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): **Lorrainy Alves Santos**

RG:

CPF:

Matrícula: **11103639**

Título do TCC: **"Universidade Sem Muros" a extensão da Criminologia para além das barreiras universitárias**

Orientador(a): **Vera Regina Pereira de Andrade**

Eu, **Lorrainy Alves Santos**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 3 de Dezembro de 2015

Lorrainy Alves Santos

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa destinada a reviver a memória do projeto de extensão universitária "Universidade Sem Muros" e recontar a sua trajetória no Centro de Ciência Jurídicas desta Universidade no período que compreende os anos de 2005 a 2013. Para tanto, inicialmente, traçou-se um estudo acerca da concepção dos conceitos de universidade, extensão universitária e prisão, elementos basilares do projeto. Em seguida, buscou-se reconstruir a cronologia do projeto através do levantamento documental das atividades realizadas e da realização de entrevistas com os principais atores envolvidos. Com isso, pretende-se chamar a atenção para a dimensão do significado deste projeto, que representa a desconstrução das barreiras universitárias, promovendo interação entre universidade-prisão-comunidade, contribuindo ativamente na construção do conhecimento criminológico crítico através do contato direto com a realidade prisional catarinense, além de lutar pela garantia de direitos e cercear violências perpetradas pelo sistema prisional em Florianópolis.

Palavras-chave: “Universidade Sem Muros”; Criminologia; Universidade; Extensão; Prisão; Comunidade.

ABSTRACT

This work consists of a research to revive the memory of the extension project "Universidade Sem Muros" and recounting its history this University during the period comprising the years 2005 to 2013. For this purpose, initially, a study was done about the concepts of university, extension and prison, basic elements of the project. Then sought to reconstruct the chronology of the project through documentary survey of the activities and conducting interviews with key stakeholders. Thus, it is intended to draw attention to the scale of the significance of this project, which is the deconstruction of university barriers, promoting interaction between university-prison-community, actively contributing to build the critical criminological knowledge through direct contact with the prison reality Santa Catarina, and fight for the guarantee of rights and curtailing violence perpetrated by the prison system in Florianopolis.

Keywords: "Universidade Sem Muros"; Criminology; University; Extension; Prison; Community.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS.....	15
1.1 - A Universidade Pública e a Tríplice Crise.	16
1.2 Universidade e Extensão.	21
2. ASPECTOS GERAIS DA PENA DE PRISÃO	25
2.1 Função declarada e função real da prisão	25
2.2 Reintegração social - Ressocializar apesar da prisão.	28
2.3 Efeitos negativos da vida pós prisão - estigmatização.	32
3. UNIVERSIDADE SEM MUROS	34
3.1 Estrutura do “Universidade Sem Muros”	35
3.2 Reconstrução Histórica e atividades realizadas.....	37
3.3 Significado do Projeto	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
ANEXO I – GRUPOS DE ESTUDOS - FORMAÇÃO-AÇÃO - 2008	61
ANEXO II – GRUPOS DE ESTUDOS - FORMAÇÃO-AÇÃO – 2009	62
ANEXO III – GRUPOS DE ESTUDOS - FORMAÇÃO-AÇÃO – 2010.....	63
ANEXO IV– GRUPOS DE ESTUDOS - FORMAÇÃO-AÇÃO – 2012	64
ANEXO V – MINI CURSO - FORMAÇÃO-AÇÃO – 2013.....	65
ANEXO VI – NOTA SOBRE DEMOLIAÇÃO CENTRO EDUCACIONAL SÃO LUCAS – 2011	70
ANEXO VII – PRIMEIRA VISITA DO USM À COMUNIDADE DO MONT SERRAT	72
ANEXO VIII – TERMO DE COOPERAÇÃO SECRETARIA DO ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – 2012.....	73
ANEXO IX – TERMO DE COOPERAÇÃO SECRETARIA DO ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – 2013	79
ANEXO X – JUSTIÇA RESTAURATIVA E CONTROLE SOCIAL.....	86
ANEXO XI – SEMINÁRIO INTERNACIONAL JUSTIÇA RESTAURATIVA EM DEBATE: FUNDAMENTOS E EXPERIÊNCIAS.....	86
ANEXO XII – PROPOSTA DISCIPLINA OPTATIVA “JUSTIÇA RESTAURATIVA”.	89
ANEXO XII – LISTAS DE DESMURADOS.....	97

ANEXO XIII – LISTA INTEGRANTES DO GRUPO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA	100
ANEXO XIII – ENTREVISTAS COM OS DESMURADOS	101

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da reconstrução histórica da longa trajetória de dedicação, militância e aprendizado percorrida pelo projeto de extensão "Universidade Sem Muros - USM" entre os anos de 2005 e 2013 dentro do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina. O projeto tem como objetivo anterior mesmo ao seu objeto problematizar e discutir o conceito e o senso comum dominante nas Universidades e nas faculdades em geral e em particular nas Faculdades de Direito, da atividade de extensão como caráter assistencialista e laboratorial e se coloca com um visão interacionalista e construtiva. Atua, portanto, como projeto de extensão articulado ao ensino e à pesquisa, desenvolvendo atividades de formação-ação e aglutinação de pesquisadores.

Entretanto não se pretende, nem seria possível, nesta monografia, produzir uma narrativa exaustiva dos oito anos de existência do projeto, tamanha a riqueza e diversidade de sua atuação, mas o que pretende é, em primeiro lugar, dar a conhecer a sua existência e o seu percurso dentro desta Universidade, por meio da indicação dos principais caminhos percorridos, desde a fundação do projeto ao período de finalização da presente pesquisa, em novembro de 2015.

Partindo-se do objetivo principal de reviver a memória do USM, tendo em vista as características do projeto, foi preciso, antes de mais nada, fazer um estudo acerca dos conceitos de universidade, extensão e prisão, que são elementos chave para a estruturação desta pesquisa.

Deste modo, o primeiro capítulo consiste, inicialmente, na análise da concepção de universidade pública à luz dos ensinamentos de Boaventura Sousa Santos, elencando e explicitando as três crises enfrentadas pela universidade e fazendo uma breve exposição dos seus reflexos na instituição, o que leva a um segundo momento do capítulo que trata do conceito de extensão universitária e o seu papel na busca pelo cumprimento da função social da universidade.

Pretende-se, nesse capítulo, em primeiro lugar evidenciar a precariedade a que foi reduzido o ensino universitário, frente à implementação de políticas neoliberais e a consequente necessidade de se produzir conhecimento imediato e com valor de mercado, visando à formação de mão de obra qualificada. Em seguida, chama-se a atenção para a necessidade de implementação de atividades de extensão universitária com o intuito de fomentar a interação entre universidade e comunidade, e contribuir para a formação de pensadores críticos, dotados de sensibilidade e da capacidade de olhar pelo outro.

No segundo capítulo, faz-se um estudo acerca da pena de prisão, no qual parte-se de uma análise acerca das funções da prisão, concebidas a partir da contradição estrutural entre função declarada e função real, demonstrando a sua eficácia invertida e evidenciando a cultura do medo e a crescente demanda pelo controle punitivo; passando-se pelos ensinamentos de Alessandro Baratta (1990) acerca de reintegração social e a necessidade da participação da sociedade neste processo e, por fim, demonstrou-se os efeitos negativos do cárcere na vida pós-prisão evidenciado pelo processo de estigmatização.

Nesses moldes, o capítulo se propõe a ilustrar (alguns dos) efeitos negativos impostos pela prisão, expondo o seu caráter seletivo e opressor, propondo a implementação de medidas de reabilitação social entre preso e sociedade apesar da pena de prisão, por fim, chamando a atenção para o caráter estigmatizante da pena e seus reflexos negativos na vida pós prisão.

Os estudos tecidos nos capítulos anteriores foram imprescindíveis para que se pudesse chegar ao objetivo central desta pesquisa que reside no seu terceiro e último capítulo: reviver a memória do Projeto de Extensão “Universidade Sem Muros”, que tem como elementos chave da sua construção os conceitos previamente examinados. Universidade, Extensão, Prisão, Reintegração Social e Estigmatização, bases referenciais do USM, razão pela qual buscou-se, antes de mais nada tecer um estudo acerca de todos esses conceitos e trazê-los para o seio deste último capítulo e, a partir daí, remontar a sua história.

Para que fosse possível reconstruir a memória do projeto e recriar a cronologia do USM, a pesquisa se dividiu em duas etapas: inicialmente, foi feito o levantamento de todo o material relacionado ao projeto e às atividades desenvolvidas ao longo desse período, o que só foi possível com o apoio da professora Vera, coordenadora do projeto, que colocou à disposição desta pesquisa todos os registros efetuados no curso das atividades, como cartazes, e-mails, atas de reuniões, relatórios e comunicados. A segunda etapa consistiu na elaboração de entrevistas com os “desmurados” que contribuíram para a reconstrução da história do projeto a partir do relato de sua própria trajetória.

Cumprido destacar que, ao tempo da escritura desta monografia, o USM vive um tempo de luto pela perda de um de seus mais importantes e entusiasmados participantes, Arnaldo Xavier da Silva, a quem a coordenadora do projeto havia dado a incumbência, no ano de 2005, de coordenar a elaboração de um arquivo de reconstrução da memória do projeto.

Um acidente de carro, na rodovia do arroz, no dia 18 de outubro deste ano, calou para sempre uma voz que fazia uma substancial diferença humanista; um sorriso cuja energia iluminava generosamente todos os espaços, um compromisso fraterno que acomodava sempre na agenda uma atenção para o “Outro”, um amante da Criminologia e dos Direitos Humanos. Tornou-se um dos maiores entusiasmados e perenes membros voluntários do USM, trabalhando por anos na assistência social do complexo prisional de Florianópolis (penitenciária e presídio feminino), atuou por dois anos como docente nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço social da UFSC, concursado como professor adjunto e no momento já concursado como analista de serviço social do Ministério Público de Santa Catarina, exercendo suas funções em Rio do Sul, cursava simultaneamente doutorado em Serviço social, ao tempo em que se mantinha parceiro incondicional do USM integrando o atual projeto de Justiça restaurativa.

Arnaldo não apenas era o primeiro dos "desmurados" indicado para conceder a entrevista que norteou esta pesquisa como também o primeiro membro indicado e convidado para integrar esta banca. Arnaldo não apenas interagiu ativamente com todos nós, nos brindando com sua viva inteligência, energia e amorosidade, mas levou a Criminologia para o Serviço social, em nível de Ensino, pesquisa e extensão, acreditando na sua potência como saber transformador da violência punitiva.

No decorrer desta pesquisa, as fontes utilizadas permitiram que se fizesse um breve passeio ao longo caminhos antes percorridos pelo projeto, possibilitando, de certa forma, visitar os seus bastidores e conhecer mais sobre a sua dimensão. Assim, ao reviver esta história foi possível identificar uma divisão do projeto em três momentos distintos que certamente se relacionam com contextos e condições de possibilidade, a saber: a primeira fase compreendida entre os períodos de 2005 a 2012, em que os trabalhos foram concentrados no presídio masculino Complexo Penitenciário de Florianópolis e na Comunidade Mont Serrat, em parceria com os trabalhos desenvolvidos por Padre Vilson Groh; a segunda, de 2012 a 2014, marcada pelo início das atividades no Presídio Feminino de Florianópolis, também no Complexo Penitenciário; e por fim, a terceira, compreende o período atual e está centrada no redirecionamento do presídio para as penas alternativas e a justiça restaurativa.

Por todo o exposto, a presente pesquisa se propõe a contextualizar os ideais norteadores do projeto Universidade Sem Muros enquanto projeto de extensão universitária e demonstrar suas influências positivas no que concerne ao aprendizado de todos os envolvidos, além dos benefícios concretos aos atendidos pelo projeto.

1. A UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB A PERSPECTIVA DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS¹.

Ao longo dos últimos anos a Universidade Pública² vem passando por um longo processo de transformação que se deu devido a inúmeras pressões tanto por parte da sociedade, quanto por parte do Estado, para que se ela possa se adaptar à realidade atual, porém, a incapacidade da instituição universitária de atender aos anseios antagônicos do Estado e da sociedade, bem como a sua característica perene e resistente à mudanças, tem levado à sua precarização.

A universidade vem enfrentando um duplo desafio ao longo das últimas décadas: de um lado, tem-se a sociedade, que cada vez mais lhe faz exigências maiores e clama por respostas rápidas aos seus anseios; por outro lado, as políticas de financiamento do Estado se tornam cada vez mais restritas e, por conseguinte, acabam por limitar a atuação da universidade, dificultando que a sua atenção se volte para a sociedade.

A imposição do modelo neoliberal na década de 1980 implicou em uma crescente desvalorização das políticas públicas sociais por parte do Estado, o que fez com que o bem público da educação deixasse de ser considerado uma prioridade, causando efeitos diretos dentro da universidade pública.

Nesta senda, segundo afirma Marilena Chauí³, com a reforma do Estado, e a consequente limitação dos recursos financeiros por ele cedidos, a educação deixou de ser considerada um direito e passou a ser concebida como uma espécie de serviço e, ainda, deixou de ser tomada como uma atividade pública e se tornou um serviço que pode ser privado ou privatizado. Com isso, a reforma do Estado acabou por transmutar a definição da universidade como uma organização social e passou a defini-la como uma instituição social. Explica-se:

Uma organização social se pauta em uma prática social determinada pela sua administração, ou seja, é baseada em práticas de gestão, planejamento, controle e êxito, de modo que o seu sucesso e sua eficácia dependem de sua particularidade, tendo a si própria como referência; enquanto a instituição social segue uma outra vertente, visa a universalidade e centraliza a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e

¹ Uma análise da universidade pública sob a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos em suas obras “A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade” e “Da ideia de Universidade à Universidade de ideias *in* Pelas Mãos de Alice”.

² Conforme leciona Boaventura Sousa Santos, “só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade” (SANTOS, 2005, p. 47).

³ CHAUI, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva.

valorativa, além de questionar sua existência, sua função e seu lugar no interior da luta de classes.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional [...] Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas (CHAUÍ, 1999, p. 3).

1.1 - A Universidade Pública e a Tríplice Crise.

Para Boaventura de Souza Santos⁴, "É necessário repensar inovadora e radicalmente a ideia de universidade para que esta possa se transformar numa universidade de ideias". Segundo ele, as mudanças sofridas pela universidade nos últimos anos decorrem do surgimento de três crises distintas que resultaram da incapacidade que a universidade pública possui de atender aos inúmeros e contraditórios objetivos que o Estado e a sociedade lhe têm exigido.

A primeira crise enfrentada pela universidade é a crise de hegemonia, na qual é possível constatar a presença de duas vertentes que se colocavam de maneira contraditória: de um lado tinha-se a produção de alta cultura com a qual a universidade originalmente se ocupava e, de outro, a produção de padrões culturais médios que vinha sendo implementada, ou seja, a universidade possuía originalmente a função de produzir conhecimentos científicos e humanísticos exemplares, postos lado a lado com o pensamento crítico, o que se fazia necessário para constituir a formação das elites pensantes, declarando-se esta como a função original da universidade desde a Idade Média. De outro lado, a necessidade de produção de padrões culturais médios, estava pautada na produção de conhecimentos instrumentais, necessários para formar prestadores de mão de obra qualificada, uma exigência cada vez mais presente no movimento capitalista.

Desta forma, a inaptidão da universidade em desempenhar esses papéis antagônicos fez com que o Estado e os agentes econômicos buscassem fora da universidade meios alternativos de atingir esses objetivos e, no momento em que deixou de ser detentora do monopólio do ensino superior e da produção de pesquisa e

⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.

conhecimento científico, a universidade começa a enfrentar a denominada crise de hegemonia.

A segunda crise enfrentada pela universidade foi à crise de legitimidade, nesse momento é possível constatar a contradição entre a hierarquização e a democratização dos saberes, ou seja, de um lado, a hierarquização prima pela produção do conhecimento especializado e, com isso, acaba por restringir o acesso à universidade aos filhos das elites, detentores da alta cultura e aptos a produzir conhecimentos científicos e humanísticos exemplares e, em contrapartida, tem-se a exigência sócio-política da democratização do saber, a qual tem como objetivo a busca pela igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, o que, contrariamente ao processo de hierarquização, deveria expandir o acesso à universidade e daria espaço à cultura das massas.

Por fim, a terceira crise identificada por Boaventura foi a crise institucional, que pode ser considerada como uma espécie de crise de identidade, isto porque a universidade perde a sua autenticidade no momento em que entram em conflito a reivindicação de autonomia universitária para a definição de seus próprios valores e objetivos e a expectativa de que a instituição deveria submeter seus valores e objetivos a critérios de eficácia, eficiência e produtividade, inspirados no modelo empresarial de gestão.

Explico melhor cada um desses momentos:

A universidade era concebida como lugar privilegiado de produção de alta cultura e conhecimento científico ao longo do século XIX, a excelência do conhecimento que ali era produzido fizera da universidade uma instituição ímpar, dotada de enorme prestígio social e considerada fundamental para a formação das elites.

Porém, a crise de legitimidade colocou em cheque essa produção de conhecimento por excelência, uma vez que a lógica capitalista passou a dar prioridade à produção de mão de obra detentora de padrões culturais médios, cuja formação demandada era a mínima bastante para desempenhar funções técnicas e instrumentais, deixando de lado a formação acadêmica mais aprofundada, que ensejava um maior período de tempo e mais investimento para a sua qualificação e que, por esse motivo, foi questionada pela sua ineficiência ante a crescente necessidade de produtividade exigida pelo mercado capitalista.

Ao se deparar com o desafio de produzir essa nova espécie de conhecimento, a universidade, que vinha desde o seu surgimento se dedicando à formação de elites, não desempenhou o papel esperado pelo ideal capitalista, o que acarretou o surgimento da

produção de cultura de massa, ou seja, deu início ao surgimento de novas instituições que se dispuseram a abastecer esse novo mercado do saber, voltadas para o desenvolvimento de tecnologias que fossem capazes de produzir produtos comercializáveis e mão de obra.

Desta forma, o surgimento dessas novas instituições de ensino colocou em cheque a hegemonia da universidade como detentora por excelência da produção de conhecimento. Frente a essa crise de hegemonia, a universidade se deparou com um novo obstáculo: ela deveria optar entre aproximar-se do mercado de conhecimento, o que levaria ao seu afastamento do seu objetivo principal, que era o desenvolvimento de pesquisas de aplicação não imediata; ou afastar-se do mercado de conhecimento, o que levaria à sua crescente descapitalização. De todo modo, as pesquisas elaboradas dentro das ciências sociais e humanas enfrentariam sérias dificuldades.

A universidade pública deixou de ser imprescindível ao mercado no momento em que, não sendo mais a instituição centralizadora da formação superior e da pesquisa, manteve a não democratização do seu acesso. Isso porque, tendo em vista não ser mais a única instituição detentora da produção de conhecimento e de pesquisa, ela perde a sua legitimidade junto às classes populares porque não se prestam à sua formação.

A recusa da universidade pública em democratizar o seu acesso, acabou colaborando com o surgimento de universidades privadas que tomaram para si os estudantes das classes populares que não puderam ingressar na instituição pública e até mesmo os estudantes de nível social mais elevado que, por algum motivo, também não garantiu o seu ingresso na universidade pública.

A crise de legitimidade se apresenta como a mais grave, apesar de não ser a mais visada, e somente pode ser superada a partir do momento em que a universidade buscar empregar políticas sociais extra-muros, aptas a criarem uma ligação entre a universidade e a sociedade.

A crise institucional mais uma vez traz à baila a disputa entre o caráter público e o privado, que de certo modo esteve presente em todas as três crises enfrentadas pela instituição. Trata-se aqui de um conflito oriundo da objeção entre a reivindicação de autonomia por parte da universidade pública sem abrir mão do financiamento do Estado e, por outro lado, a submissão da instituição a métodos de avaliação pautados em lógicas mercadológicas que adotam como parâmetro critérios que medem a eficácia da produtividade, ou seja, a universidade pública é submetida a uma lógica de produção típica de instituições privadas, subvertendo a lógica do ensino público.

Por muito tempo a crise institucional tem sido o elo mais fraco da universidade pública, uma vez que sua autonomia científica e pedagógica está diretamente ligada à sua dependência financeira do Estado, portanto, no momento em que ele decide reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação de modo geral, convertendo-a num bem público que não deve ser exclusivamente assegurado pelo Estado, a universidade entra em crise institucional.

Com a descapitalização da universidade pública por parte do Estado, houve a proliferação de parcerias entre a universidade e indústria, a fim de viabilizar recursos capazes de garantir a manutenção da autonomia da instituição, porém, por consequência, seus conhecimentos passaram a ser produzidos de forma capitalizada, ou seja, houve a mercantilização da produção de conhecimento, com o intuito de produzir valor de mercado.

Apesar de essas três crises estarem interligadas entre si de tal maneira que só poderiam ser enfrentadas de conjuntamente, e solucionadas por meio da implementação de programas de ação gerados dentro e fora da universidade, a crise institucional monopolizou as atenções e os propósitos reformistas, levando a uma falsa resolução das outras duas crises e uma crescente preocupação com a questão financeira da universidade.

A propósito, leciona Boaventura:

Pode dizer-se que nos últimos trinta anos a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas⁵.

Com isso, ao revés de buscar solução para as debilidades institucionais identificadas, através da implementação de programas políticos-pedagógicos de reforma da universidade, declarou-se que essas debilidades eram insuperáveis e foram utilizadas como justificativa para a abertura do espaço da universidade para a exploração comercial, dando espaço para a criação de um "mercado universitário", fazendo com que a universidade passasse de produtora para o mercado a produzir como mercado, deixando sua condição de criadora de condições para a concorrência e sucesso no mercado, para se tornar um objeto de concorrência, um mercado em si.

⁵ SANTOS, Boaventura Sousa de. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo; Cortes, 2005, p. 8.

Com a mercadorização da produção do bem público da universidade, ela foi induzida a buscar parcerias de capital, sobretudo industrial, para que fosse capaz de ultrapassar a crise financeira que vinha enfrentando, ou seja, a instituição pública se viu obrigada a garantir a manutenção de sua autonomia e sua especificidade institucional por meio da privatização de parte dos serviços que presta.

Ante a negativa de aumento dos recursos públicos na universidade, a solução encontrada foi aliar a ampliação do mercado universitário à redução dos custos por estudante, situação esta que é possível perceber com clareza nos dias atuais. Com a presente crise econômica enfrentada pelo país, um dos cortes realizados pelo governo atual, infelizmente, recaiu sobre as bolsas de pesquisa e monitoria que eram oferecidas aos alunos das universidades públicas, além dos cortes em demais recursos que acabam por refletir de forma negativa na formação acadêmica.

Assim, pode-se dizer que as espécies de universidades encontradas nos dias atuais e a situação em que atualmente se encontram as instituições públicas podem ser consideradas espelhos da tríplice crise enfrentada pela universidade pública ao longo das últimas décadas. Crise essa que abriu espaço para o surgimento de novas instituições, produtoras de conhecimento de massa e implicou numa mercadorização do conhecimento científico, fazendo com que a responsabilidade social da universidade seja reduzida à sua capacidade de produzir conhecimento comercializável.

A crescente descaracterização intelectual da universidade acarretou a uma perda ainda maior da sua posição enquanto referencial de produtora de conhecimento; a expansão das instituições privadas levou à crescente desvalorização dos diplomas universitários que, dada a situação atual, em alguns casos podem ser até comprados, ou não possuem qualquer valor intelectual, sendo mera forma. Assim, o cenário que se tem atualmente é preocupante, a lógica capitalista transformou o acesso à educação em uma mercadoria dentro do comércio de serviços. Com isso, é possível notar a transferência do domínio de poder dentro das universidades das mãos dos docentes para a dos administradores executivos.

Nos dias atuais a universidade se faz mais necessária do que nunca, pois leva consigo a missão de preservar a democratização do saber, por meio da resistência às pressões que lhe são feitas para mercantilizar o conhecimento, ou seja, ela não deve valorizar apenas os conhecimentos que possuem valor de mercado, mas deve, primordialmente, incentivar as ciências humanas e sociais, a produção de conhecimentos que não criam valores externos de comércio, mas sim saberes com valores internos.

Nesse viés, é possível constatar que a universidade no século XXI será, de toda forma, menos hegemônica do que nos séculos anteriores, porém, não será menos necessária, uma vez que é a instituição que tem a capacidade de ligar o presente ao médio e longo prazo por intermédio dos conhecimentos e da formação que produz, além do espaço público de discussão aberta e crítica que a constitui.

1.2 Universidade e Extensão.

A extensão universitária é uma das bases do ensino superior no Brasil e representa o compromisso da universidade para com a sociedade, ou seja, tem como objetivo fazer com que as atividades de ensino e pesquisa universitárias sejam aproveitadas e voltadas para a sociedade, principalmente, no que diz respeito à intervenção em problemas sociais e na garantia de direitos humanos. É a fonte do diálogo entre a universidade e a sociedade por intermédio da prática de atividades que, articuladas com o ensino e a pesquisa, refletem de forma direta na realidade social, constituindo uma forma de socialização do conhecimento adquirido, fazendo com que a universidade possa participar ativamente na construção da coesão social e na luta contra a exclusão social. Para tanto, essa relação universidade-comunidade deve ser trabalhada de forma difusa, construindo uma rede de comunicação entre a universidade e a sociedade de modo geral.

A extensão envolve uma vasta área de prestação de serviços e os seus destinatários são variados: grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o sector público; o sector privado. Para além de serviços prestados a destinatários bem definidos, há também toda uma outra área de prestação de serviços que tem a sociedade em geral como destinatária⁶.

À luz da ideologia de Paulo Freire a extensão é um ato educativo que possibilita estender os conhecimentos a fim de transformar o mundo em que as pessoas estão, de tal maneira que, para Freire, extensão é transformação, é modificação da cultura.

Porém, para que seja possível que a extensão cumpra o seu papel para com a sociedade, é preciso deixar de lado os critérios de produtividade do mercado do conhecimento e se desvincular da prática de atividades de cunho econômico e se pautar em atividades que tenham como objetivo principal oferecer resposta aos problemas de

⁶ SANTOS, Boaventura Sousa de. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo; Cortes, 2005, p. 54.

exclusão e discriminação social e dar voz aos grupos excluídos e discriminados, promovendo a sua interação. Conforme afirma Boaventura, “as atividades de extensão procuraram ‘estender’ a universidade sem a transformar; traduziram-se em aplicações técnicas e não em aplicações edificantes da ciência”.

Na medida em que preserva o conhecimento crítico e se torna mais inclusiva, a universidade contribui para a manutenção da coesão social, ao passo que, ao se submeter às necessidades de capital e comercialização de conhecimento, ela deixa de ser ator da solução e passa a contribuir com o crescimento dos problemas sociais, portanto, a universidade deve deixar de se limitar à produção do conhecimento científico e abrir as suas portas para as práticas sociais, uma vez que existe a constante necessidade de diálogo entre o conhecimento científico e os demais conhecimentos que se fazem presentes nas práticas sociais, devendo, esses conhecimentos diversos serem trazidos para o seio da universidade.

É no âmbito da extensão que a universidade concentra os seus esforços para desconstruir os muros que a separam da comunidade, fazendo com que aquela instituição originalmente seletiva e elitista se torne um ambiente aberto e democrático, capaz de promover o “olhar para o outro” e de formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento social, dotados de capacidade de reflexão crítica sobre os problemas sociais e de visão humanista.

A universidade sai das suas instalações formais ou do seu campus para ir ao encontro de seu meio circulante, amplia sua área de penetração, aumenta sua clientela, envolvendo a comunidade com seus organismos e suas populações. Ela realiza como que um movimento de ida e de volta. Através dessa interação, dá e recebe. Leva ou estende suas atividades de ensino e os resultados de suas pesquisas, oferecendo-as a essa nova clientela e traz, em retorno, subsídios, informações, dados novos e novas motivações ou projetos que irão alimentar seu programa de pesquisa e renovar, dinamizar, revitalizar e enriquecer o conteúdo do seu ensino⁷.

Outrossim, as atividades de extensão funcionam como via de mão dupla, ou seja, a universidade quebra os seus muros e leva aos centros comunitários o conhecimento humanístico dotado de sensibilidade e busca identificar as suas necessidades e elaborar formas de resolver os problemas e prestar serviços que sejam capazes de promover mudanças significativas. Vale acrescentar que o contato prévio com a comunidade é primordial para fazer o levantamento das necessidades e servirá como direcionamento das atividades.

⁷ TOALDO, Olindo Antonio. Extensão universitária: a dimensão humana da universidade. Santa Maria: UFSM, 1977, p. 74.

As universidades devem refletir acerca do profissional que pretende formar e repensar as práticas pedagógicas e metodológicas de trabalhar o conhecimento, a fim de valorizar o saber extra-muros e contribuir para a formação de um profissional que tenha comprometimento com a realidade social. Nesse contexto, as universidades devem se pautar na prática de atividades de extensão como meio de reflexão sobre os problemas sociais e contribuir tanto para o desenvolvimento pessoal do acadêmico, enquanto pessoa, dotado de comprometimento e sensibilidade, capaz de olhar pelo outro, quanto para o desenvolvimento social.

As atividades de extensão desempenham um importante papel no que diz respeito à humanização dos serviços prestados à comunidade e no auxílio da implementação de políticas públicas na tentativa de satisfazer as necessidades existentes, além de ser capaz de promover organização política, social e cultural de grupos sociais diversificados.

Outrossim, à luz do posicionamento de Paulo Freire, cumpre destacar que, por diversas vezes a relação desenvolvida entre sociedade e universidade para a prática de atividades de extensão se dá de forma hierárquica, ou seja, a universidade, dotada de todo o conhecimento, o leva ao homem leigo, reduzindo-o a mero objeto dessas ações, e ignorando o seus próprios saberes e práticas, gerando uma certa invasão cultural.

Em contrapartida, o autor propõe a prática e educação dialógica, ou seja, as atividades não devem se reduzir a mera "extensão" do conhecimento científico ao popular, deve haver, entre ambos os sujeitos, o diálogo, a comunicação de saberes.

“O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”⁸.

Nesse sentido, universidade e sociedade devem dialogar entre si, com o intuito de promover uma troca de saberes e levar, tanto o conhecimento técnico de dentro das universidades para a sociedade, quanto o conhecimento popular para dentro dos centros universitários. Com isso, os acadêmicos terão a oportunidade de entrar contato com membros da comunidade que, apesar de não serem credenciados para ensinar formalmente dentro das academias, têm capacidade de levar à universidade toda a sua experiência social. É a promoção do equilíbrio entre o conhecimento científico e o conhecimento popular.

A universidade pública, apesar dos problemas que vem enfrentando, ainda é tida como um espaço de discussão, ou seja, são espaços públicos onde a sociedade pensa a

⁸ FREIRE, Paulo (1985) Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990, p. 28)

médio e longo prazo. Assim sendo, é preciso repensar a ideia de universidade e buscar a sua concepção enquanto instituição voltada dotada de relevância social⁹.

No Brasil, considerando a fragilidade da nossa sociedade civil, compete à universidade o dever de buscar encontrar respostas para os problemas sociais, deve promover "alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução colectivas dos problemas sociais, nacionais e globais".

É necessário promover a execução de projetos de pesquisa que estejam voltados para as comunidades e organizações sociais e busquem respostas para as problemáticas enfrentadas, articulando os interesses científicos dos pesquisadores com os interesses sociais, fazendo com que a produção de conhecimento científico esteja diretamente vinculada à satisfação de necessidades de determinados grupos sociais que não possuem condição financeira favorável para buscar o conhecimento técnico pela via mercantil.

Em suma, na condição de política educacional, a extensão universitária permite à academia ampliar os seus horizontes para além das barreiras estruturais, abrindo espaço para que os discentes tenham a oportunidade de fazer parte de diferentes cenários, tomando conhecimento da realidade social de cada um deles e atuando ativamente na busca por respostas às diversas demandas sociais.

⁹ Relevância social, em outros termos, significa igualmente não abdicar, a instituição universitária, de sua função pública primordial de espaço de preservação e renovação dos valores democráticos e republicanos; de arena do pensamento crítico e inquieto; de centro da vida intelectual que sustenta uma relação reflexiva e ativa com o mundo circundante. Isto porque, ainda que necessite, nos dias atuais, responder à demanda por pesquisas aplicadas ao desenvolvimento de processos e produtos requeridos pelos setores produtivos mais dinâmicos da sociedade, não pode a Universidade simplesmente sucumbir à lógica do mercado e silenciar diante das injustiças e desigualdades engendradas pela lógica da acumulação a qualquer preço. (MELLO, Alex Fiúza de; FILHO, Naomar de Almeida; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma Universidade Socialmente Relevante. <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf> Acesso em 24 de outubro de 2015).

2. ASPECTOS GERAIS DA PENA DE PRISÃO

A pena de prisão constitui a principal modalidade de sanção penal aplicada nas sociedades capitalistas e o meio mais utilizado para garantir a ilusão de segurança jurídica.

A história da prisão é marcada por características como a submissão do preso ao poder institucional e a imposição de doses de dor, penitência e sofrimento. A ineficiência desse método punitivo como meio de coibir condutas delitivas e reintegrar socialmente o preso é evidenciada pela falta de condições mínimas oferecidas pelo sistema penitenciário e, por conseguinte, o alto número de reincidência.

2.1 Função declarada e função real da prisão

O discurso legitimador das funções da pena de prisão justifica a imposição dessa medida punitiva por meio da ideia de ressocialização, prevenção e inibição de reincidência. Em primeiro momento, declara-se que a pena de prisão tem o intuito de intimidar, a fim de obstar a prática de condutas criminais e, posteriormente, tivesse a função de ressocializar aqueles que, mesmo diante da intimidação, houvessem cometido o delito, revestindo de racionalidade esta prática bárbara. É certo que a função declarada da pena consiste na ideia central de intimidar a prática criminal, aumentar a confiança dos cidadãos na legislação, proteger a sociedade do criminoso e reabilitá-lo para o retorno à vida social e reintegrá-lo à sociedade como um cidadão melhor, mascarando a dor e o horror sofrido pelos apenados e ocultando a brutalidade do castigo a que são submetidos.

É evidente a fragilização das políticas públicas relacionadas à educação, geração de empregos, saúde e moradia, o que, por conseguinte, aumenta consideravelmente a população marginalizada e contribui diretamente para o aumento da criminalidade (embora em diversos casos a criminalidade não esteja vinculada à marginalidade). Com isso, o foco do Direito Penal brasileiro se volta na aplicação de pena, fazendo uso da sua função social de ressocialização para justificar e legitimar a repressão estatal.

A cultura do medo e da insegurança dão impulso ao aumento da demanda por segurança pública e, por conseguinte, leva à expansão do controle penal, o que gera a ilusão de segurança jurídica, com a falsa proposta de combater a criminalidade e ressocializar criminosos promovendo segurança.

Esta ilusão, radicalmente desconstruída na maturidade criminológica (Criminologias críticas), cresceu, no entanto, maliciosamente, pois, despindo-se da ingenuidade da fantasia infantil, sobreviveu na nudez aberta do mercado econômico, político e midiático, tornando-se um produto: uma ilusão lucrativa com a mais-valia da dor e da morte. Da dor e da morte dos controlados nas masmorras prisionais, dos controladores, sobretudo policiais, das vítimas, dos familiares de controlados e vítimas, sem respostas positivas do sistema, dos que nada tem a ver.¹⁰

Historicamente, o crescimento exagerado da violência, sobretudo do terrorismo, e as pressões midiáticas levaram a uma crescente necessidade punitiva por parte da sociedade, de modo que o discurso legitimador perde força e volta-se às concepções retribucionistas, renunciando-se aos objetivos de ressocialização, dando lugar à concepção de prisão enquanto meio de segregação, punição, castigo e neutralização, ou seja, passa-se do discurso oficial de prevenção especial positiva, com o propósito de ressocialização, para a prevenção especial negativa, por meio da neutralização.

A prisão está nua: ela não busca mais discursos legitimadores como o da ressocialização, reabilitação, reinserção, readaptação ou reintegração social (as chamadas ideologias 'res'), mas declara agora o que sempre foi sua função real: a neutralização dos criminosos entre paredes, o controle social seletivo e reproduzidor do status quo social. As instituições fechadas realizam a passagem da dor ao horror.¹¹

Em verdade, a realidade do sistema prisional está muito distante do ideal ressocializador, fato que se comprova pelo alto índice de reincidência nas instituições prisionais, isso porque a pena de prisão não se apresenta como uma oportunidade de reintegração do apenado à sociedade, mas sim uma forma de neutralizá-lo, impondo o sofrimento como forma de castigo apto a "compensar" o crime cometido.

A eficácia do controle penal é meramente simbólica, tendo em vista que a sua função declara não é e nem tem capacidade de ser exercida de fato, isso porque as funções exercidas pelas penas de prisão são totalmente inversas às prometidas através do discurso legitimados. Conforme leciona Vera Regina (2003), o sistema penal possui uma eficácia instrumental invertida duplamente qualificada: a inversão preventiva do Sistema Penal e a inversão garantidora.

A inversão preventiva consiste em que as funções reais da pena não apenas tem descumprido, mas sido opostas às funções instrumentais e socialmente úteis de intimidação e ressocialização declaradas pelo discurso oficial. A inversão garantidora – estreitamente relacionada com a preventiva –

¹⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Horizonte de Projeção do Controle Penal no Capitalismo Globalizado Neoliberal. In BATISTA, Vera Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro (Orgs.). Depois do Grande encarceramento. Rio de Janeiro: Revan-Instituto Carioca de Criminologia, 2010, p. 259.

¹¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro, Revan, 2012. p. 348).

significa que, se comparando a programação normativa do sistema penal (da polícia à prisão) isto é, como deveria ser, de acordo com os princípios liberais garantidores, com seu real funcionamento, pode-se concluir que o sistema penal não apenas viola, mas está estruturalmente para preparar todos os princípios e que, regra geral, é um sistema de “violação” ao invés de “proteção” de direitos.¹²

No que diz respeito ao medo e à criminalização instrumental da pobreza, Vera Regina (2010) afirma que:

É precisamente o campo, já referido, causador do medo e da demanda (das elites contra os pobres e excluídos) por segurança (dos seus corpos e do seu patrimônio), e para o qual converge - reforçando a secular seletividade classista do sistema penal - a expansão criminalizadora em todos os níveis, particularmente legislativa, policial e prisional, a produção tirânica de Leis penais e o aprisionamento em massa, a hipertrofia da prisão cautelar, a redução progressiva e aberta das garantias jurídicas. É neste campo que se teoriza, dogmática, aberta e cinicamente, acerca da antecipação da tutela penal e do "Direito penal do inimigo", que se contrapõe ao Direito Penal dos "Cidadãos", descoberto e coberto, respectivamente, de garantias penais e processuais penais (JAKOBS, 2003), e assistimos à emergência, reativa, de um movimento jurídico-penal garantista, um retorno à posição fetal iluminista, em que todos se dizem defensores dos direitos humanos contra a barbárie punitiva.¹³

E é justamente nesse momento, com o aumento do medo da criminalidade de rua e da criminalização da pobreza, que são claramente redefinidas as funções da prisão, evidenciando o seu caráter neutralizador e de isolamento, pautados nas ideias de segurança máxima e prisão cautelar, deixando de lado o princípio da presunção de inocência e dando lugar ao princípio da presunção de culpa antecipada.

Assim, a pena de prisão, juridicamente tratada como pena privativa de liberdade, é a antítese do ideal ressocializador, tendo em vista que seus reflexos vão muito além da mera constrição dos direitos de ir e vir do aprisionado e, além de não oferecer quaisquer condições capazes de promover o seu egresso à sociedade, impõe a eles e a todo o seu microcosmos social e afetivo, condições totalmente negativas e adversas. Isso porque, como já visto, o cárcere se apresenta como um depósito segregador e neutralizador, cuja função principal é neutralizar o mal causado à sociedade através do isolamento, impondo doses de penitência, sofrimento e dor como formas de castigo aptos a retribuir o mal causado à sociedade boa.

Ademais, a imposição de castigo leva, conseqüentemente, à privação e repressão de direitos e necessidades básicas e à estigmatização dos apenados,

¹² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 133.

¹³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Horizonte de Projeção do Controle Penal no Capitalismo Globalizado Neoliberal. In BATISTA, Vera Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro (Orgs.). Depois do Grande encarceramento. Rio de Janeiro: Revan-Instituto Carioca de Criminologia, 2010, p. 262 e 263.

destruindo a sua autoestima e impossibilitando o seu egresso à sociedade. A pena de prisão é cruel e desumana, é um universo de violência e frustrações que transcendendo os muros das prisões e se projetam para além dela, se estendendo dos aprisionados a todos os atores envolvidos no processo de encarceramento (família e microcosmos afetivos dos presos e trabalhadores dentro da prisão: policiais, educadores, psicólogos, médicos, assistentes sociais, agentes, administradores). Por consequência, o núcleo familiar que deveria atuar como base de sustentação para os apenados, por vezes, acaba se desestruturando, tendo em vista que recebe, igualmente, os efeitos do sistema prisional, sofrendo retaliações, discriminação e recebendo estigmas por ter um membro “criminoso”, além das condições degradantes a que são submetidos para que possam visitar seus familiares - principalmente mulheres que passam por revistas íntimas.

Em suma, é impossível conceber a ideia de promover a reabilitação de alguém para viver em liberdade através de sua manutenção em cativeiro, trata-se aqui de lógicas antitéticas, as quais se evidencia a impossibilidade de reabilitar através da prisão.

2.2 Reintegração social - Ressocializar apesar da prisão.

Malgrado a evidente incapacidade da prisão em produzir resultados positivos quanto à ressocialização, a busca pela reintegração do apenado à sociedade não deve ser abandonada, mas sim retomada a partir de uma nova releitura.

Inicialmente, cumpre destacar um cuidado que se deve ter quanto ao conceito de "ressocialização". De acordo com os ensinamentos de Baratta (1990), o termo "ressocialização" pressupõe erroneamente uma postura totalmente passiva por parte do preso e ativa das instituições e remetem à criminologia positivista que via a figura do preso como um indivíduo mal, anormal e inferior, que precisava ser readaptado para o egresso à sociedade que era boa. Ao passo que, a ideia de "reintegração social" implica na abertura de um processo de diálogo e interação entre a prisão e a sociedade, no qual devem-se reconhecer um no outro, ou seja, os presos devem se reconhecer na sociedade e a sociedade deve se reconhecer na prisão, adotando-se, portanto, o termo “reintegração social”.

Nesse sentido, leciona Alessandro Baratta:

Considero que redefinir os tradicionais conceitos de tratamento e ressocialização em termos de exercício dos direitos dos cidadãos detidos, e em termos de serviços e oportunidades laborais e sociais que lhes são proporcionadas durante e depois da detenção, por parte das instituições e das

comunidades, constitui um núcleo importante da construção de uma teoria e uma prática novas, de reintegração social dos condenados, conforme uma interpretação progressista dos princípios e das normas constitucionais e internacionais em matéria de pena.¹⁴

A reintegração social não será alcançada por meio da imposição da pena de prisão, devendo-se portanto, pensá-la apesar dela, ou seja, tendo em vista que as condições do cárcere o tornam incapaz de promover a ressocialização, deve-se buscar medidas alternativas contra a prisão, implementando políticas que sejam capazes de tornar "menos precárias as condições de vida no cárcere"¹⁵, a longo prazo e diminuindo a necessidade da pena de prisão, a longo prazo. Assim, para que seja possível alcançar o ideal de ressocialização social é preciso não só humanizar o cumprimento da pena, mas, sobretudo, adotar estratégias reducionistas a curto prazo e abolicionistas a médio e longo prazo, lutando contra a prisão.

Cumpre salientar que essas medidas alternativas a serem criadas para tornais mais brandas as condições de vida dentro das prisões devem ser voltadas para a preservação de direitos dos presos com o intuito único de promover uma mudança humanista, jamais com o intuito de legitimar a aplicação do cárcere. Assim, ao se falar em reintegração "apesar da prisão", remete-se ao fato de que não se busca defender a aplicação da pena de prisão, mas tão somente promover o tratamento humanizado para com os presos e fomentar o seu diálogo com a sociedade apesar de estarem encarcerados.

Nesse sentido, Vera Regina (2012) afirma que:

Mas ainda que a prisão instrumentalizasse as promessas humanistas garantidoras da Lei de Execuções Penais, o ideal ressocializar não se bastaria com a prisão, já que não é possível "ressocializar" sujeitos "através" da prisão, até porque, o objeto de problematização e ressocialização é a própria sociedade que produz a prisão como seu espelho. O que é possível é mitigar a violência da prisão e favorecer a recepção dos presos na sociedade, "apesar" da prisão e "contra" a prisão.¹⁶

Desse modo, a reintegração social deve partir de dois princípios norteadores: o primeiro diz respeito às oportunidades que serão dadas ao preso após o cumprimento da

¹⁴ BARATTA, Alessandro. *Criminologia y Sistema Penal: Compilación in memoriam*. Buenos Aires, Argentina: Editorial B de F, 2006, P. 382).

¹⁵ BARATTA, Alessandro. *Ressocialização ou Controle Social: Uma abordagem crítica da "reintegração social" do sentenciado*, p. 2.

¹⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro, Revan, 2012, p. 352).

pena, ao passo que, o segundo consiste na criação de condições culturais e políticas que que descaracterizem a necessidade da pena de prisão.

Sob o prisma da integração social e ponto de vista do criminoso, a melhor prisão é, sem dúvida, a que não existe (...) Nenhuma prisão é boa e útil o suficiente para essa finalidade, mas existem algumas piores do que outras. Estou me referindo a um trabalho de diferenciação valorativa que parece importante para individualizar políticas de reformas que tornem menos prejudiciais essas instituições à vida futura do sentenciado.¹⁷

É importante implementar políticas que zelem pelos direitos do preso e reconheçam a crueldade da prisão e discutam formas de torná-la menos violenta, buscando meios de superar o abandono das prisões e dos aprisionados. A política de abandono do cárcere reflete a desigualdade da distribuição dos recursos e de poder da sociedade, de modo que a seletividade do Sistema Penal contribui para assegurar, produzir e legitimar essas relações de igualdade características da nossa sociedade.

O isolamento social, representado pelos muros e grades, além de ser um dos elementos mais negativos da prisão é, também, um grande empecilho para se alcançar a reintegração social, tendo em vista a impossibilidade de ressocializar através da segregação. Desse modo, deve-se desconstruir as barreiras existentes entre a sociedade e prisão, ainda que de maneira simbólica, por meio da abertura do ambiente prisional à sociedade e vice-versa.

A longo prazo, a melhora das condições carcerárias e a interação com a sociedade podem contribuir para a diminuição do encarceramento, uma vez que, com a abertura dos muros da prisão para a sociedade os efeitos do processo de encarceramento podem ser consideravelmente minimizados.

A participação ativa da sociedade civil é elemento fundamental para a prática da reintegração social, é preciso levar a rua à prisão já que não podemos levar a prisão à rua. Assim, a reintegração implica em uma mudança do enfoque do tratamento penitenciário, que tira o foco da pessoa do preso e o coloca nas relações sociais das quais ele faz parte, ou seja, passa-se de uma visão individual para uma visão sistêmica.

Os muros da prisão representam uma barreira imposta pela sociedade contra seus próprios problemas e conflitos, desse modo, a reintegração significa a transformação da sociedade que precisa assumir a sua parcela de culpa no que diz respeito ao processo de marginalização e exclusão social de determinadas classes das quais advém a maioria dos encarcerados. Assim, a reintegração social visa eliminar as condições de exclusão social

¹⁷ BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou Controle Social: Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado, p. 2.

dessas classes para que o regresso do preso à sociedade não represente o seu regresso à marginalização e, consequentemente, à reincidência,

Em síntese, a reintegração social é um direito dos cidadãos egressos da prisão que pode ser exercido através da trabalho, estudo e outros meio de ampará-los para o retorno à sociedade, que tem princípio basilar o respeito à dignidade da pessoa humana e a participação dos membros da comunidade. Para tanto, deve-se pautar na promoção do diálogo entre sociedade e prisão e na luta contra o sistema prisional.

A propósito, leciona Anabela Rodrigues:

Qualquer programa de ressocialização visa integrar o indivíduo no mundo dos seus concidadãos, sobretudo nas coletividades sociais básicas como, por exemplo, a família, a escola ou o trabalho, proporcionando-lhe auxílio necessário que o faça ultrapassar a situação de defasamento social em que se encontra. (...) O crime surge como consequência de um déficit de socialização que se analisa num conflito do indivíduo com as normas e estruturas da sociedade, e o delinquente aparece como um indivíduo que falhou no processo de aprendizagem e socialização devido a fatos que intercederam na sua normal evolução. Sendo assim, o que se pretende – isso visando o seu processo de ressocialização – é compensar o seu déficit de socialização e os processos incompletos ou inexistentes de aprendizagem social, ou seja, reintegrar o indivíduo na sociedade, tornando-o capaz de não cometer crimes.¹⁸

No entanto, importa destacar que a ressocialização não deve ser pensado apenas sob a perspectiva do preso, ou seja, por meio da implementação de medidas sobre ele, trata-se aqui de um processo de comunicação que envolve múltiplos atores. Portanto, ao se falar em reintegração social, fala-se em uma "reforma" que compreende a coletividade.

Além disso, a reintegração social deve ser visto como uma questão de interesse geral, de responsabilidade social, tendo em vista a sua relação direta com a questão dos direitos fundamentais do encarcerado e com os anseios da sociedade em geral em viver em segurança, atribuindo à reintegração social uma dimensão transindividual.

¹⁸ RODRIGUES, Anabela Maria Pinto de Miranda. Reinserção social: para uma definição do conceito. Revista de Direito Penal: Rio de Janeiro, 1982, p 29.

2.3 Efeitos negativos da vida pós prisão - estigmatização.

É consabido que os efeitos do cárcere não se extinguem com o fim do cumprimento da pena. Os egressos à sociedade enfrentam grandes dificuldades de retomar o curso normal de suas vidas, devido ao processo de estigmatização que sofrem ao adentrar os muros das prisões, que envolvem sentimentos de medo, vergonha e rejeição.

Nesse sentido, Amy Faria Alves cita o relato de uma ex-presidiária que deixa bem evidente a realidade da vida pós prisão:

(...) Quem quer ter uma ex-presa para trabalhar? Desde que saí de lá não consegui arranjar nada. Minha sorte é minha filha. Moro com ela e o meu genro, por causa dela ainda não morri de fome. Não adianta procurar emprego se a ficha da gente tá suja. Ninguém confia em nós. Vou carregar isso comigo pro resto da vida parece. Até parece que eu vou sair aí atirando num ou noutro.
19

Apesar de ter "cumprido com o seu dever para com a sociedade" e estar juridicamente livre, ao transpor os muros das prisões o egresso encontra uma enorme barreira para o seu retorno à sociedade que o impossibilita de exercer de forma igualitária os seus direitos enquanto cidadão. A partir do momento em que pratica uma conduta criminal e, por consequência, torna-se um criminoso, o indivíduo está sujeito a este etiquetamento pelo resto de sua existência.

Nesses moldes, segue o estudo de Myriam Castro:

Na sua libertação das instituições penais – seja no fim da pena ou no livramento condicional – não se realiza a expectativa que resolveria todos os seus problemas na medida em que retornasse à “sociedade”. Na realidade, aí é que começa o seu castigo e sua nova etapa da penosa trajetória de vida – a de egresso penitenciário – é que ele se apercebe disto. Os estigmas provenientes das instituições penais são muito marcantes, os valores que ele teve de adquirir para sobreviver estão irremediavelmente internalizados. A “boa sociedade” os identifica pela sua linguagem, pelos seus documentos, pela defasagem do período que antecedeu à sua vida de delinquente e à sua vida de egresso, pelas

¹⁹ ALVES, Amy Adelina C. Faria. De gente a gente só tem o nome: a mulher no sistema penitenciário em Sergipe. Aracaju: UFS / Fundação Oviêdo Teixeira, 2001, p. 90.

dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, pelas dificuldades que encontram no próprio convívio social.²⁰

Nesse viés, as dificuldades de sobrevivências enfrentadas pelo estigmatizado no convívio em sociedade podem ser, muitas vezes, maiores do que as vividas dentro da própria prisão, uma vez que carrega consigo uma certidão de antecedentes criminais positiva que confere a ele o status social de criminoso, responsável por "manchar" a sua identidade, levando a um tratamento hostil por parte da sociedade e até mesmo do próprio Estado.

²⁰ CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de et al. Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatização do egresso penitenciário. Temas IMESC: Sociedade, Direito, Saúde, São Paulo, 1984, p.115.

3. UNIVERSIDADE SEM MUROS

O “Universidade Sem Muros” é um projeto de extensão universitária, de iniciativa da Professora Dr^a Vera Regina Pereira de Andrade em parceria com membros do Sistema de Justiça Criminal do estado de Santa Catarina, reunindo acadêmicos de diversas áreas (Direito, Serviço Social, Psicologia), especialmente bolsistas do Programa de Educação Tutorial – PET-DIR-UFSC e dos cursos de mestrado e doutorado, com o intuito de construir um projeto de extensão de caráter comunitário, que realizasse efetivamente a interação entre universidade e comunidade, permitindo o envolvimento de estudantes e profissionais de diferentes áreas e promovendo a troca de saberes, com a finalidade de construir importantes aberturas institucionais para a intervenção junto ao Sistema Prisional, em especial no Complexo Penitenciário da Capital.

O projeto tem como objetivo anterior mesmo ao seu objeto problematizar e discutir o conceito e o senso comum dominante nas Universidades e nas faculdades em geral e em particular nas Faculdades de Direito, da atividade de extensão como caráter assistencialista e laboratorial e se coloca com um visão interacionista e construtiva. Atua, portanto, como projeto de extensão articulado ao ensino e à pesquisa, desenvolvendo atividades de formação-ação e aglutinação de pesquisadores.

Entretanto não se pretende, nem seria possível, produzir uma narrativa exaustiva dos oito anos de existência do projeto, tamanha a riqueza e diversidade de sua atuação, mas o que pretende é, em primeiro lugar, dar a conhecer a sua existência e o seu percurso dentro desta Universidade, por meio da indicação dos principais caminhos percorridos, desde a fundação do projeto ao período de finalização da presente pesquisa, em novembro de 2015.

3.1 Estrutura do “Universidade Sem Muros”

Pautado na problemática dos Direitos Humanos e do Sistema Penitenciário, com base interacionalista e interdisciplinar, o USM teve originalmente como objetivo principal a busca da redução dos danos produzidos pelo processo de encarceramento, visando à minimização do seu impacto violento e estigmatizante sobre os encarcerados e seus microcosmos afetivos, promovendo o acompanhamento das necessidades e direitos dos presos e seus familiares, por meio do controle da legalidade dentro das prisões, nas comunidades e junto às próprias famílias.

As atividades desenvolvidas pelo projeto seguiram duas vertentes: formação-ação, onde eram oferecidos cursos de capacitação teórica e técnica aos acadêmicos e profissionais envolvidos no projeto; e intervenção prática, momento em que os atores do projeto atuavam ativamente na realidade do sistema prisional da grande Florianópolis e dentro das comunidades promovendo aproximação entre apenados e seus familiares e tinham como propósito a potencialização da abertura recíproca entre Universidade, comunidade e instituições prisionais, através de processos de interação, pautados no princípio da comunicação de Alessandro Baratta (1990).

A estrutura do “Universidade sem muros” é composta por quatro eixos distintos:

O primeiro eixo, denominado formação-ação, representa o compromisso que do projeto com o ensino, focado no oferecimento de cursos e grupos de estudo preparatórios da base teórica e prática para o voluntariado, oferecidos semestralmente. Empenhou-se igualmente o projeto com a Pesquisa, estruturando grupos de pesquisa integrados por graduandos e pós-graduandos sob orientação da coordenadora, ou “petianos²¹” sob sua tutoria, para desenvolver em conexão projetos sobre temas relacionados às problemáticas prisionais e comunitárias relativos às áreas de abrangência do projeto.

O segundo, denominado eixo da legalidade, atuava com foco na redução dos danos causados pelo cárcere e no controle da legalidade. As atividades deste eixo se desenvolveram junto ao setor jurídico do estabelecimento prisional e se concentraram, basicamente, no fornecimento de assistência judiciária aos encarcerados, norteados pelo cumprimento da legalidade estabelecida pela Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), o que consistia no mapeamento das necessidades dos presos, acompanhamento e fiscalização dos processos de execução penal, além de peticionamentos diversos, como pedido de progressão ao regime; pedido de remição,

²¹ Bolsistas do Programa de Ensino Tutorial – PET, no Curso de Graduação em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina.

defesa em processo de apuração de falta disciplinar, acompanhamento em audiência, pedido de indulto, transferência, solicitação de trabalho, etc.

Este eixo desenvolvia uma interação entre apenados e desmurados, pois, para que fosse possível a realização do trabalho proposto, os desmurados precisavam conhecer as necessidades de cada apenado, o que era feito por meio da análise de dados de cada um dentro das penitenciárias, nos processos de execução penal, nas varas criminais e por intermédio de entrevistas com os próprios presos, a fim de avaliar as demandas de cada um, identificar as situações urgentes que necessitassem de atendimento imediato e suas necessidades básicas.

O terceiro eixo compreende o núcleo familiar e consiste em aplicar o princípio da comunicação recíproca ensinado por Alessandro Baratta (1990) no qual defende a importância de se abrirem a prisão à sociedade e a sociedade à prisão. Nesse sentido, o projeto buscou resgatar os ensinamentos de Baratta (1990) no sentido de promover o diálogo entre os aprisionados e seus microcosmos afetivos, com o intuito de resgatar o elo familiar, propiciando o retorno do preso para o seio da família, minimizando, dessa forma, o impacto causado pelo processo de encarceramento nos membros da família.

Como cediço, o processo de encarceramento afeta não somente os que estão do lado de dentro dos muros das prisões, mas todo o seu microcosmos afetivo. Assim sendo, a família, que deveria atuar como base de sustentação para os apenados, por vezes, acaba se desestruturando, uma vez que a dor e o sofrimento causados pelo aprisionamento transcendem os muros das prisões e refletem diretamente no núcleo familiar que igualmente sofre retaliações, discriminação e recebe estigmas por ter um membro “criminoso”, além das condições degradantes a que são submetidos para que possam visitar seus familiares - principalmente mulheres que passam por revistas íntimas. Por essas razões, o eixo da família busca trabalhar as relações intra-familiares, com o intuito de promover a reaproximação e findar o processo de abandono a que estão submetidos os presos.

O quarto eixo, por seu turno, atua no núcleo comunitário, formando parcerias entre comunidade e universidade, constituindo redes entre conselhos e associações das comunidades e o mercado de trabalho e a sociedade em geral, visando a criação de políticas públicas que propiciem a redução do medo e da estigmatização, a fim de facilitar o retorno do encarcerado ao mercado de trabalho por meio do debate sobre temas relacionados à problemática do sistema prisional a fim de promover uma troca de lentes, a fim de mudar o foco do criminoso para o sistema que interage com ele.

3.2 Reconstrução Histórica e atividades realizadas.

A partir de uma análise documental de atas, relatórios e registros feitos pelos Pela Coordenadora e os desmurados ao longo do desenvolver do projeto, busca-se, a partir de agora, fazer uma breve reconstrução da história de atuação do “Universidade Sem Muros”.

No decorrer desta pesquisa, as fontes utilizadas permitiram que se fizesse um breve passeio ao longo caminhos antes percorridos pelo projeto, possibilitando, de certa forma, visitar os seus bastidores e conhecer mais sobre a sua dimensão. Assim, ao reviver esta história foi possível identificar uma divisão do projeto em três momentos distintos:

O primeiro deles corresponde ao momento de formação do projeto e se estende pelo período de 2005 a 2012, com os principais trabalhos centrados no Presídio Masculino de Florianópolis; o segundo, de 2012 a 2014 e foi marcado pela entrada do USM no Presídio Feminino, ao passo que o terceiro compreende ao período atual e consiste no redirecionamento do presídio para as penas alternativas e Justiça Restaurativa.

Nesse primeiro momento, as atividades do USM estavam centradas no trabalho prisional junto à Penitenciária, no Complexo Prisional de Florianópolis, na comunidade Mont Serrat, junto ao Centro Cultural Escrava Anastácia e à liderança comunitária do padre Vilson Groh e formou alianças com a Associação Habeas Corpus (constituída por amigos e familiares dos encarcerados), CEVIC (Centro de Atendimento à Vítima), as Comissões de Assuntos Prisionais e Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina - OAB/SC, além de advogados militantes (Luzia Maria Cabrera, Daniela Félix Teixeira, Mário Davi Barbosa, Roberta Espíndola Miranda, Felipe Moreira de Oliveira, Luciano Góes).

O projeto deu seus primeiros passos no ano de 2005, ano em que as ideologias que deram forma ao projeto foram colocadas “na ponta do lápis”. Nesse ano, foi criado o primeiro modelo de planejamento anual das atividades que seriam realizadas pelos desmurados, o que traçou as diretrizes iniciais a serem seguidas pelo projeto. Neste primeiro momento, definiu-se que as atividades seriam realizadas e traçou-se os objetivos do projeto - prestação de assistência jurídica e redução dos canos do cárcere - e estabelecidos os moldes de execução das atividades: desde a sua divulgação, com a realização de uma palestra de lançamento; a seleção do corpo de trabalho, por meio de

voluntariado de estudantes e profissionais de diversas áreas que se demonstrassem aptos a atender às necessidades do projeto; o processo de capacitação dos desmurados, com a realização de oficinas e seminários promovidos por profissionais de diversas áreas do conhecimento; a formação das equipes, que se dividiriam em núcleos de atuação e, por fim, da realização de atividades a fim de promover o diálogo entre a comunidade acadêmica e os encarcerados.

As atividades dentro da Penitenciária tiveram início no ano de 2006, por intermédio a atuação conjunta da Coordenadora do projeto e do desmurado Giovani de Paula²², que entraram em contato com o então Diretor do Complexo Penitenciário de Florianópolis que "abriu as portas da prisão" para a entrada do projeto.

As atividades tiveram início em maio daquele ano e tiveram como marco inicial a formação do corpo de trabalho e a criação de parcerias com algumas instituições, como a Associação Habeas Corpus – constituída por amigos e familiares dos encarcerados e a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC; e após, formaram-se os núcleos de atuação. Em seguida, foram realizadas reuniões gerais com o intuito de discutir e avaliar o andamento das atividades e reuniões com os núcleos de atuação, a fim de promover a capacitação do corpo de trabalho e de cada núcleo.

Foram realizadas ainda reuniões mais específicas, para estruturação dos núcleos de trabalho, destinadas a aperfeiçoar o campo de atuação de cada um deles, sendo recorrentes as discussões acerca da metodologia de trabalho, da capacitação dos integrantes e do cronograma de atividades a ser seguido por cada grupo.

No dia 10 de maio de 2006 foi realizada a primeira reunião entre os desmurados, na qual foi feita a apresentação do projeto e foi dado início aos encaminhamentos. Colocou-se em pauta a necessidade de realização de reuniões com os parceiros do projeto e foi feita a distribuição de tarefas.

Em reunião com o Diretor do Complexo Penitenciário de Florianópolis, ele informou não haver problemas na execução penal e afirmou que a grande dificuldade girava em torno dos processos em que ainda não havia condenação, pois nestes persistia certa dificuldade na progressão de regime. Salientou ainda a problemática que gira em torno da ausência de parcerias e do abandono por parte dos familiares e da comunidade.

Com relação aos núcleos de trabalho, o eixo da legalidade foi o primeiro a dar início às atividades, com o levantamento de informações acerca da situação do Complexo Penitenciário à época, buscando informações sobre o andamento das

²² Orientando da Professora Vera no curso de mestrado à época e convidado pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina para participar do projeto.

execuções penais e dos processos judiciais em andamento, bem como a elaboração dos mapeamentos diversos com o intuito de identificar situações emergenciais que carecessem de atendimento imediato; já o eixo da família, deu seus primeiros passos buscando interação com a Associação Habeas Corpus, a fim de juntos promoverem o contato entre os presos e seus familiares, buscando reestruturar os vínculos rompidos, reduzir a dor da separação e o abandono provocados pelo cárcere e prevenir os conflitos e a criminalização do outro.

No dia 17 de agosto de 2006 foi realizada uma reunião de sensibilização com o intuito de divulgar o projeto, tanto no curso de Direito quanto nos demais cursos da universidade, nesta oportunidade foi feita a apresentação do projeto e aberta a oportunidade para que voluntários não vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina pudessem se integrar a ele.

Ao longo do semestre ocorreram diversas reuniões gerais do projeto, com o intuito de discutir assuntos mais abrangentes, como a sua estruturação, os núcleos de trabalho, levantamento de parcerias, metodologias, bem como relatar o desenvolvimento das atividades e avaliar os progressos realizados.

No dia 03 de outubro do mesmo ano, o “Universidade Sem Muros” foi até a comunidade Mont Serrat, no Centro Cultural Escrava Anastácia, com o objetivo de constituir novas parcerias, desta vez para execução do projeto juntamente com os trabalhos comunitários realizados há mais de duas décadas pelo Padre Vilson com crianças e adolescentes nas comunidades carentes da capital.

Na oportunidade, os presentes falaram sobre o projeto, seus objetivos e seu comprometimento e conheceram um pouco mais sobre o trabalho ali realizado, a realidade da comunidade e o “público alvo” do trabalho do Padre Vilson Groh, porém, em virtude do grande número de demanda à época, a estrutura física do local já não se fazia suficiente, razão pela qual não poderia comportar também a presença do USM. Deste modo, sugeriu-se uma visita ao sítio mantido pelo projeto do Padre Vilson na cidade de Biguaçu, no qual se encontravam crianças e adolescentes que, por diversos motivos, necessitavam de proteção e segurança.

Ao final do segundo semestre do ano de 2006 o projeto iniciou as atividades relativas ao mapeamento das condições do Complexo Penitenciário à época. Para tanto, contou com a parceria do Prof. Dr. Aires José Rover para a constituição de um banco de dados informatizado e um sistema informatizado para a execução penal no Complexo.

Aos 31 dias do mês de março de 2007 foi promovido um encontro do eixo da família na comunidade Mont Serrat, para marcar o início, de fato, das atividades desse

núcleo de trabalho, porém, em virtude da coincidência da data do evento com a data de visita aos aprisionados, não foi possível contar com a presença de todos os familiares, entretanto, deu-se continuidade ao evento. Assim, a Professora Vera apresentou o projeto, definiu os núcleos, apresentou os seus membros e seus objetivos; dona Roseli, líder comunitária descreveu a realidade vivida pelas famílias dos aprisionados daquela comunidade, a abordagem policial, as revistas, as visitas ao presídio e a dificuldade causada pelo sistema penal para que as famílias possam manter seus laços afetivos; Padre Vilson, por sua vez, expôs seus projetos, as expectativas e esperanças criadas em contraponto com a violência policial e a dificuldade de integração no mercado de trabalho e, por fim, Luiza Cabrera Conceição, na condição de representante e membro fundador da Associação Habeas Corpus, relatou sua trajetória e falou sobre suas expectativas com relação às novas alianças que foram formadas.

Em maio do mesmo ano o USM participou de um encontro da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB/SC e deu início à formação de mais uma parceria.

No ano de 2008 o “Universidade Sem Muros” e o PET-Direito criaram o “Grupo de Estudos em Criminologia”, com o intuito de construir um espaço em que pudessem ser feitas discussões diversas com base em marcos teóricos da Criminologia Crítica. O grupo, aberto à comunidade, promovia encontros semanais realizados todas as quintas-feiras, às 16 horas no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina e seu primeiro módulo de discussão trazia à baila a obra de Alessandro Baratta, de fundamental importância para a compreensão da Criminologia Crítica e para a Desconstrução da dogmática penal e da política criminal.

Dando abertura ao ano de 2008, foi realizada uma reunião geral com os desmurados onde foram tratados de assuntos diversos, dentre eles, foram relatadas algumas experiências vividas pelos integrantes do eixo de legalidade no decorrer dos trabalhos realizados no ano anterior.

Relataram algumas dificuldades em retomar os trabalhos encerrados no ano de 2006, como a existência de problemas logísticos, de métodos de trabalho e atraso nas atividades, além da resistência injustificada por parte de alguns funcionários da prisão a alguns membros do projeto, porém, depois de superados os contratemplos a equipe pôde dar continuidade ao desenvolvimento das atividades em campo, ocupando os setores de revisão criminal e execução penal e, de outro lado, os desmurados voltados à área de serviço social passaram a atuar diretamente com a assistente social da penitenciária.

Ao longo da realização do trabalho, por mais que houvesse alguns percalços, constatou-se vários avanços no desenvolvimento do USM, na medida em que os

desmurados foram se integrando à rotina do Complexo Penitenciário, foram conquistando espaço e tendo acesso aos processos criminais.

Ademais, analisando o trabalho realizado na área de serviço social, o desmurado Arnaldo Xavier constatou indícios de que a execução e o setor social fossem os pontos de estrangulamento do sistema e de que o setor provisório seria o local mais adequado para fazer o mapeamento do perfil dos presos, tendo em vista o acesso integral ao prontuário de cada um deles. Com isso, deu-se início à elaboração de um projeto de mapeamento do “perfil carcerário”, o que consistia em um fichamento com nome, matrícula, idade, reincidência, faltas disciplinares, regime de execução da pena e data da prisão, e que serviria como base de dados para a intervenção no Setor Social.

No dia 21 de maio de 2008 o projeto fez uma visita ao Complexo Penitenciário de Florianópolis, juntamente com o então gerente do setor de execução penal e de alguns agentes carcerários a fim de analisar as estruturas físicas do local e se depararam com o alojamento dos presos provisórios em containers. A estrutura era coberta, a fim de evitar a chuva, porém não havia qualquer sistema de ventilação e estava exposto a extremas oscilações de temperatura, sendo muito quente no verão e muito frio no inverno. Evidente, aqui, o caráter de depósito da estrutura, reduzindo os presos a mera “coisas”, submetidas a condições degradantes de acomodação.

Dando início ao controle da legalidade no ano de 2008, os desmurados, primeiramente, estudaram os prontuários dos presos, onde era possível encontrar as informações sobre cada um deles, e analisaram as diversas espécies de progressão de regime, as faltas disciplinares e interrupção da pena e, com isso, puderam fazer um processo de triagem e identificar as situações urgentes que necessitavam de medidas imediatas. Levantados os dados, os desmurados elaboraram o mapeamento do perfil da população carcerária e em seguida, deram início aos trabalhos de assistência judiciária.

Referente ao mapeamento do perfil carcerário, importante destacar a colocação feita pelo desmurado Felipe Heringer Roxo da Motta²³ ao longo da entrevista:

Nota importante: esses números devem ser vistos sempre de modo aproximado. Os prontuários que os agentes da execução faziam não tinham um padrão comum (o que gera problema exatamente na hora de tentar buscar dados comuns entre eles). Isso significa que alguns pontos podem ter passado nos critérios adotados no "script" para processamento em massa e isso faria com que esses números tenham uma pequena distorção para mais ou para menos. Ainda assim, para o período em que estivemos lá, isso foi o mais próximo de algum mapeamento que estivemos para a situação existente na segunda metade de 2009 na penitenciária masculina de Florianópolis.

²³ Participante do Projeto Universidade Sem Muros, durante o período compreendido entre os anos de 2008 e 2010, em entrevista concedida para fins desta pesquisa.

Ainda no ano de 2008, no eixo de formação-ação, foram realizadas diversas pesquisas pelos integrantes do “Universidade Sem Muros”, tanto pelos integrantes do curso de Direito, quanto do curso de Serviço Social. Todas elas, com exceção da voltada para a área da Psicologia²⁴, realizadas sob orientação da Professora Dr^a. Vera Regina Pereira de Andrade, coordenadora do projeto.

As pesquisas realizadas por pós-graduandos do Curso de Direito foram as seguintes:

- *“Da construção social da criminalidade à reprodução da violência estrutural: Os conflitos agrários no jornal”* da mestranda em Direito Marília Denardin Budó;
- *“Como se estivesse morrendo – O sistema prisional e a revista íntima em familiares de reclusos em Florianópolis”* da mestranda em Direito Yuri Frederico Dutra;
- *“A cidadania desafiada: o direito a consumir consumiu o cidadão”* da aluna Mara Leal;
- *“Polícia Comunitária: limites e perspectivas na crise do sistema de justiça penal”* do mestrando em Direito Valter Cimolin;
- *“O impacto da construção social do medo e do sentimento de insegurança urbana na/para a formulação de políticas de segurança na cidade de Florianópolis/SC”* do mestrando em Direito Eduardo Pazinato da Cunha;
- *“Do juizado especial à lei Maria da penha: teoria e prática da vitimação feminista no sistema penal brasileiro”* da doutoranda em Direito Marília Montenegro Pessoa de Mello;
- *“A segurança pública no município: as políticas públicas para a contenção da criminalidade de rua entre os anos de 2004 a 2007”* da mestranda em Direito Daniela Félix Teixeira;

²⁴ Entretanto, Simone cursou a cadeira de Criminologia na graduação regularmente matriculada e a Professora Dr^a Vera Regina Pereira de Andrade participou da sua banca de defesa da dissertação.

- *"Relações arqueológicas entre discursos criminológicos e psicológicos: a legitimação de saberes e práticas"*, da mestranda em Psicologia Simone Martins;

Já as pesquisas realizadas por acadêmicos do Curso de Graduação em Direito e Serviço Social foram:

- *"Razão crítica e Direito Penal mínimo: uma aproximação dialética à relação minimalismi-abolicionismo"* do graduando em Direito Eduardo Granzotto Mello;
- *"Policiamento comunitário: democratização da segurança pública e controle"* do graduando em Direito Claus Henrique Bianco de Castro.
- *"O conceito de criminoso na Criminologia positivista"* do graduando em Serviço Social, Arnaldo Xavier da Silva.

No que tange aos trabalhos realizados junto ao Setor Social da Penitenciária Estadual de Florianópolis, nos anos de 2007 e 2008, foram desenvolvidos principalmente pelo desmurado Arnaldo Xavier da Silva e se concentraram, sobretudo, no atendimento aos presos provisórios.

Arnaldo avaliou a atuação do USM como sendo de extrema importância para assegurar tanto direitos dos presos quanto de seus familiares e afirmou, ainda, que era perceptível a melhora na qualidade do trabalho realizado pelo Setor Social após a intervenção do projeto, porém, a atuação do Serviço Social era "muito pontual e residual", as atividades desenvolvidas eram consideradas importantes, porém paliativas, isso porque, tendo em vista que o Serviço Social está subordinado a um setor cuja gerência domina apenas o saber técnico, o seu potencial para propor alternativas diversas para ir mais a fundo na realização dos trabalhos acaba por ser tolhido, o que acarreta em uma atuação apenas superficial, que não se faz suficiente para alcançar as causas dos problemas enfrentados pelos presos.

Deste modo, Arnaldo, em seu relatório final elaborado em agosto de 2009, chama atenção para a necessidade de um processo contínuo de formação humanista para os profissionais que atuam dentro do Setor Social.

“Uma formação que valorizasse o caráter humanista que o setor poderia explorar no espaço institucional, combinado com uma visão crítica do processo de proteção social, que contribuísse para enfatizar o papel do setor social na efetivação dos direitos sociais dos presos e de seus familiares; em detrimento do caráter simbólico que ainda persiste e o vincula à benevolência, à caridade, contribuindo para a perpetuação de práticas paternalistas, dos conchavos e das alterações de humor cotidianas que negam direitos ao invés de promovê-los” (SILVA, 2009).

Destaca-se aqui a participação do USM, na pessoa de sua coordenadora, Professora Dr^a Vera Regina Pereira de Andrade, nas atividades relativas à 1^a Conferência Nacional de Segurança Pública, protagonizada pelo Ministério da Justiça, no período de janeiro de 2008 a agosto de 2009, como membro da Comissão de Especialistas convidados pelo Ministério da Justiça para assessorar o Grupo responsável pela construção do projeto da Conferência (reunida em Brasília nos meses de janeiro e fevereiro de 2008), que deu origem a uma primeira conferência preparatória, realizada no auditório do Centro de Ciências Jurídicas desta universidade, nos dias 25 e 26 de março de 2009 e contou com a participação do Professor Dr. Theodomiro Dias Neto que, associadas à Conferência livre do Mont Serrat, realizada no dia 11 de julho de 2009 com iniciativa do USM e Centro Cultural Escrava Anastácia para debater a "Prevenção da Violência Contra Crianças e Adolescentes", deram origem ao artigo *"1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA: pensando o processo"*, publicado pela professora Vera.

Ainda nesse contexto, no ano de 2009, as desmuradas Roberta Espíndola Miranda e Gabriela Jacinto realizaram a Conferência Livre no Presídio Feminino de Florianópolis, uma das únicas conferências realizadas dentro do presídio feminino, e contou com a presença de dez mulheres aprisionadas em situações diversas, que debateram acerca das diretrizes para melhoras do Sistema Penitenciário, e tiveram a oportunidade de discutir segurança pública e expor seus anseios e necessidades enquanto membros da população carcerária brasileira, relataram suas mazelas, a produção de sofrimento desnecessário como forma de punição e as infinitas ilegalidades a que são submetidas.

Como se sabe, a desigualdade de gênero se faz constantemente presente na sociedade em geral e isso não se difere na comunidade carcerária, nesse caso, tendo em vista a falta de adequação do sistema carcerário ao universo feminino, as implicações sofridas pelas mulheres durante processo de encarceramento são muito maiores, uma vez que se tornam invisíveis e esquecidas a partir do momento em que são cercadas pelos

muros das prisões, além de se tornarem vítimas de toda e qualquer espécie de violência produzida pelo Estado.

Pensando nisso, a Conferência Livre foi realizada com o intuito de dar vozes a essas mulheres e fazer com que as suas necessidades enquanto membros do universo feminino e enquanto membros da comunidade carcerária sejam ouvidas. Para tanto, a conferência buscou desconstruir o senso comum criminalizador para que fosse possível compreender as peculiaridades que envolvem o presídio feminino, buscando um outro olhar sobre a instituição e sobre a forma em que as mulheres criminalizadas vivem, a fim de buscar uma solução e elaborar melhorias para garantir a dignidade dessas mulheres.

Durante a realização da conferência as desmuradas puderam, pelo contato com as presas, compreender o valor e a importância que teve para elas a oportunidade de darem e receberem atenção, de olharem e serem vistas, de ouvirem e ser ouvidas, de compreenderem e serem compreendidas, e ao final, elaboraram um relatório no qual foram elencados e mapeados, por ordem de prioridade estabelecida pelas presas, diversos princípios e diretrizes a serem seguidos para o alcance da minimização da dor e do horror do encarceramento.

No ano de 2010 a Professora Vera, coordenadora do projeto, se afastou das atividades dentro da Universidade Federal de Santa Catarina para a realização de seu Pós-Doutorado junto à Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Professor Juarez Cirino dos Santos. Neste ano, o projeto passou a oferecer dois grupos de estudos em Criminologia, sendo vespertino e matutino e promoveu a realização do Retiro Criminológico, enquanto os núcleos da legalidade e da família continuaram o exercício de suas atividades.

Nos dias 10, 11 e 12 de agosto do ano de 2010, o USM promoveu o "Encontro Internacional Justiça Restaurativa e Controle Social", sob coordenação da Professora Vera Regina, promovido com o intuito de abrir um canal de comunicação e consolidação de intercâmbio entre as instituições envolvidas. O Encontro reuniu palestrantes da Universidade Simon Fraser, de Vancouver, no Canadá; da Universidade Federal de Santa Catarina e do Centro Cultural Escrava Anastácia (Organização da Sociedade Civil) – (ANEXO X).

Os anos de 2010 e 2011 foram marcados por dois acontecimentos que representaram uma grande conquista na militância criminológica contra a barbárie torturadora e exterminadora que vinha sendo perpetrada pelo "Centro Educacional São Lucas", uma masmorra supostamente destinada à "ressocialização" de adolescentes infratores.

Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de 2010, a Magistrada Ana Cristina Borba Alves, com o apoio das Promotoras de Justiça Leda Maria Herman e Márcia Arguiar Arend e da pedagoga Margarete Sandrini, proferiu sentença de interdição da instituição, interrompendo o processo de tortura e extermínio que ali eram praticados contra crianças, adolescentes e jovens pobres e não brancos, sob a égide das “ações socioeducativas”, ou seja, tratava-se de uma espécie de genocídio infantil praticado através do sistema socio-educacional.

Aos 06 dias do mês de julho de 2011, um ato solene deu início ao processo de demolição da estrutura da “toca da tortura”, colocando abaixo os muros da masmorra pseudoeducativa, representando o encerramento de um ciclo de dor e horror que ali vinha sendo praticado.

Os 38 anos de funcionamento da instituição foram marcados por denúncias de maus-tratos, tortura, condições insalubres, alas fétidas e até mesmo execução dos adolescentes, razão pela qual a luta contra esse centro de extermínio mobilizou o apoio de diversas entidades comprometidas com a busca pela garantia dos Direitos Humanos, dentre elas, o “Universidade Sem Muros”.

Nas palavras da Professora Vera, o ato de demolição se trata de um “ato forte, simbólico de luto e celebração”:

DE LUTO, porque sob as cinzas desta Instituição genocida, ficará sepultada a dor e a morte de dezenas de vidas perdidas, a título de CUIDADO e PROTEÇÃO ESTATAL; DE CELEBRAÇÃO, para que, sob as cinzas deste extermínio silencioso, a história NUNCA MAIS assim SE REPITA;

DE CELEBRAÇÃO, para que sob as cinzas deste extermínio silencioso a luta quase decenária e também silenciosa que o depôs, e que em muitos momentos acompanhei, através de seus diversos atores, NUNCA MAIS SEJA ESQUECIDA (ANDRADE, 2011)²⁵.

Em nota, a professora Vera Regina saudou a todos os envolvidos, os parabenizou pela resistência e discursou acerca da luta utópica que vem sendo travada pela Criminologia Crítica e Abolicionista que teve, nesse ato, um símbolo de vitória, de prevalência do bem e da dignidade humana sobre o nosso Sistema Punitivo que brutalmente seleciona, estigmatiza e mata e ressaltou, ao final, a importância que os atos de interdição e demolição do “centro de extermínio” representam para a sociedade e história brasileira, sobretudo catarinense.

²⁵ Em nota emitida em nome do projeto “Universidade Sem Muros”.

No ano de 2012, iniciou-se a segunda fase do USM, marcada pelo início das suas atividades dentro do Presídio Feminino de Florianópolis, que tiveram como marco inicial a celebração do termo de cooperação entre a Universidade Federal de Santa Catarina, representada pelo “Universidade Sem Muros” e o Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com o objetivo de regulamentar a implantação de assessoria jurídica, psicológica e social gratuita e voluntariamente às presas provisórias e condenadas do Presídio Feminino de Florianópolis que não possuem condições financeiras de arcar com a prestação desses serviços durante o processo de encarceramento.

Para cumprir os objetivos traçados no termo, os participantes estabeleceram um plano de atuação conjunta, no qual foram estabelecidas algumas metas, de modo que os atendimentos às presas eram feitos por ordem, conforme base dados fornecida pelo próprio presídio e compreendia a orientação, esclarecimento de dúvida, ajuizamento de pedidos e acompanhamento na Vara de Execuções Criminais da Comarca da Capital com relação à prisão cautelar ou à execução penal.

As atividades dentro do presídio consistiam no atendimento pessoal e individualizado a todas as mulheres encarceradas, com o objetivo de reduzir os danos do cárcere. Nesse sentido, conforme elencou o desmurado Luciano Góes²⁶ foram realizadas as seguintes atividades:

1 - Acompanhamento e fiscalização dos processos de execução penal das presas condenadas (com sentença condenatória com trânsito em julgado), tendo como norte o cumprimento da legalidade estabelecida na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984);

2 – Às presas (definitivas ou provisórias) que possuíam advogados constituídos, somente havia comunicação do andamento processual. Já as que não possuíam advogados, eram praticados por mim todos os atos possíveis de acordo com o CPP e a LEP (pedido de progressão ao regime; pedido de remição, defesa em processo de apuração de falta disciplinar, acompanhamento em audiência, pedido de indulto, transferência, solicitação de trabalho, etc.);

3 – Impetração de habeas corpus (no juiz a quo, no TJSC ou STJ), pedido de relaxamento de prisão ou pedido de liberdade provisória, das presas em flagrante delito que ingressavam no estabelecimento que ainda não tinham advogados constituídos, no intuito de deixá-las o menor tempo possível no interior do estabelecimento prisional;

4 – Acompanhamento dos tratamentos médicos, solicitando, quando necessário, marcação de consultas diretamente com a médica, com a qual, conversava constantemente;

5 – Contato com as famílias das presas para repassá-las informações sobre seus familiares;

²⁶ Participante do Projeto Universidade Sem Muros, durante o período compreendido entre os anos de 2013 e 2014, em entrevista concedida para fins desta pesquisa.

6 – Constante contato com os encarregados das funções jurídicas do estabelecimento.

Cumprе destacar que ao longo do desenvolvimento das atividades do projeto, foram realizadas duas visitas ao Presídio Feminino de Florianópolis, a fim de analisar as condições do estabelecimento e verificar as condições de sobrevivência no local. A primeira foi no ano de 2006 e a segunda em 2009, ambas com resultado insatisfatório, chamara a atenção para as condições degradantes do sistema prisional.

O prédio em que está estabelecido o presídio não foi arquitetado para esse fim, sendo apenas um casarão adaptado para fazer a triagem feminina, o que deveria ser uma solução temporária que acabou se estendendo ao longo dos anos.

Aos 12 dias do mês de fevereiro de 2006, após o anúncio da realização da reforma no Presídio Feminino de Florianópolis no ano de 2005 e atendendo ao pedido do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina, Sr. Reinaldo Pereira e Silva, estiveram reunidos no local o Coordenador Geral do Comitê Catarinense de Combate à tortura, Dr. Eduardo Antonio Temponi Lebre; o representante da Universidade Federal de Santa Catarina, Sr. Hildenberg Soares de Lima; a Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia da 12ª. Região – SC, Sra. Regina de Fátima Baptista M. Reck; a Agente Fiscal do Conselho Regional de Psicologia da 12ª. Região – SC, Sra. Lucila de Castro Neves e a Assessora de Imprensa do Conselho Regional de Psicologia da 12ª. Região – SC, Sra. Patrícia Gomes dos Santos; a fim de constatar as condições do estabelecimento após a execução dos reparos.

Na ocasião, o grupo visitou a instituição para analisar as instalações reformadas, que compreendiam berçário, cozinha, pátio, banheiros, espaço para visitas externas, Oficina Laborativa, alojamento dos servidores públicos, parte hidráulica e elétrica.

Ao final da visita, constatou-se que as condições das instalações eram precárias e a reforma poderia ser considerada insuficiente, isso porque não se fez bastante para garantir condições mínimas de acomodação para as presas, muito menos atender aos requisitos da Lei de Execuções Penais e aos princípios da ONU quanto à capacidade do cárcere.

Além da superlotação, as condições de iluminação, ventilação e higiene eram escassas, as condições dos berçários eram péssimas e as presas eram trancadas para fazer suas refeições diárias por não possuírem refeitório. Ademais, foi constatada a inexistência de serviços de saúde ou assistência social, e não havia requisitos de segurança nem mesmo de privacidade.

Segundo relatório fornecido pelo comitê tratava-se de um local de privação de dignidade, descaso, intolerância e preconceito, razão pela qual, ao final do relatório, pediu-se que as autoridades responsáveis pela destinação da verba se prontificassem a fazer uma reforma que atenda às condições de dignidade humana, uma vez que, segundo informado pela diretora do presídio, foram investidos à época R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais) em uma reforma que sequer atende a requisitos básicos de acomodação.

No ano de 2009, o grupo, com alteração de alguns participantes, retornou ao Presídio Feminino de Florianópolis para reavaliar as condições do local e elaborar um relatório circunstanciado acerca das instalações, recursos humanos e dignidade da pessoa humana.

Ao chegar ao local o grupo presenciou a revista dos alimentos levados pelos familiares às presas e pode constatar certa desídia com relação às revistas, isso porque não se sabe ao certo o que pode e o que não pode ser entregue, além do processo ser muito rápido e não apresentar muitos requisitos de segurança.

Com relação às acomodações, a construção é antiga e contava à época com muitas celas improvisadas, o presídio se encontrava superlotado e não havia nenhuma cela individual, sendo todas coletivas, além de não haver um padrão dos setores de carceragem, que eram divididos de acordo com o regime prisional.

No que tange aos regimes de cumprimento de pena, em virtude da inexistência de casa de albergado na Grande Florianópolis, muitos juízes acabavam por substituir o regime aberto por prisão domiciliar, ao passo que, nos regimes semiaberto e fechado não havia qualquer distinção, sendo ambos cumpridos da mesma forma, ou seja, em regime fechado.

Ao se falar em segurança, esta foi definida como precária porque o isolamento do presídio foi considerado insuficiente e a vigilância frágil, uma vez que era feita única e exclusivamente pelos agentes penitenciários, de modo que, somente em casos emergenciais era possível contar com o auxílio da Polícia Militar.

No Presídio eram oferecidas três refeições diárias, preparadas pelas detestas - que tinham, inclusive, acesso aos utensílios de cozinha, fogão, etc. Persistiu a inexistência de refeitório, de modo que as refeições continuaram sendo feitas dentro das celas, situação essa que já foi verificada na visita realizada em 2006.

O atendimento na área da saúde continuava insatisfatório, contando apenas com uma técnica de enfermagem concursada pelo DEAP, não havendo médicos, dentistas ou psicólogos. Podia-se contar apenas com o auxílio de uma médica voluntária que

realizava alguns atendimentos no local, porém, a regra geral era que as presas fossem atendidas no Presídio Masculino, entretanto, em razão da inexistência de leito feminino, elas não poderiam permanecer internadas no local.

Em geral, o presídio foi considerado inadequado e as condições extremamente precárias, não atendiam a requisitos de segurança, higiene e dignidade da pessoa humana e, por óbvio, não se fazia suficiente para promover a “ressocialização” das presas, uma vez que apresenta condições indignas de sobrevivência, tais como superlotação, maus-tratos, abandono, precariedade na saúde e higiene, além uma estrutura totalmente inadequada para os fins a que se destina e, desta forma, o Estado, ao revés do que promete o discurso legitimador do Sistema Penal, se torna o responsável por nutrir o rancor que o preso sente da sociedade.

No período compreendido entre maio e agosto de 2013 as presas tiveram a oportunidade de conversar com os membros do projeto para que fosse traçado um mapeamento geral do presídio com levantamento de dados acerca da situação de cada uma das presas. Os atendimentos se iniciaram a partir das prisões cautelares, sendo realizados, em média, 50 atendimentos semanais e, a partir do mês de junho, as presas condenadas em regime aberto e semiaberto passaram também a receber atendimento jurídico, que consistiam na prestação de assistência jurídica, análise do andamento processual, prazos, peças cabíveis, recursos, condenações, prazos para progressões, remições por estudo, etc.

Nas palavras de Vanessa Maciel Lema²⁷;

Através do atendimento direto com a população carcerária, o fato de poder minimizar a dor daquelas mulheres, com o contato olhos nos olhos, pode ser considerado o ponto mais importante e positivo conquistado, e evidentemente, a possibilidade de conseguir a liberdade de várias mulheres presas naquela unidade (LEMA, 2015).

No primeiro semestre do ano de 2013 foi realizado um mini-curso de formação em Criminologia e Execução Penal, denominado “Criminologia e Prisão” no qual foi desenvolvida uma importante capacitação teórica dos desmurados para atuação no controle da legalidade dentro das prisões.

Nesse mesmo ano o Grupo de Estudos em Criminologia abordou a temática USM e foram realizados diversos encontros, que intercalavam entre debates acerca das leituras realizadas e a exposição de filmes relacionados ao tema. Foram, também,

²⁷ Participante do Projeto Universidade Sem Muros, durante o período compreendido entre os anos de 2013 e 2014, em entrevista concedida para fins desta pesquisa.

promovidos diversos eventos, todos abertos à comunidade, com a finalidade de fomentar a discussão e o debate acerca de temas relativos aos propósitos a que se destinava o projeto e como atividade de encerramento daquele ano, foi promovido um seminário no qual os participantes puderam apresentar seus temas de pesquisa e tiveram a oportunidade de dialogar entre si e socializar o conhecimento.

Quando as atividades de assessoria jurídica do projeto dentro do presídio começou a produzir resultados positivos para a população carcerária a gestão do Sistema Prisional de Santa Catarina começou a impor alguns obstáculos para a atuação do projeto, inviabilizando a sua continuidade dentro do Presídio Feminino de Florianópolis, encerrando, portanto, as atividades do USM no estabelecimento prisional. Marcado pelo encerramento das atividades do USM no presídio feminino, tendo em vista a diversidade dos resultados alcançados, considera-se o ano de 2013 um ano de grande produtividade para o projeto.

Com o fim das atividades do USM dentro dos estabelecimentos prisionais encerra-se o segundo momento do projeto, passando-se, então, para o terceiro e último momento, que perdura até os dias atuais, em que as atividades do projeto estão voltadas para a aplicação de penas alternativas e Justiça Restaurativa.

Por volta de julho de 2014 a coordenadora do projeto iniciou as tratativas junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina para selar uma aliança com o USM no sentido de trabalhar a aplicação de penas alternativas e modelos de justiça restaurativa-comunitária, visando a retirada de conflitos do sistema penal e da prisão e deu início às atividades com a participação de alguns membros do projeto no Curso de Justiça Restaurativa ofertado pela Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em agosto de 2014, com o objetivo de formar mediadores.

Além desse, foram oferecidos outros dois cursos de formação-ação no âmbito da Justiça Restaurativa:

O primeiro foi realizado entre outubro e novembro de 2014, visando à formação e consolidação dos conhecimentos básicos sobre o tema entre os acadêmicos interessados, possibilitando, o debate e a possível atuação prática; o segundo, “Seminário Internacional Justiça Restaurativa em Debate: Fundamentos e Experiências” foi realizando recentemente, no mês de novembro de 2015, nos dias 11, 12 e 13, na comunidade Mont Serrat, no Centro Educacional Marista Lúcia Mayvone (dias 11 e 12), e no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (dia 13 de novembro) – (ANEXO X).

O Evento realizado a várias mãos foi realizado conjuntamente pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pela Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina – ESMESC; pelo Consulado do Canadá; pela Vara da Infância e Juventude da Capital; pelo Instituto Padre Vilso Groh e pelo Universidade Sem Muros, com o objetivo de sensibilizar os participantes acerca dos benefícios da Justiça Restaurativa como resposta às limitações do modelo de justiça juvenil adotadas, contribuindo para o desenvolvimento e a difusão das práticas restaurativas.

Em novembro de 2015, a professora Vera ofereceu um curso de formação-ação preparatório para o Seminário Internacional de Justiça Restaurativa supracitado. O curso foi direcionado a alguns desmurados com o intuito de prepará-los para atuarem como facilitadores dos círculos de Justiça Restaurativa e mediação ao longo do Congresso.

Em setembro de 2015 foi proposta a criação da disciplina optativa de Justiça Restaurativa para o curso de Direito. A disciplina tem como objetivo principal proporcionar aos alunos inscritos uma visão global de noções e princípios de Justiça Restaurativa a fim de promover o seu desenvolvimento no Brasil em contrapartida à crise de legitimidade e a expansão do sistema penal, proporcionando a articulação entre teoria e prática através da abordagem da comunicação não-violenta, seus componentes e principais práticas, em especial os círculos restaurativos e os círculos da paz (ANEXO XII).

Ademais, ao longo do projeto o USM realizou processos seletivos de bolsistas junto à PROEX, nos quais foram selecionados os bolsistas Thomaz Albaladejo Hallam; Juarez dias e Maria Anacleto; e em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para atuar junto à Coordenação de Execução Penal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CEPEVID), no TJ/SC, sob coordenação do Juiz Auxiliar da Presidência, Júlio Cesar Machado Ferreira de Melo, no qual foram selecionados os seguintes bolsistas: Vitória de Macedo Buzzi; Ana Clara Garcia Seibel; Bruna Martins Costa.

3.3 Significado do Projeto

De modo geral o “Universidade Sem Muros” alcançou resultados positivos, atingindo seus objetivos de conduzir o acadêmico para além dos muros da universidade, criando uma relação entre teoria e empiria, mostrando que a criminologia crítica possui fundamento prático e real, no que diz respeito à funcionalidade do Sistema Penal, da Lei de Execuções Penais e da Constituição Federal.

Foi um projeto de grande relevância, tanto para o curso de Direito quanto para a sociedade, tendo em vista que desconstruiu os muros da universidade e abriu as portas desse ambiente historicamente elitista e conservador para uma rica troca de experiências e saberes com membros da comunidade e para o contato direto com a realidade prisional, contribuindo com a horizontalidade entre universidade e sociedade e promovendo a desconstrução do pensamento jurídico formando futuros operadores do Direito dotados de pensamento crítico e humanista, capazes de olhar pelo outro, além de realizar inúmeras conquistas no que diz respeito ao sistema prisional, na luta pela legalidade e pela redução dos danos do cárcere, garantindo direitos e cerceando violências.

Na mesma medida o USM teve também grande significado no âmbito da pesquisa e extensão, uma vez que o projeto foi muito além da mera extensão universitária de cunho assistencialista e laboratorial, articulando extensão, ensino e pesquisa, mesclando teoria e empiria na busca pelo conhecimento criminológico e promovendo o diálogo entre saber técnico e saber popular.

Igualmente, o projeto teve também grande influência sobre os seus participantes, que em entrevista concedida para a realização desta pesquisa, perguntados sobre como avaliavam a atuação do USM e a influência do projeto em suas vidas, responderam da seguinte forma:

- Giovanni de Paula. Atua no projeto desde a sua formação até os dias atuais, no eixo da família e da legalidade, participa de reuniões, eventos, cursos e realizava visitas a instituições do sistema de justiça criminal, principalmente instituições prisionais:

Na minha atividade acadêmica me ampliou a consistência no discurso teórico com base na criminologia crítica. Com base nas experiências meu discurso ganhou mais “crédito” diante das evidências que me permitia correlacionar com mais convicção a teoria x prática. Me tornou “diferente”. Ampliou minha leitura sobre violência, sociedade e sistema de justiça. Me estimulou a acreditar

que é possível sim acreditar, nos termos da CFRB de 1988, na construção de uma “sociedade mais livre, justa e solidária”. Minha gratidão pelo que o USM fez em minha trajetória profissional e acadêmica.

- Eduardo Granzotto Mello. Atuou no projeto desde o início até o ano de 2013, participava das atividades de formação: coordenação de grupo de estudos, ministração de cursos, desenvolvimento de oficinas e de atividades práticas: organização e participação em reuniões com familiares de presos, visitas às unidades do sistema prisional, entrevista com encarcerados e encarceradas do sistema prisional, estudo e elaboração de peças em processos de execução criminal:

Avalio que a atuação no “Universidade Sem Muros” teve um peso importante para minha formação, pois permitiu experimentar as potencialidades da militância no âmbito da universidade a partir da participação atividades para muito além da sala de aula. De outro lado, o projeto permitiu iniciar o contato com a realidade do sistema prisional, especialmente com as dificuldades que tal sistema apresenta para uma prática política e profissional com horizonte transformador.

- Luciano Góes. Atuou no projeto nos anos de 2013 e 2014, participava das atividades de formação e desenvolvida atividades como advogado voluntário no Presídio Feminino de Florianópolis:

Na minha avaliação, o USM cumpriu seus objetivos, apesar de achar que poderíamos ter feito muito mais. A influência que a experiência que o projeto me proporcionou é clara e profunda. A convivência com as mulheres encarceradas me mostrou qual a dimensão da violência da prisão sobre elas e os efeitos do cárcere, especialmente no abando afetivo e familiar.

- Marina Leite de Almeida. Iniciou sua atuação no ano de 2012 e perdura até os dias atuais, participa na organização de eventos e cursos no âmbito de formação-ação.

Avalio o projeto como sendo um espaço de militância e resiliência, onde pessoas engajadas se encontram para realizar sonhos acalentados por todo o amor desorientador de Vera. Entendo que o projeto realmente procura tornar concreto o projeto de extensão e de Universidade que o orienta e o faz sempre buscando a solução ética e humana. A influência que ele teve na minha vida-formação-graduação foi central e determinante, assim como pude observar a influência altamente positiva que lançou sobre pessoas que a ele somaram durante esses anos. Em geral, o projeto as atinge como um sopro de vida e um lembrete de que são as utopias que nos fazem caminhar.

- João Victor Antunes Krieger. Iniciou sua atuação no ano de 2014 e perdura até os dias atuais, participa na organização de eventos e cursos no âmbito de formação-ação:

Quanto a minha vida, posso dizer que o USM foi de grande importância ao mostrar que é possível atender aos objetivos de uma Universidade Necessária (como sugere Darcy Ribeiro) – isto é, uma universidade engajada e participativa, que rompe com o elitismo e realiza sua função de transformação social, colocando em prática os saberes ali construídos. Nesse sentido, o USM também deu a possibilidade de colocar a teoria da JR na prática e, assim, fomentar dúvidas, críticas e propostas de adaptação que não seriam possíveis no estudo bibliográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade pública, como se viu, enfrentou nas últimas décadas uma série de dificuldades que levaram à precarização do ensino universitário, tendo em vista a influência de diversos fatores sócio-políticos que conduziram à necessidade de produção de conhecimento imediato e comercializável e mão de obra qualificada, comprometendo, gravemente a qualidade do ensino produzido dentro da instituição. Com isso, Boaventura de Sousa Santos²⁸ propõe, como forma de se resgatar a qualidade do ensino universitário, a implementação de atividades de extensão universitária, permitindo à academia ampliar os seus horizontes para além das barreiras estruturais, abrindo espaço para que os discentes tenham a oportunidade de fazer parte de diferentes cenários, tomando conhecimento da realidade social de cada um deles e atuando ativamente na busca por respostas às diversas demandas sociais.

Nesse sentido, este trabalho se propôs a redesenhar os caminhos percorridos pelo projeto de extensão universitária "Universidade sem Muros", através de análise documental e entrevistas com os atores do projeto, a fim demonstrar, com isso, a sua importância, para todos os envolvidos. Como visto, o projeto vai além do senso comum de extensão universitária, proporcionando uma ecologia de saberes, ou seja, o diálogo entre universidade e comunidade, promovendo a horizontalidade entre todos os envolvidos no projeto.

O projeto transcendeu as barreiras da universidade permitindo aos desmurados conhecer de forma concreta a realidade do Sistema Prisional de Florianópolis e, no exercício das atividades desenvolvidas na busca pela legalidade, permitiu-os adquirir, através da prática de assistência jurídica, uma vasta experiência processual, além de lhes proporcionar um vasto acúmulo teórico, por intermédio dos programas de formação-ação.

Ademais, no que concerne à relação com as instituições, o USM proporcionou aos desmurados a oportunidade de conhecer internamente e aprender na prática o funcionamento de cada uma delas, permitindo-os se compreender a dinâmica de um presídio e de uma comunidade, e se inteirar acerca das principais barreiras que são interpostas ao se propor uma interação entre uma instituição prisional e a comunidade, permitindo aos desmurado reunir um grande acúmulo prático.

²⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo; Cortes, 2005.

Por outro lado, o projeto trouxe também resultados concretos ao seu “público alvo”, tanto em relação ao atendimento das demandas processuais que lhe foram propostas, quanto à interação da população encarcerada e seus familiares, aplicando o princípio da comunicação recíproca ensinado por Alessandro Baratta²⁹, reduzindo o abandono afetivo e familiar sofrido pelos presos em razão das dificuldades importadas pelo cárcere e, desta forma, contribuindo para a ressocialização social no âmbito da família, proporcionando o regresso do preso ao seio familiar.

Ademais, em razão do seu caráter puramente horizontal, foi possível perceber que o USM segue também a linha de pensamento propostas por Paulo Freire³⁰ e Boaventura de Sousa Santos³¹, no sentido de abrir as portas da universidade e promover o diálogo com os membros da sociedade, tornando-a mais inclusiva e contribuindo para a coesão social, uma vez que o USM concentrou os seus esforços para desconstruir os muros que separam universidade e comunidade, fazendo com que essa instituição originalmente seletiva e elitista se tornasse um ambiente aberto e democrático, capaz de promover o “olhar para o outro” e de formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento social, dotados de capacidade de reflexão crítica sobre os problemas sociais e de visão humanista.

Como resultado, foi possível concluir que o projeto de extensão universitária “Universidade Sem Muros”, ao longo de toda a sua trajetória dentro desta instituição de ensino, representa uma ferramenta de aprendizado global.

²⁹ BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou Controle Social: Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado.

³⁰ FREIRE, Paulo (1985) Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

³¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo; Cortes, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Amy Adelina C. Faria. **De gente a gente só tem o nome: a mulher no sistema penitenciário em Sergipe**. Aracaju: UFS / Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

———. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

———. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

———. **Minimalismos, abolucionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão**. In: Revista Sequência, nº 52, jul. 2006.

———. **Horizonte de Projeção do Controle Penal no Capitalismo Globalizado Neoliberal**. In BATISTA, Vera Malaguti; ABRAMOVAY, Pedro (Orgs.). Depois do Grande encarceramento. Rio de Janeiro: Revan-Instituto Carioca de Criminologia, 2010.

BARATTA, Alessandro. **Ressocialização ou Controle Social: Uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado**. Alemanha Federal. Disponível em: <www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf> Acesso em: de Outubro de 2015.

———. *Criminologia y Sistema Penal: Compilación in memoriam*. Buenos Aires, Argentina: Editorial B de F, 2006.

———. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; BRETAN, Maria Emilia Acioli Nobre. **Teoria e prática da reintegração social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal**. In: SÁ, Alvino Augusto de; SHECAIRA, Sérgio Salomão (Orgs.). Criminologia e os problemas da atualidade. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de et al. **Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatização do egresso penitenciário**. Temas IMESC: Sociedade, Direito, Saúde, São Paulo, 1984.

CHAUI, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: novembro de 2015.

FALCONI, Romeu. **Sistema presidencial: reinserção social?** São Paulo: Ícone, 1998.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FOUCAULT, Michel Foucault. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis, Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo (1985) **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

GONDIM, Viviane Coêlho de Séllos. **A ressocialização do encarcerado como questão de responsabilidade social.** Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais, São Paulo, 2007.

GURGEL, Yara Maria Pereira. **Direitos humanos, princípio da igualdade e não discriminação: sua aplicação às relações de trabalho.** São Paulo: 2010.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **O trabalho e os dias: enfoque antropológico sobre trabalho e prisão.** Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias, Pelotas, 2000.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. **Finalidades da pena.** Barueri: Manole, 2000.

MARTINS, Fernanda. **A (des)legitimação do controle penal na Revista de Direito Penal e Criminologia (1971 – 1983): O Direito Penal, a Criminologia e a Política Criminal como 144 campos de análise crítica ao sistema punitivo brasileiro.** 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** Trad. José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2003.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. **O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social.** 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RODRIGUES, Anabela Maria Pinto de Miranda. **Reinserção social: para uma definição do conceito.** Revista de Direito Penal: Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortes, 1995.

———. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo; Cortes, 2005.

———. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **Extensão universitária compromisso social ou solidariedade?** 1998. Disponível em: <
<http://www.adusp.org.br/files/revistas/14/r14a04.pdf>> Acesso em: out. 2015.

TOALDO, Olindo Antonio. **Extensão universitária: a dimensão humana da universidade**. Santa Maria: UFSM, 1977.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos “A onda punitiva”**. Tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

———. **A política punitiva da marginalidade: revisitando a fusão entre “workfare” e “prisonfare”**. In: Revista Epos. Rio de Janeiro, 2012.

WARAT, Luis Alberto. **A fantasia jurídica da igualdade: Democracia e direitos humanos numa pragmática da singularidade**. In: Revista Sequência, v.13, nº 24. Florianópolis, setembro de 1992.

WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan/ Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Criminología: aproximación desde un margen**. Santa Fé de Bogotá: Temis, 1998.

ANEXO I – GRUPOS DE ESTUDOS - FORMAÇÃO-AÇÃO - 2008



O Grupo de Estudos em Criminologia é iniciativa do Projeto Universidade Sem Muros e do PET-Direito, no intuito de construir e consolidar um espaço público de discussão teórica permanente, tendo por referenciais os marcos teóricos críticos da Criminologia.

Os encontros, abertos à comunidade, ocorrem na Sala 009 do Centro de Ciências Jurídicas, todas as quintas-feiras, às 16:00. Todos os textos constantes do programa de discussão se encontram disponíveis em pasta específica na Reprografia localizada no Hall do CSE.

O primeiro módulo de discussão do Grupo de Estudos em Criminologia traz à cena a obra de Alessandro Baratta, indispensável para a compreensão do processo de Construção da Criminologia Crítica e da revisão da Dogmática Penal/Política Criminal.

MÓDULO I

O Pensamento de
Alessandro Baratta



LEITURAS PRÉVIAS: (1) ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Fragmentos de uma grandiosa narrativa: homenagem ao peregrino do humanismo. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Verso e reverso do controle penal*. V.1. Florianópolis: Fund. Boiteux, 2004. [pp. 197-216];

(2) BATISTA, Vera Malaguti. Duas ou três coisas que sabemos (por causa) dele. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Verso e reverso do controle penal*. V.1. Florianópolis: Fund. Boiteux, 2004. [pp. 189 - 198]

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS

21/08 – Reunião inaugural. Discussão da literatura prévia e apresentação da metodologia.

28/08 – BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2002. Introdução. [pp. 21-28] Capítulos XII e XIII. [pp. 159 - 182]

04/09 – BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2002. Capítulos XIV e XV. [pp. 183 - 208]



11/09 – BARATTA, Alessandro. Observaciones sobre las funciones de la cárcel. In: *Criminología y sistema penal (compilación in memoriam)*. Montevideo-Buenos Aires: Editorial B de F, 2006. [pp. 357 - 375]

18/09 – BARATTA, Alessandro. Enfoque crítico del sistema penal. In: *Criminología y sistema penal (compilación in memoriam)*. Montevideo-Buenos Aires: Editorial B de F, 2006. [pp. 89 - 110]

25/09 – BARATTA, Alessandro. Princípios do direito penal mínimo. Tradução de Francisco Bissoli Filho. – ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos, abolicionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. Disponível em www.criminologiacritica.net.

02/10 – BARATTA, Alessandro. Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. In: *Fascículos de Ciências Penais*. Ano 6. V.6. 2. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1993. [pp. 44 - 60]

– BARATTA, Alessandro. Defesa dos direitos humanos e política criminal. In: *Revista Discursos Seditiosos*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. [pp. 57 - 70]

09/10 – BARATTA, Alessandro. Resocialización o control social: por un concepto crítico de 'reintegración social' del condenado. In: *Criminología y sistema penal (compilación in memoriam)*. Montevideo-Buenos Aires: Editorial B de F, 2006. [pp. 376 - 393]

16/10 – BERGALLI, Roberto. Alessandro Baratta, filósofo do direito [penal] e da política. In: *Revista Discursos Seditiosos*. Ano II, nº 15/16. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007. [pp. 105 - 120]

23/10 – Reunião de encerramento do módulo. Avaliação. Escolha da temática para o Módulo II.

Organização:

Programa de Educação Tutorial (PET-DIREITO)
Projeto Universidade Sem Muros

Coordenação:

Prof.ª Dr.ª Vera Regina Pereira de Andrade

Informações:

www.criminologiacritica.cjb.net
petdirufsc@gmail.com



ANEXO II – GRUPOS DE ESTUDOS - FORMAÇÃO-AÇÃO – 2009



O *Grupo de Estudos em Criminologia* é iniciativa do Projeto Universidade Sem Muros e do PET-Direito, no intuito de construir e consolidar um espaço público de discussão teórica permanente, tendo por referenciais os marcos teóricos críticos da Criminologia.

Os encontros temáticos, abertos à comunidade, ocorrem na Sala 003 do Centro de Ciências Jurídicas, todas as sextas-feiras, às 15:30. Todos os textos constantes do programa de discussão se encontram disponíveis na pasta "Grupo de Estudos Em Criminologia", na Reprografia localizada no Hall do CSE.

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS

Encontro 1 – Introdução à Criminologia Crítica

09/10 – BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2002. Capítulo XV. (pp.197 – 208)

– ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema penal máximo x cidadania mínima*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. Capítulo I.

Encontro 2 – Sistema Penal, Direitos Humanos e Prisão

16/10 – BARATTA, Alessandro. *Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal*. In: *Fascículos de Ciências Penais*. Ano 6. V.6. 2. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1993. (pp. 44 – 60)

• BARATTA, Alessandro. *Resocialización o control social: por un concepto crítico de 'reintegración social' del condenado*. In: *Sistema Penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1991. (pp. 251-265)

Encontro 3 – Direito Penal e Poder Punitivo

23/10 – BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Direito Penal Brasileiro* / 3 edição. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006. Capítulo I, §2 e §3. (pp. 43-78)

Encontro 4 – A América Latina e a Deslegitimação do Sistema Penal

30/10 – CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2005. Capítulo V. (pp. 115-132)

• ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *El sistema penal en los países de América Latina*. In: *Sistema Penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1991. (pp. 221-236)



Encontro 5 – Autoritarismo Cool e Criminologia na América Latina

06/11 – Exibição das gravações do Curso "Criminologia e Autoritarismo Cool Na América Latina", ministrado no Centro de Ciências Jurídicas em 2008 pelo Prof. Dr. Eugenio Raúl Zaffaroni.

Encontro 6 – Questão Criminal e Direitos Humanos

13/11 – Texto a definir.

• Encontro com participação do Prof. Ruben Manente, Mestre e Doutorando pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilla, Espanha), que fará exposição sobre questão criminal a partir da concepção de Direitos Humanos de Joaquín Herrera Flores.

Encontro 7 – Criminologia Crítica e Feminismo

20/11 – ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher a soberania patriarcal*. In: *Revista Discursos Sediciosos*, ns. 15 e 16. Rio de Janeiro: Editora Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2007. (pp.167-185)

Encontro 8 – Direito Penal Mínimo

27/11 – BARATTA, Alessandro. *Princípios do direito penal mínimo*. Tradução de Francisco Bissoli Filho.

– ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Minimalismos, abolicionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão*.

Encontro 9 – Vitimologia e Justiça Restaurativa

04/12 – Texto a definir.

• Encontro com a participação da Profa. Dra. Alline Pedra Jorge-Birol, doutoranda pela Universidade de Lausanne (Suíça), que fará exposição sobre o tema "Vitimologia e Justiça Restaurativa".

Organização:

Programa de Educação Tutorial (PET-DIREITO) e Projeto Universidade Sem Muros

Coordenação:

Prof.ª Dr.ª Vera Regina Pereira de Andrade

Informações:

petdirufsc@gmail.com – www.petdireito.blogspot.com

Carga horária:

Aos participantes será concedido certificado de 30 horas-aula.



ANEXO III – GRUPOS DE ESTUDOS - FORMAÇÃO-AÇÃO – 2010



O *Grupo de Estudos em Criminologia* é iniciativa do Projeto Universidade Sem Muros e do PET-Direito, no intuito de construir e consolidar um espaço público de discussão teórica permanente, tendo por referenciais os marcos teóricos críticos da Criminologia.

Os encontros temáticos, abertos à comunidade, ocorrem na Sala 003 do Centro de Ciências Jurídicas, todas as sextas-feiras, às 15:30. Todos os textos constantes do programa de discussão se encontram disponíveis na pasta "Grupo de Estudos Em Criminologia", na Reprografia localizada no Hall do CSE.

A temática para o primeiro semestre de 2010 é **CRIMINOLOGIA CRÍTICA BRASILEIRA**.

CRONOGRAMA "A CRIMINOLOGIA CRÍTICA BRASILEIRA"

Encontro 1 – Roberto Lyra Filho e a Criminologia Dialética

09/04 – LYRA FILHO, Roberto. *A criminogênese à luz da criminologia dialética*. In: *Revista do Superior Tribunal Militar*, N. 1, 1975. (pp. 29 – 49)

• LYRA FILHO, Roberto. *Carta aberta a um jovem criminólogo: teoria, práxis e táticas sociais*. In: *Revista de Direito Penal*, N. 28, Rio de Janeiro, 1980. (pp. 54-74)

Encontro 2 – Juarez Cirino dos Santos e a Criminologia Radical

16/04 – CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A criminologia radical*. Curitiba: ICPC e Lumen Juris, 2006. Capítulos II e III (pp. 35-60)

Encontro 3 – Lyra Filho e Cirino dos Santos: um debate

23/04 – CIRINO DOS SANTOS, Juarez. *A criminologia radical*. Curitiba: ICPC e Lumen Juris, 2006. Capítulo V (pp. 87-110)

• LYRA FILHO, Roberto. *A criminologia radical*. In: *Revista de Direito Penal*, N.31, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1982. (pp. 54-71)

Encontro 4 – Vera Regina Pereira de Andrade a ilusão de segurança jurídica

30/04 – ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. Capítulo IV. (pp. 235-310)

Encontro 5 – Vera Regina Pereira de Andrade: dos conflitos agrários à soberania patriarcal

07/05 – ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A construção social dos conflitos agrários como criminalidade*. In: SANTOS, Rogério Dutra dos (Org.). *Introdução crítica ao estudo do sistema penal*. Florianópolis: Editora Diploma Legal, 1999. (pp. 23-50)

• ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. In: *Revista Sequência*, N. 50, Ano XXV, Julho de 2005. (pp. 71-102)

Encontro 6 – Vera Malaguti Batista: o método histórico e os difíceis ganhos fáceis

14/05 – BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. Capítulo II (pp. 43-64) e Capítulo IV (pp. 81-130)

Encontro 7 – Salo de Carvalho e a política criminal de drogas no Brasil

21/05 – CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas ilícitas no Brasil: do discurso oficial às razões da descriminalização*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: CPQD/UFSC, 1996. (trecho a definir)

Encontro 8 – Maria Lúcia Karam um olhar sobre a sociologia das drogas

28/05 – KARAM, Maria Lúcia. *Revisitando a sociologia das drogas*. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. (Org.) *Verso e reverso do controle penal*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. (pp. 133- 146)

Encontro 9 – Nilo Batista e a história da programação criminalizante no Brasil



11/06 – BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. ALAGIA, Alejandro. SLOKAR, Alejandro. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006. Capítulo VI, §18. (pp. 481-488)

Encontro 10 – Ana Lúcia Sabadell: sistemas penais e a história da tortura

18/06 – SABADELL, Ana Lúcia. *Evoluções e rupturas no processo penal: a pesquisa historiográfico-jurídica sobre a tortura*. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. (Org.) *Verso e reverso do controle penal*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. (pp. 133- 146)



ANEXO IV– GRUPOS DE ESTUDOS - FORMAÇÃO-AÇÃO – 2012

O GRUPO DE ESTUDOS EM CRIMINOLOGIA É INICIATIVA DO PROJETO **UNIVERSIDADE SEM MUROS**, NO INTUITO DE CONSTRUIR E CONSOLIDAR UM ESPAÇO PÚBLICO DE DISCUSSÃO TEÓRICA PERMANENTE, TENDO POR REFERENCIAIS OS MARCOS TEÓRICOS CRÍTICOS DA CRIMINOLOGIA. OS ENCONTROS TEMÁTICOS, ABERTOS AOS UNIVERSITÁRIOS E À COMUNIDADE, OCORREM TODAS AS QUINTAS-FEIRAS, ALTERNADAMENTE, ÀS 16:00 HS (NA SALA 003) E ÀS 19:00 HS (NA SALA 111) DO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DA UFSC. TODOS OS TEXTOS CONSTANTES DO PROGRAMA DE DISCUSSÃO SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS NA PASTA "GRUPO DE ESTUDOS EM CRIMINOLOGIA", NA REPROGRAFIA LOCALIZADA NO HALL DO CSE. ALÉM DISSO, AS DISCUSSÕES TAMBÉM OCORRERÃO A PARTIR DE FILMES ACERCA DO TEMA, A SEREM ESCOLHIDOS NO PRIMEIRO ENCONTRO. A TEMÁTICA PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2012 É **UNIVERSIDADE E EXTENSÃO**

**CRONOGRAMA
"UNIVERSIDADE E EXTENSÃO"**

ENCONTRO 1 – 17/05, 19H

- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. DA IDEIA DA UNIVERSIDADE À UNIVERSIDADE DAS IDEIAS. IN PELA MÃO DE ALICE: O SOCIAL E O POLÍTICO NA PÓS-MODERNIDADE. SP: EDITORA CORTEZ, 1995 (DISPONÍVEL EM LIVROSDEHUMANOS.ORG).
- DEFINIÇÃO DOS FILMES

ENCONTRO 2 – 24/05, 16H

- FILME A SER DEFINIDO

ENCONTRO 3 – 31/05, 19H

- SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. A UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI PARA UMA REFORMA DEMOCRÁTICA E EMANCIPATÓRIA DA UNIVERSIDADE. DISPONÍVEL EM WWW.CES.UFSC.PT.

- RIBAS, LUIZ OTÁVIO. ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR UNIVERSITÁRIA. CAPTURA CRÍTICA. VOLUME 1, N. 1, JUL/DEZ 2008.

ENCONTRO 4 – 14/06, 16H

- FILME A SER DEFINIDO

ENCONTRO 5 – 21/06, 19H

- FREIRE, PAULO. EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO. RJ: PAZ E TERRA, 1983.

ENCONTRO 6 – 28/06, 16H

- FILME A SER DEFINIDO

ENCONTRO 7 – 05/07, 19H

- TIMM DE SOUZA, RICARDO. A UNIVERSIDADE, A FORMA E O CONTEÚDO – SOBRE A URGÊNCIA DE UMA TRANSFORMAÇÃO NECESSÁRIA, IN EM TORNO À DIFERENÇA. AVENTURAS DA ALTERIDADE NA COMPLEXIDADE DA CULTURA CONTEMPORÂNEA. RJ: LÚMEN JURIS, 2008.

ENCONTRO 8 – 12/07, 16H

- FILME A SER DEFINIDO
- ENCERRAMENTO E DISCUSSÃO SOBRE AS TEMÁTICAS ABORDADAS

DEMAIS INFORMAÇÕES

ORGANIZAÇÃO

PROJETO UNIVERSIDADE SEM MUROS

COORDENAÇÃO

PROFESSORA DOUTORA VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE

CONTATO

WWW.UNIVERSIDADESEM MUROS.BLOGSPOT.COM
CONTATO@DANIELAFELIX.COM.BR
MARIANADUTRAGRACIA@GMAIL.COM
MARCELOMAYORA@TERRA.COM.BR

CARGA HORÁRIA

AOS PARTICIPANTES SERÁ CONCEDIDO CERTIFICADO DE 30 HORAS-AULA

ANEXO V – MINI CURSO - FORMAÇÃO-AÇÃO – 2013

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
Departamento de Direito
Projeto de Extensão “Universidade sem Muros”
Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Vera Regina Pereira de Andrade**

Plano de Curso

Mini-Curso: Criminologia e Prisão

Coordenação Geral: Prof^a Dr^a Vera Regina Pereira de Andrade

**Coordenação operacional: Jackson da Silva Leal e Eduardo Granzotto Mello
Ministrantes: Jackson da Silva Leal, Eduardo Granzotto Mello, Vanessa Lema e
Gabriela Jacinto**

1. Título do Mini-Curso: Criminologia e Prisão

2. Objetivo do Mini-Curso

Capacitação teórica nas temáticas relativas à abordagem criminológico-crítica da Prisão e capacitação técnico-jurídica dos participantes do Projeto Universidade Sem Muros para atuação no controle da legalidade das Prisões Processuais e processos de Execução Penal no âmbito do Presídio Feminino de Florianópolis.

3. Metodologia Didático-Pedagógica

O programa será desenvolvido em 9 encontros, conforme temas, leituras e metodologias indicados no Programa.

4. Programa do Curso

1º Encontro: 13/05/2013 – ABERTURA DO CURSO

Apresentação do Projeto Universidade Sem Muros.

Apresentação do Programa do Curso e dos participantes.

Leituras básicas indicadas:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. Apresentação; A Criminologia na Extensão “Universidade sem Muros”: importância da Criminologia para a interação entre Universidade, Prisão e Comunidade. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. Pela mão da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012. P. 29-46; 347-379.

_____. Projeto de Extensão Universidade sem Muros: “Puxando a prisão”.

2º Encontro: 20/05/2013

Tema: Sociologia da Prisão

Metodologia: Discussão de tema-textos

Leituras básicas indicadas:

BARATTA, Alessandro. Direitos Humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. *Fascículos de Ciências Penais*, Porto Alegre, Sérgio Fabris, n. 2, p. 44-61, abr/mai/jun 1993.

_____. Observaciones sobre las funciones de La cárcel em La producción de las relaciones sociales de desigualdad. *Nuevo Foro Penal*, Bogotá, n. 15, p. 737-749, jul/sept. 1982.

3º Encontro: 27/05/2013

Tema: Ressocialização ou Controle Social

Metodologia: Discussão de tema-textos

Leituras básicas indicadas:

BARATTA, Alessandro. Ressocialización o control social. Por um concepto crítico de reintegración social del condenado. In: ARAÚJO JR., João Marcelo de (org.). Sistema penal para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Revan, 1991. (tradução para o português no polígrafo).

BRAGA, Ana Gabriela; BRETAN, Emília Accioli Nobre. Teoria e prática da reintegração social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal. In: SÁ, Alvinio Augusto de; SHECAIRA, Sérgio Salomão (Orgs.). Criminologia e os problemas da atualidade. São Paulo: Atlas, 2008. P 255-275.

4º Encontro: 03/06/2013

Tema: Patriarcado e Sistema Penal

Metodologia: Discussão de tema-textos

Leituras básicas indicadas:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. Da Criminologia Crítica à Criminologia Feminista: A violência Sexual, a Mulher e o Feminino no Controle Penal. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. Pela mão da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan, 2012. P. 125-157.

5º Encontro: 10/06/2013

Tema: As Mulheres e a Prisão

Metodologia: Discussão de tema-textos e exibição de vídeo.

Leituras básicas indicadas:

LEAL, Jackson da Silva. Sobrecarga de planos de opressão e o encarceramento feminino no sul do Rio Grande do Sul. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 36-47, jan. / jul. 2013.

LEMA, Vanessa Maciel. Do outro lado do muro [monografia]: a crise de eficácia dos direitos das detentas do presídio feminino de Florianópolis.

6º Encontro: 17/06/2013

Tema: O Presídio Feminino de Florianópolis

Metodologia: Discussão de tema-textos e exibição de vídeo.

JACINTO, Gabriela; MANGRICH, Cláudia; BARBOSA, Mario Davi. Esse é meu serviço, eu sei que é proibido: mulheres aprisionadas por tráfico de drogas. *Captura Críptica: direito, política, atualidade*, Florianópolis, n. 2 v. 2, p. 51-66, 2010.

LEMA, Vanessa Maciel. Do outro lado do muro [monografia]: a crise de eficácia dos direitos das detentas do presídio feminino de Florianópolis.

Materiais da Conferência Livre no Presídio Feminino da Florianópolis realizada no âmbito da Conferência Nacional de Segurança Pública (polígrafo).

7º Encontro: 24/06/2013

Tema: Prisões Processuais

Metodologia: Aula expositiva

Leituras básicas indicadas:

LOPES Jr., Aury. *Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2013.

Leituras complementares:

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Flagrando o flagrante na mão furtiva dos pobres: corpos encarcerados, biografias maculadas por xampus, condicionadores desodorantes, capim... In: BARRETO, Fabina Costa Oliveira. *Flagrante e prisão provisória: da presunção de inocência à antecipação da pena*. São Paulo: IBCCRIM, 2007.

TEIXEIRA, Daniela Felix. *Controle penal atuarial e prisão cautelar [dissertação] : o modelo de segurança pública no município de Florianópolis (2004 a 2008)*.

8º Encontro: 01/07/2013

Tema: Execução Penal I – Os Direitos dos Presos

Metodologia: Aula expositiva

Leituras básicas indicadas:

Lei de Execuções Penais

MARCÃO, Renato. *Execução Penal*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEMA, Vanessa Maciel. Do outro lado do muro [monografia]: a crise de eficácia dos direitos das detentas do presídio feminino de Florianópolis.

Leitura complementares:

CARVALHO, Salo (coord.). *Crítica à Execução Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARVALHO, Salo. *Pena e Garantias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada Roig. *Direito e prática histórica da execução penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

9º Encontro: 08/07/2013 – ENCERRAMENTO DO CURSO

Tema: Execução Penal II – Prática da Defesa Técnica

Metodologia: Aula expositiva

Leituras básicas indicadas:

Lei de Execuções Penais

MARCÃO, Renato. *Execução Penal*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEMA, Vanessa Maciel. Do outro lado do muro [monografia]: a crise de eficácia dos direitos das detentas do presídio feminino de Florianópolis.

Leitura complementares:

CARVALHO, Salo (coord.). *Crítica à Execução Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARVALHO, Salo. *Pena e Garantias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada Roig. *Direito e prática histórica da execução penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

5. Bibliografia básica

ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. *A Criminologia na Extensão “Universidade sem Muros”: importância da Criminologia para a interação entre Universidade, Prisão e Comunidade*. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. *Pela mão da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. P. 347-379.

_____. *Da Criminologia Crítica à Criminologia Feminista: A violência Sexual, a Mulher e o Feminino no Controle Penal*. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. *Pela mão da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012. P. 125-157.

_____. *Flagrando o flagrante na mão furtiva dos pobres: corpos encarcerados, biografias maculadas por xampus, condicionadores desodorantes, capim ...* In: BARRETO, Fabina Costa Oliveira. *Flagrante e prisão provisória: da presunção de inocência à antecipação da pena*. São Paulo: IBCCRIM, 2007.

_____. *Projeto de Extensão Universidade sem Muros: “Puxando a prisão”*.

BARATTA, Alessandro. *Direitos Humanos: entre a violência estrutural e a violência penal*. *Fascículos de Ciências Penais*, Porto Alegre, Sérgio Fabris, n. 2, p. 44-61, abr/mai/jun 1993.

_____. *Observaciones sobre las funciones de La cárcel em La producción de las relaciones sociales de desigualdad*. *Nuevo Foro Penal*, Bogotá, n. 15, p. 737-749, jul/sept. 1982.

_____. *Ressocialización o control social. Por um conceito crítico de reintegração social del condenado*. In: ARAÚJO JR., João Marcelo de (org.). *Sistema penal para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. (tradução para o português no polígrafo).

BRAGA, Ana Gabriela; BRETAN, Emília Accioli Nobre. *Teoria e prática da reintegração social: o relato de um trabalho crítico no âmbito da execução penal*. In: SÁ, Alvinio Augusto de; SHECAIRA, Sérgio Salomão (Orgs.). *Criminologia e os problemas da atualidade*. São Paulo: Atlas, 2008. P. 255-275.

CARVALHO, Salo (coord.). *Crítica à Execução Penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARVALHO, Salo. *Pena e Garantias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

JACINTO, Gabriela; MANGRICH, Cláudia; BARBOSA, Mario Davi. *Esse é meu serviço, eu sei que é proibido: mulheres aprisionadas por tráfico de drogas. Captura Críptica: direito, política, atualidade*, Florianópolis, n. 2 v. 2, p. 51-66, 2010.

LEAL, Jackson da Silva. *Sobrecarga de planos de opressão e o encarceramento feminino no sul do Rio Grande do Sul*. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 36-47, jan. / jul. 2013.

LEMA, Vanessa Maciel. *Do outro lado do muro [monografia]: a crise de eficácia dos direitos das detentas do presídio feminino de Florianópolis*.

LOPES Jr., Aury. *Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARCÃO, Renato. *Execução Penal*. São Paulo: Saraiva, 2012.

TEIXEIRA, Daniela Felix. Controle penal atuarial e prisão cautelar [dissertação]: o modelo de segurança pública no município de Florianópolis (2004 a 2008).

ANEXO VI – NOTA SOBRE DEMOLIÇÃO CENTRO EDUCACIONAL SÃO LUCAS – 2011

Caros

Amanhã, às 10:30 hs, O CES – CENTRO **EXTERMINADOR** SÃO LUCAS- eufemisticamente denominado CENTRO **EDUCACIONAL** SÃO LUCAS, será DEMOLIDO, num ATO SOLENE do governo do ESTADO DE SANTA CATARINA; demolição que sucede à magnífica sentença de interdição proferida pela magistrada ANA CRISTINA BORBA ALVES (10 de junho de 2010, anexo), com decisivo apoio, entre outros, e como se depreende do próprio teor da sentença, das promotoras de justiça LEDA MARIA HERMAN E MÁRCIA AGUIAR AREND, da pedagoga MARGARETE SANDRINI, e dos depoimentos dos MENINOS ENCARCERADOS naquela masmorra; sentença cuja narrativa documentada constitui uma das mais impactantes denúncias da barbárie torturadora e exterminadora perpetrada numa instituição estatal contra **CRIANÇAS ADOLESCENTES** e **JOVENS**, e que, por isso, culminou por mobilizar o apoio de setores comprometidos com os direitos humanos, o ECA e a Constituição, tanto do Ministério Público, quanto da Magistratura(sobretudo do Conselho Nacional de Justiça), e do próprio governo ; também,entre outros, do Projeto Universidade sem Muros da UFSC;

Trata-se de um ato forte, simbólico de LUTO E CELEBRAÇÃO;

DE LUTO, porque sob as cinzas desta Instituição genocida, ficará sepultada a dor e a morte de dezenas de vidas perdidas , a título de CUIDADO e PROTEÇÃO ESTATAL;

DE CELEBRAÇÃO, para que, sob as cinzas deste extermínio silencioso, a história NUNCA MAIS assim SE REPITA;

DE CELEBRAÇÃO , para que sob as cinzas deste extermínio silencioso a luta quase decenária e também silenciosa que o depôs, e que em muitos momentos acompanhei, através de seus diversos atores, NUNCA MAIS SEJA ESQUECIDA.

E, rememorando esta história de luta, uma luta sobretudo feminina e infanto-juvenil (de Mulheres que nunca esmoreceram ante as continuadas e gigantescas dificuldades do caminho, e dos meninos encarcerados que, mesmo mergulhados na barbárie, não se calaram e não sucumbiram ao medo),quero homenagear a todos, pela envergadura da conquista, através de uma mulher, que, em verdade, deflagrou este processo; uma mulher que, desde o primeiro olhar sobre a cena, nunca mais desistiu de persegui-la e exterminá-la, que lutou ininterruptamente, ao longo de quase 10 anos, para libertar os meninos sem destino, do cativeiro e da cruz.

Esta mulher é LEDA MARIA HERMAN, que, assim a várias mãos, concretiza o projeto criminológico latino-americano de salvamento de vidas humanas, ao tempo em que amplia as páginas da Criminologia crítica brasileira. Explico-me!

Esta luta, que acena para a UTOPIA criminológica crítica e abolicionista pela qual lutamos há mais de duas décadas, que concretiza a vitória da relação entre teoria e prática (práxis humanista), que concretiza a vitória do BEM e da DIGNIDADE Humana sobre o SISTEMA, que concretiza os sonhos de BARATTA, HULSMAN, ZAFFARONI, NILO E VERA BATISTA, CIRINOS DOS SANTOS, RAMIDOFF, entre tantos outros, e de TODOS NÓS, vai, de fato, além!

Quando o grande movimento criminológico crítico saiu da Europa , ganhou a América Latina, incluindo o Brasil, os latino-americanos e brasileiros logo perceberam que na América Latina a violência era maior, porque os nossos sistemas penais MATAVAM, além de, já brutalmente SELECIONAR e ESTIGMATIZAR desigualmente PESSOAS. E que aqui a Criminologia deveria se ocupar do genocídio “através” do sistema penal.

Agora, coube à Santa Catarina , consolidar definitivamente, pela mão da história e da empiria, mais um universo mortal na inesgotável saga do objeto criminológico crítico: os sistemas

“socioeducativos” TORTURAM e MATAM crianças, adolescentes e jovens (pobres e não brancos, bem como suas famílias, amigos, microcosmos afetivo e familiar, notadamente na crua ciranda da criminalização da droga), sob a rubrica da proteção integral??!!!

Aqui, nesta “margem da margem” a Criminologia deve se ocupar do genocídio infantil “através” do sistema sócioeducativo!!! portanto, nenhum caminho é mais urgente e vital do que DEMOLIR OS MUROS DAS MASMORRAS PSEUDOEDUCAIVAS e o processo tem, pois, decisiva importância para a sociedade e a história brasileira.

Ilha de Santa Catarina, 6 de junho de 2011!

**ANEXO VII – PRIMEIRA VISITA DO USM À COMUNIDADE DO MONT
SERRAT**



**ANEXO VIII – TERMO DE COOPERAÇÃO SECRETARIA DO ESTADO DE
JUSTIÇA E CIDADANIA – 2012**



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO

DA JUSTIÇA E CIDADANIA

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E CONVÊNIOS - GEPLA.

CONVÊNIO N^o

/2012

**TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DE SANTA
CATARINA, PELA SECRETARIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA E CIDADANIA E A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA, PELO UNIVERSIDADES SEM
MUROS – USM, PARA OS FINS QUE SE
ESPECÍFICA.**

Ao dia do mês de de 2012, a **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**, estabelecida na Rua Frei Caneca nº 400- Bairro Agrônômica, município de Florianópolis, neste Estado, inscrita no CNPJ sob nº 13.586.538/0001-71, doravante denominada **CONCEDENTE**, representada neste ato por sua Secretária **ADA LILI FARACO DE LUCA**, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da cédula de identidade nº. 1/R272.874 SSP/SC e do CPF 226.271.111-91, com a interveniência do **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP**, estabelecido na Avenida Governador Ivo Silveira, nº. 2320 – Bairro Capoeiras Florianópolis/SC, doravante denominado **DEAP**, neste ato representado por seu Diretor, Senhor, **LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA**, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da Cédula de Identidade nº. 204.7502 SSP/SC e do CPF nº. 588.019.369-15, por meio do **PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS** estabelecido na Rua Lauro Linhares 008 – Florianópolis – CEP: 88025-500, representado neste ato pela Diretora/Gestora, Senhora **ROSANE MARA DOS SANTOS GRÁ**, residente e domiciliada em Palhoça/SC, portadora da Cédula de Identidade nº. 34256326/SSP/SC e do CPF nº. 003.748.489-39 e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UNIVERSIDADE SEM MUROS – USM**, representada neste ato pela Professora **VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE**, residente e domiciliada em Florianópolis/SC, portadora do CPF nº. 341912830-49, resolvem firmar o presente convênio, sujeitando-se às disposições da Lei Estadual nº 10.864, de 29 de julho de 1998, e suas alterações posteriores, e Decreto nº 2.113, de 18 de fevereiro de 2009, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a implantação de assessoria jurídica e, circunstancialmente, psicológica e social, através do Projeto de Pesquisa e Extensão UNIVERSIDADE SEM MUROS, para a prestação de orientação e serviço judiciário, psicológico e social gratuito e voluntário, por parte de alunos de graduação e pós-graduação dos Cursos de Direito, Psicologia e Serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina, às presas provisórias e condenadas do Presídio Feminino de Florianópolis, que não possuem condições financeiras e econômicas de arcar com custas, honorários e demais despesas de uma advocacia privada, assistência psicológica e social durante o encarceramento.

CLÁUSULA SEGUNDA: OBJETIVOS NA EXECUÇÃO DO PROJETO

Para cumprir os objetivos do presente convênio, os partícipes poderão firmar parcerias e contratos entre si, bem como com outras entidades públicas e/ou particulares, estabelecendo um plano de atuação conjunta. Para garantir a efetividade das metas propostas será firmado parcerias em redes, bem como:

- I – Participar de programas de que desenvolvam atividades de justiça restaurativa e penas alternativas, através de parceria entre este e o UNIVERSIDADE SEM MUROS;
- II – Garantir a efetividade e expansão na aplicação das penas e medidas alternativas no município de Florianópolis, através da formação da Rede Social parceira, da comunicação sistemática ao Judiciário dos casos acompanhados pelo Programa;
- III – Inserir os membros do UNIVERSIDADE SEM MUROS em espaços comunitários que fomentam debates para construção coletiva de alternativas ao sistema de justiça estatal, para o enfrentamento e tratamento dos conflitos, como a conciliação, a mediação, e os pactos de não-violência;
- IV – Identificar, atender e encaminhar, através do UNIVERSIDADE SEM MUROS, as pessoas que tenham necessidade de acompanhamento especial, do atendimento psicossocial e jurídico, aos órgãos específicos, para que sejam atendidas, de acordo com a demanda.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS METAS A SEREM ATINGIDAS

O presente instrumento tem por meta a assistência e orientação judiciária, psicológica e social, a todas as mulheres detidas cautelarmente ou condenadas que cumprem pena privativa de liberdade no Presídio Feminino de Florianópolis. O atendimento será feito pela ordem, conforme a listagem fornecida pelo PFF que contém dados das apenadas e mediante agendamento prévio com o estabelecimento prisional e compreenderá a orientação, esclarecimentos de dúvidas, o ajuizamento de pedidos e o acompanhamento na Vara de Execuções Criminais da Comarca da Capital.

PARÁGRAFO ÚNICO: A orientação e assistência de que trata o caput alcança somente matérias e ações relativas à prisão cautelar ou à execução penal.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

A CONCEDENTE e o UNIVERSIDADE SEM MUROS garantem que a assistência judiciária obedecerá às seguintes características:

I – Será realizada na Instituição de Ensino e no Presídio Feminino de Florianópolis, locais em condições de proporcionar experiência na área de formação dos envolvidos;

II – Será planejado, executado, acompanhado e avaliado pelo UNIVERSIDADE SEM MUROS em conjunto com o órgão ou entidade CONCEDENTE, para propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a fim de se constituir em instrumento de integração em termos de ampliação do acesso a justiça e assistência judiciária;;

III – Terá acompanhamento efetivo por comissão do UNIVERSIDADE SEM MUROS, composta pela coordenação do projeto proposto e pelo gerente ou responsável indicado pela chefia do órgão ou entidade CONCEDENTE, mediante apresentação de relatórios periódicos, em prazos não superiores a 2 (dois) meses;

IV – Proporcionará a todos os envolvidos atividades de aprendizagem profissionais e social, contribuindo para o exercício da cidadania.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

A CONCEDENTE compromete-se a:

I – Colaborar para que o Grupo de voluntários do UNIVERSIDADE SEM MUROS tenha a estrutura necessária para a concretização satisfatória do presente convênio;

II – Disponibilizar espaço físico na Unidade Prisional, necessário ao funcionamento da assistência judiciária, psicológica e social, oferecida pelo Grupo do UNIVERSIDADE SEM MUROS;

III – Atender prontamente os pedidos de documentos e quaisquer outras providências para instruir a defesa das reeducandas provisórias e apenadas em juízo;

IV – Manter contato em rede, com o Grupo de Prática Jurídica do UNIVERSIDADE SEM MURO, o Presídio Feminino de Florianópolis e a Vara de Execuções Criminais da Comarca da Capital para regular a efetividade do projeto.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O UNIVERSIDADE SEM MUROS deverá dispor de estrutura administrativa para exercer as seguintes competências:

I – Efetuar a seleção das presas provisórias e apenadas hipossuficientes para inserção no programa de assistência judiciária;

II – Indicar professor (a)/ Advogado(a) devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Santa Catarina, que formará a coordenação da assistência judiciária, deste Termo de Cooperação, para que realize o acompanhamento, monitoramento, ajuizamento de ações e demais atividades relacionadas à assistência jurídica;

III – Acompanhamento e controle do desempenho dos acadêmicos e a efetiva atuação em sua área de formação, em conjunto com o órgão ou entidade CONCEDENTE;

IV – Colaborar para que o Grupo do UNIVERSIDADE SEM MUROS tenham a estrutura necessária para o seu bom funcionamento;

V – Manter funcionando Grupo do UNIVERSIDADE SEM MUROS, sob a coordenação geral de professor (es) de Criminologia e/ou Direito Penal e Processo Penal, durante o período letivo;

VI – Prestar assistência judiciária às reeducandas provisórias e apenadas do Presídio Feminino de Florianópolis, mediante agendamento de atendimentos;

VII – Ajuizar os pedidos e interpor os recursos cabíveis, em todas as instâncias judiciais;

VIII – Zelar e responsabilizar-se pelos bens que lhe forem confiados para o funcionamento do Grupo do UNIVERSIDADE SEM MUROS.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS ESTÁGIOS

I – Os estágios realizados na assistência judiciária objeto Termo de Cooperação não gera qualquer vínculo empregatício dos estagiários com o órgão ou entidade CONCEDENTE e da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, conforme artigo 3º, da Lei Estadual nº. 10.864, de 29 de julho de 1998;

II – Para efeitos deste convênio, os estágios poderão realizar-se sob a modalidade:

- a) Estágio não obrigatório, que se constitui em atividade opcional, complementar à formação acadêmico – profissional do aluno, realizado por livre escolha.
- b) Estágio Obrigatório, que constitui atividade prevista na formação acadêmico – profissional do aluno.

CLÁUSULA OITAVA: DO ACOMPANHAMENTO

Os partícipes diligenciarão para que o Grupo de Prática do UNIVERSIDADE SEM MUROS de que trata o presente termo seja instalado em agosto de 2012 e comece a funcionar logo após a publicação do presente termo em Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

O presente Termo de Cooperação não envolve a transferência de recursos entre os partícipes. As ações resultantes desse instrumento que implicarem em transferência ou cessão serão viabilizados mediante instrumento apropriado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará pelo período de 08 (oito) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

Os CONVENIENTES poderão propor, a qualquer tempo, a renúncia do presente convênio, caso ocorrer o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pelas superveniências legais que o ternem material, financeira e normalmente inexecutável, ou por mútuo consenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente convênio.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado as partes e interveniente o presente convênio na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, de de 2012.

ADA LILI FARACO DE LUCA
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA
Diretor de Administração Prisional

ROSANE MARA DOS SANTOS GRÁ
Presídio Feminino de Florianópolis

VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE
Coordenadora do Projeto Universidade Sem Muros

Testemunhas:

Nome:

CPF.

Nome:

CPF.

**ANEXO IX – TERMO DE COOPERAÇÃO SECRETARIA DO ESTADO DE
JUSTIÇA E CIDADANIA – 2013**



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE

ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E CONVÊNIOS - GEPLA.

CONVÊNIO Nº

/2013

**TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DE SANTA
CATARINA, PELA SECRETARIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA E CIDADANIA E A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA, PELO UNIVERSIDADE SEM
MUROS – USM, PARA OS FINS QUE SE
ESPECÍFICA.**

Ao dia do mês de de 2013, a **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**, estabelecida na Rua Frei Caneca nº 400- Bairro Agrônômica, município de Florianópolis, neste Estado, inscrita no CNPJ sob nº 13.586.538/0001-71, doravante denominada **CONCEDENTE**, representada neste ato por sua Secretária **ADA LILI FARACO DE LUCA**, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da cédula de identidade nº. 1/R272.874 SSP/SC e do CPF 226.271.111-91, com a interveniência do **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL – DEAP**, estabelecido na Avenida Governador Ivo Silveira, nº. 2320 – Bairro Capoeiras Florianópolis/SC, doravante denominado **DEAP**, neste ato representado por seu Diretor, Senhor, **LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA**, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da Cédula de Identidade nº. 204.7502 SSP/SC e do CPF nº. 588.019.369-15, por meio do **PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS** estabelecido na Rua Lauro Linhares 008 – Florianópolis – CEP: 88025-500, representado neste ato pela Diretora/Gestora, **Dra. BIANCA CALIL PETRI**, residente e domiciliada em XXXXXXXXXXXX, portadora da Cédula de Identidade nº. XXXXXXXXXXXX e do CPF nº. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UNIVERSIDADE SEM MUROS – USM**, representada neste ato pela Professora **VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE**, residente e domiciliada em Florianópolis/SC, portadora do CPF nº. 341912830-49, resolvem firmar o presente convênio, sujeitando-se às disposições da Lei Estadual nº 10.864, de 29 de julho de 1998, e suas alterações posteriores, e Decreto nº 2.113, de 18 de fevereiro de 2009, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO e DO GRUPO DE TRABALHO

O presente instrumento tem por objeto a **IMPLANTAÇÃO** de assessoria jurídica, psicológica e social, através do Projeto de Pesquisa e Extensão UNIVERSIDADE SEM MUROS, para a prestação de orientação e serviço jurídico, psicológico e social em caráter de extensão universitária, voluntária e gratuita, por parte de Professores e alunos de graduação e pós-graduação dos Cursos de Direito, Psicologia e Serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina, às presas provisórias e condenadas do Presídio Feminino de Florianópolis, que não possuem condições financeiras e econômicas de arcar com custas, honorários e demais despesas de uma advocacia privada, assistência psicológica e social durante o encarceramento. Todo o trabalho de extensão universitária dar-se-á em interação e colaboração com a Direção e os setores penal e psicossocial do Presídio. As assessorias jurídica e psicológica serão oferecidas simultaneamente à entrada em vigor do presente termo e a assessoria social em período subsequente.

O Grupo de Trabalho do Projeto de Pesquisa e Extensão UNIVERSIDADE SEM MUROS de que trata este Termo será constituído pela Coordenadora Geral, Coordenadores operacionais e colaboradores.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS OBJETIVOS e PARCERIAS

O objetivo da assessoria jurídica, psicológica e social gratuita e voluntária prestada pelos integrantes do Projeto Universidade sem muros é contribuir para o controle da legalidade e o processo de reintegração familiar, profissional e social das presas, nos termos da Lei de Execução penal (Lei 7.210/84) e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Para cumprir os objetivos do presente convênio, os partícipes poderão firmar parcerias e contratos entre si, bem como com outras entidades públicas e/ou privadas, estabelecendo redes e planos de atuação conjunta.

Para garantir a efetividade dos objetivos propostas será ainda facultado aos integrantes do Projeto Universidade sem Muros, mediante o estabelecimento de parcerias:

I- Participar dos Mutirões realizados em Santa Catarina sob a condução do Conselho Nacional de Justiça- CNJ;

II – Participar de programas que desenvolvam atividades relativas à formação e implantação de penas e medidas alternativas e justiça restaurativa, concorrendo para sua efetividade, expansão e otimização;

III– Identificar e encaminhar as pessoas que tenham necessidade de acompanhamento especial, do atendimento jurídico e psicossocial , aos órgãos específicos, para que sejam atendidas, de acordo com a demanda.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO DO PROJETO: ESTRUTURA FÍSICA E ATNDIMENTOS JURÍDICO E PSICOLÓGICO

I- O atendimento jurídico às presas será feito pelos Coordenadores operacionais (advogados) em número de 2 (dois) por atendimento, possibilitada a presença, neste limite, de um colaborador (graduando) ou da Coordenadora geral. O atendimento psicológico será feito por 3 (três) coordenadores operacionais (psicólogos) e um colaborador (graduando). O atendimento jurídico e psicológico será feito 2 (duas) vezes por semana, cada um deles, no período vespertino, compreendido entre 14:00 e 17:00hs.

I - A estrutura física necessária para os atendimentos consiste em sala, pátio, mesas e cadeiras.

II – Em caso de construção de uma sala para os atendimentos do projeto, esta deverá conter, além da estrutura mencionada no item 1, um computador com acesso à internet para fins restritos dos acompanhamentos processuais.

III-A primeira atividade a ser desenvolvida com a colaboração do setor Departamento penal do presídio será o mapeamento de todas as presas e atualização das planilhas com o fim de organizar e dividir os atendimentos entre os coordenadores operacionais. Os atendimentos jurídico e psicológico de todas as presas serão realizados pelos coordenadores operacionais, com auxílio dos colaboradores, facultada a presença do coordenador geral, uma vez por semana cada um deles, no período vespertino compreendido entre 14:00 e 17:00 h.

IV- O atendimento jurídico será realizado pela equipe do Direito, na sala de visitas do Presídio Feminino de Florianópolis, com o devido monitoramento eletrônico, sendo gravadas as imagens desde o momento inicial até o seu término; ou em outro espaço físico, nas mesmas condições com estrutura para os atendimentos, onde as presas serão atendidas individualmente, por ordem de chamada, seguindo a listagem elaborada pelos coordenadores e encaminhada à administração prisional na chegada do grupo ao presídio.

V– Todas as presas que não possuírem advogados efetivos e assim declararem, serão atendidas pelos dos membros do projeto.

VI – Dar-se-á atendimento prioritário às presas provisórias.

VII – As presas que possuírem advogados constituídos, terão atendimento do projeto que, nestes casos, será restrito ao acompanhamento do processo.

VIII – Os atendimentos às presas condenadas serão efetuados após consulta aos prontuários da instituição, evitando, assim, a duplicidade de peticionamentos e o acompanhamento processual junto ao SAJ para o qual a CEPEVID fornecerá uma senha para os coordenadores operacionais.

IX – O departamento penal do Presídio apresentará aos coordenadores operacionais os pedidos realizados bem como um cronograma dos pedidos a serem feitos, evitando assim, a duplicidade de peticionamentos junto a VEP.

X- O atendimento psicológico será realizado pela equipe da Psicologia, na sala de visitas ou no pátio do Presídio Feminino de Florianópolis, vedado qualquer monitoramento eletrônico; ou em outro espaço físico, nas mesmas condições com estrutura para os atendimentos, onde as presas serão atendidas em grupos por ordem de chamada que será entregue à administração prisional na chegada do grupo ao presídio, segundo a escala acima indicada.

XII– O atendimento psicológico seguirá a seguinte escala de prioridade: 1) presas com proximidade de finalização de cumprimento de pena; 2) presas provisórias; 3) presas condenadas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

A CONCEDENTE e o UNIVERSIDADE SEM MUROS garantem que a assistência judiciária obedecerá às seguintes características:

I – Será realizada na Instituição de Ensino e no Presídio Feminino de Florianópolis, locais em condições de proporcionar experiência na área de formação dos envolvidos;

II – Será planejado, executado, acompanhado e avaliado pelo UNIVERSIDADE SEM MUROS em conjunto com o órgão ou entidade CONCEDENTE, para propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, a fim de se constituir em instrumento de integração interinstitucional em termos de ampliação dos serviços jurídicos, psicológicos e sociais, acesso à justiça e cidadania;

III – Terá acompanhamento por comissão composta pela coordenação geral e operacional do UNIVERSIDADE SEM MUROS e pelo gerente ou responsável indicado pela chefia do órgão ou entidade CONCEDENTE, mediante apresentação de relatórios semestrais;

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

A CONCEDENTE compromete-se a:

I – Colaborar para que o Grupo de voluntários do UNIVERSIDADE SEM MUROS tenha a estrutura necessária para a concretização satisfatória do presente convênio;

II – Disponibilizar estrutura física na Unidade Prisional, necessário ao funcionamento da assistência judiciária, psicológica e social, oferecida pelo Grupo do UNIVERSIDADE SEM MUROS, consistente em sala de visitas ou equivalente, pátio, mesa e cadeiras;

III – Atender prontamente os pedidos de documentos e quaisquer outras providências para instruir a defesa das presas provisórias e condenadas em juízo;

IV – Manter contato em rede, com o Grupo de Prática Jurídica do UNIVERSIDADE SEM MURO, o Presídio Feminino de Florianópolis e a Vara de Execuções Criminais da Comarca da Capital para acompanhar a efetividade do projeto.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

AO UNIVERSIDADE SEM MUROS compete:

I- Indicar, à Direção do Presídio e aos demais signatários do presente Termo de Cooperação, a nominata total dos integrantes do Grupo de Trabalho do UNIVERSIDADE SEM MUROS, incluindo o nome dos Advogados devidamente inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Santa Catarina que atuarão pessoalmente no Presídio Feminino de Florianópolis;

II – Efetuar a seleção das presas provisórias e apenadas sem advogado constituído e/ou sem condições socioeconômicas para constituí-lo, para inserção no programa de assistência jurídica e psicológica;

III – Acompanhar o desempenho dos acadêmicos em elaborar os relatórios anuais, em conjunto com o órgão ou entidade CONCEDENTE;

IV – Colaborar para que o Grupo do UNIVERSIDADE SEM MUROS tenham a estrutura necessária para o seu bom funcionamento;

V – Manter funcionando o Grupo do UNIVERSIDADE SEM MUROS, sob a coordenação geral de professor (es) de Criminologia e/ou Direito Penal e Processo Penal, durante o período letivo;

VI – Prestar assistência jurídica e psicológica às presas provisórias e condenadas do Presídio Feminino de Florianópolis, mediante agendamento de atendimentos;

VII – Ajuizar os pedidos, interpor os recursos cabíveis, em todas as instâncias judiciais, acompanhar os processos junto à vara de execuções penais, encaminhar situações de necessidade;

VIII – Zelar e responsabilizar-se pelos bens que lhe forem confiados para o funcionamento do Grupo do UNIVERSIDADE SEM MUROS.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS ESTÁGIOS

I – Os estágios realizados na assistência judiciária objeto Termo de Cooperação não gera qualquer vínculo empregatício dos estagiários com o órgão ou entidade CONCEDENTE e da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, conforme artigo 3º, da Lei Estadual nº. 10.864, de 29 de julho de 1998;

II – Para efeitos deste convênio, os estágios poderão realizar-se sob a modalidade:

- c) Estágio não obrigatório, que se constitui em atividade opcional, complementar à formação acadêmico – profissional do aluno, realizado por livre escolha.
- d) Estágio Obrigatório, que constitui atividade prevista na formação acadêmico – profissional do aluno.

CLÁUSULA OITAVA: DO ACOMPANHAMENTO

Os partícipes diligenciarão para que o Grupo de Prática do UNIVERSIDADE SEM MUROS de que trata o presente termo e comece a funcionar logo após a publicação do presente termo em Diário Oficial.

CLÁUSULA NONA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

O presente Termo de Cooperação não envolve a transferência de recursos entre os partícipes. As ações resultantes desse instrumento que implicarem em transferência ou cessão serão viabilizados mediante instrumento apropriado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

Os CONVENIENTES poderão propor, a qualquer tempo, a renúncia do presente convênio, caso ocorrer o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pelas superveniências legais que o ternem material, financeira e normalmente inexecutável, ou por mútuo consenso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente convênio.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinado as partes e interveniente o presente convênio na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, de de 2013.

ADA LILI FARACO DE LUCA

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA

Diretor de Administração Prisional

BIANCA CALIL PETRI

Presídio Feminino de Florianópolis

VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE

Coordenadora Geral do Projeto Universidade Sem Muros

Testemunhas:

Nome:

CPF.

Nome:

CPF.

ANEXO X – JUSTIÇA RESTAURATIVA E CONTROLE SOCIAL

Encontro Internacional

Justiça Restaurativa

Controle Social

Abertura - Auditório da Escola Superior da Magistratura

10/08 - 19:00 - Comunidade, Justiça Restaurativa e Capital Social
 Professora Dra. Elizabeth Elliot (Simon Fraser University, Canada)
 Professora Brenda Morrison, PhD (Simon Fraser University, Canada)

Inscrições para a abertura: www.esmesc.org.br

Workshops - Auditório do Centro de Ciências Jurídicas UFSC

11/8 - 9:00 - Educação e Justiça Restaurativa
 Professora Brenda Morrison, PhD: co-diretora do Centro de Justiça Restaurativa e Professora Assistente da Faculdade de Criminologia da Simon Fraser University em British Columbia, Canadá.

11/8 - 14:00 - Experiência nas prisões e justiça indígena
 Professora Dra. Elizabeth Elliot: Professora Adjunta e Co-diretora do Centro de justiça Restaurativa da Faculdade de Criminologia da Simon Fraser University em British Columbia, Canadá.

12/8 - 9:00 - Justiça Restaurativa: modelos organizacionais
 Professor João Salm, PhD: professor da da Simon Fraser University, em British Columbia, Canadá.

12/8 - 14:00 - Modelos alternativos de controle da criminalidade e da violência em Florianópolis
 Padre Vilson Groh: presidente do Centro Cultural Escrava Anistácia (CCEA) e coordenador do Projeto Aroeira.

12/8 - 17:00 - Encerramento
 Profa. Dra. Vera Regina Pereira de Andrade: professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da UFSC. Coordenadora do Projeto Universidade Sem Muros
 Prof. Dr. Alexandre Moraes da Rosa: professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da UFSC. Juiz de Direito.
 Profa. Dra. Alline Pedra Jorge-Birol: professora do curso de Graduação em Direito da UFSC.

Inscrições para workshops: www.universidadesemmuros.blogspot.com

Iniciativa:



Projeto
Universidade
Sem Muros

Apoio:



ANEXO XI – SEMINÁRIO INTERNACIONAL JUSTIÇA RESTAURATIVA EM DEBATE: FUNDAMENTOS E EXPERIÊNCIAS



**Justiça Restaurativa em Debate:
Fundamentos e Experiências**

11, 12 e 13 de Novembro de 2015

PROGRAMAÇÃO		PROGRAMAÇÃO	
DIA 11/11/2015 - Quarta-feira Local: Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne 8h Credenciamento 9h Abertura 9h30min Apresentação cultural 9h45min Mesa: Nas comunidades periféricas da periferia brasileira: contextualização e criminalização Coordenação: Mário Davi Barbosa Advogado e representante da comunidade Mont Serrat - Florianópolis Palestrantes: Pe. Vilson Groh Presidente do Instituto Pe. Vilson Groh Profa. Dra. Vera Regina Pereira de Andrade Docente do Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC 11h30min Almoço		DIA 12/11/2015 - Quinta-feira Local: Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne 8h15min Apresentação cultural 8h30min Mesa: Relatos de experiências nacionais - I. Coordenação: Prof. PhD. João Salm Palestrantes: Prof. Dr. Giovani de Paula - Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança da Unisul e Professor da Academia de Polícia Militar de Santa Catarina. Vanildo Luiz Júnior (Guga) - Coordenador do Projeto Procurando Caminho (CCEA). 9h30min Intervalo 10h Mesa: Relatos de experiências nacionais - II Coordenação: Prof. Dr. Jared Ordway - Professor e pesquisador Palestrantes: Dra. Brigitte Remor de Souza May Juíza da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital/SC Prof Dr. Juan Carlos Vezzulla Psicólogo e formador de mediadores e de formadores em mediação. 12h Almoço 13h15min Reunião com os facilitadores e os cofacilitadores das Oficinas	
13h15min Mesa: Justiça cidadã e restaurativa: da teoria à prática Coordenação: Profa. Dra. Vera Regina Pereira Andrade Docente do Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Palestrantes: Mônica Mumme Psicóloga/SP - Diretora do Laboratório de Convivência Isabel Cristina Silva Martins Faculdade de Direito de Santa Maria/RS (FADISMA) 15h15min Debate 16h00min Intervalo 16h30min Apresentação cultural 16h45min Conferência: Por que Justiça Restaurativa? (conceitos, princípios, valores, sujeitos e práticas) Coordenação: Kátia Madeira Assistente Social do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne Palestrantes: Prof. PhD. João Salm Docente da Universidade de Chicago/EUA 18h30min Encerramento com evento cultural (descida do morro) - Marcha contra o extermínio de jovens e rebaixamento da maioridade penal 20h Encerramento		14h Oficinas (25 pessoas por oficina) Oficina 1: Morro do Mocotó Facilitador: Jared Ordway Professor e pesquisador Cofacilitador: Larissa Pereira Rodrigues Analista jurídico do Núcleo de Direitos Humanos da CGI/TISC Oficina 2: Morro do Mocotó Facilitador: Isabel Cristina Silva Martins - Faculdade de Direito de Santa Maria/RS (FADISMA) Cofacilitador: Edson Mendes Assistente Pedagógico do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne Oficina 3: Morro da Mariquinha Facilitador: Mônica Mumme Psicóloga/SP - Diretora do Laboratório de Convivência Cofacilitador: Kátia Madeira Assistente Social do Centro Educacional Marista Lúcia Mayvorne Oficina 4: Monte Serrat Facilitador: Pe. Vilson Groh Presidente do Instituto Pe. Vilson Groh Cofacilitador: Rosi Koch Martins - SED - Representante da Secretaria Estadual da Educação	
PROGRAMAÇÃO Oficina 5: Monte Serrat Facilitador: Vera Regina Pereira Andrade - Docente do Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Cofacilitador: Marcelo Wegner Promotor de Justiça Oficina 6: Monte Serrat Facilitador: Juliana Camargo Mestranda do programa de Pós-Graduação em Direito pela UFSC Cofacilitador: Lilian Domingues Secretária da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude - CEIJ/TISC Oficina 7: Monte Serrat Facilitador: Prof. PhD. João Salm Prof. Assistente do Departamento de Justiça Criminal na Governor State University - GSU, Chicago - EUA Cofacilitador: Prof. Dr. Giovani de Paula Coordenador do Curso de Pós Graduação de Segurança Pública - UNISUL Oficina 8: SEDEP - Monte Cristo Facilitador: Marina de Almeida Estudante do Curso de Graduação em Direito da UFSC Cofacilitador: Jaaziel Vieira Estagiário de Psicologia no Centro Justiça Restaurativa da Vara da Infância e Juventude da Capital/SC		PROGRAMAÇÃO Oficina 9: Serrinha Facilitador: Maira Marchi Psicóloga da Polícia Civil Cofacilitador: Ana Soraia Biasi Assistente Social MP Chapecó Oficina 10: Morro da Penitenciária Facilitador: Theophilos Rifiotis Docente do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Cofacilitador: João Victor Krieger Estudante do Curso de Graduação em Direito da UFSC Oficina 11: Alto da Caieira Facilitador: Brigitte Remor de Souza May Juíza da Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital/SC Cofacilitador: Ana Cláudia Colla Estagiária de Serviço Social no Centro Justiça Restaurativa da Vara da Infância e Juventude da Capital/SC Oficina 12: Morro do Horácio Facilitador: Cristina Mulezini Comissária da Infância e Juventude da Vara da Infância e Juventude da Capital/SC Cofacilitador: Bruna Carolina da Rosa Estagiária de Serviço Social no Centro Justiça Restaurativa da Vara da Infância e Juventude da Capital/SC 16h Intervalo 16h30min Elaboração da Carta de Intenções Facilitadores: Alexandre Karazawa Takaschima Juiz Corregedor do Núcleo de Direitos Humanos - Corregedoria-Geral da Justiça/TISC Padre Vilson Groh Presidente do Instituto Pe. Vilson Groh 18h30min Encerramento	
PROGRAMAÇÃO DIA 13/11/2015 - Sexta-feira Local: Tribunal de Justiça 9h Breve cerimônia de abertura 9h30min Apresentação da Carta de Intenções e entrega dos certificados para as referências da comunidade 10h Trocas de experiências internacionais Coordenação: Padre Vilson Palestrantes: Prof. PhD. João Salm Jared Ordway Serge Charbonneau 12h Almoço 14h Mesa: Judicialização da vida e das relações sociais Coordenação: Leda Hermann Promotora de Justiça aposentada do Ministério Público de Santa Catarina Palestrantes: Prof. Dr. Theophilos Rifiotis Docente do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Serge Charbonneau Diretor do ROIAQ, Canadá 16h30min Encerramento			

*Programação sujeita a alterações.

**ANEXO XII – PROPOSTA DISCIPLINA OPTATIVA “JUSTIÇA
RESTAURATIVA”.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE DIREITO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE DISCIPLINA OPTATIVA “JUSTIÇA
RESTAURATIVA”, PARA O
CURSO DE DIREITO**

Profª Drª Vera Regina Pereira de Andrade

Requerente

Setembro

2015

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE DISCIPLINA OPTATIVA “JUSTIÇA RESTAURATIVA” PARA O CURSO DE DIREITO

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Disciplina: “Justiça Restaurativa”

Responsável: Prof^a Dr^a Vera Regina Pereira de Andrade

Nº créditos: 2

Carga horária: 36 h/a

OBJETIVOS

Proporcionar ao aluno uma visão global de noções e princípios de Justiça Restaurativa, em especial seu desenvolvimento no Brasil, situando-a face à crise de legitimidade e a expansão do sistema penal.

Proporcionar a articulação entre teoria e prática através da abordagem da comunicação não-violenta, seus componentes e principais práticas, em especial os círculos restaurativos e os círculos da paz.

EMENTA

Justiça Restaurativa

- Justiça Restaurativa: noções, princípios e principais práticas. A Justiça Restaurativa no Brasil. A Justiça Restaurativa face à crise de legitimidade e a expansão do sistema penal: importância e desafios.
- A comunicação não violenta como ferramenta fundamental da Justiça Restaurativa.
- Os componentes da comunicação não-violenta e os círculos restaurativos.
- Principais práticas da Justiça Restaurativa. Os círculos restaurativos. Os círculos oficiais, os círculos da paz.

JUSTIFICATIVA

A Justiça Restaurativa é um tema de crescente relevância no panorama político-jurídico dos tribunais de justiça brasileiros e do Conselho Nacional de Justiça, o qual a tem privilegiado em suas recomendações ao passo que tribunais de justiça de diversos estados do Brasil buscaram criar projetos de atuação visando distanciar-se do tradicional julgamento processual e aproximando-se de práticas restaurativas. Em um movimento

recíproco, a Academia caminha no sentido de fornecer fundamentos teóricos, práticos e políticos a orientar e desenvolver projetos de justiça restaurativa no Brasil.

Tal contexto se delineia em virtude de que as práticas restaurativas vêm-se mostrando cada vez mais adequadas para atender os conflitos entre os indivíduos, ao buscar satisfazer suas necessidades e interesses e disseminando a cultura da paz; de que o sistema restaurativo propõe-se a atender tais interesses no menor intervalo de tempo possível; de que tais práticas envolvem os sujeitos diretamente relacionados ao conflito e também aqueles indiretamente ligados, de forma a abranger toda a comunidade em que esses indivíduos estão inseridos; e de que, na modalidade restaurativa, trabalha-se com foco na responsabilização do agente e atendimento às necessidades das vítimas, objetivando a busca cooperativa de soluções projetadas para o futuro, enquanto que a punição estatal vislumbra apenas o já ocorrido, constituindo mero mecanismo de controle, sem efetiva reeducação ou reinserção social.

De fato, não são recentes as denúncias da criminologia crítica aos graves e danosos efeitos do direito penal e das agências de controle da modernidade. O acúmulo de debates da matéria colocou em cheque a legitimidade do sistema penal ocidental ao desmascarar a ilusão de suas funções declaradas e evidenciar sua atuação desmedida, violenta e seletiva. Essa denúncia, entretanto, não foi recepcionada pela opinião pública. As falsas promessas do sistema penal retributivo não foram desconstruídas no imaginário popular. Pelo contrário, o que se observou com o passar do tempo foi o aumento da demanda por controle e punição, ou seja, pelo eficientismo penal. O poder público, em todas as suas esferas, acompanhou esse pedido, incentivando a vigilância e a repressão policial, o alcance das leis coercitivas e a ingerência judicial. Consequentemente, o que se viu foi o crescimento exponencial da violência, tanto por parte da sociedade civil quanto por parte do Estado, adentrando-se num ciclo constante e vicioso que se expande dia após dia.

Tendo em mente essa crítica, torna-se urgente a necessidade de compreender melhor a proposta da justiça restaurativa. A busca por uma abordagem mais humanizada, democrática e socialmente consciente para situações de conflito visa alcançar resultados muito mais satisfatórios, tanto em nível individual quanto coletivo e comunitário. Pensar em propostas diferentes e inovadoras como essa significa romper com a lógica truculenta do controle, da repressão e da retribuição através da punição (principalmente a punição carcerária). A justiça restaurativa, portanto, trata-se de um projeto teórico e prático que pretende superar a visão punitivista e, assim, propor uma saída à desenfreada inflação da violência institucional.

A requerente, Professora titular vinculada ao Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC,¹ desenvolve atualmente, junto aos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Direito, atividades de ensino pesquisa e extensão na área da Criminologia, da cidadania e dos Direitos Humanos, vinculadas às linhas de pesquisa “Sociedade, controle social e sistema de justiça” e “Constituição, cidadania e direitos humanos”.

Foi responsável pela criação e ministra as disciplinas Criminologia e Sistema de justiça penal e operadores do Direito, no Curso de Graduação em Direito; e Criminologia e Políticas Criminais, Sistema de Justiça Penal, Cidadania e Direitos Humanos, Globalização, controle penal e cidadania nos cursos de Mestrado e Doutorado do PPGD-UFSC.

Coordena o Grupo de Pesquisa “Brasilidade criminológica”, que agrega inúmeros pesquisadores sob sua orientação e o Projeto de Extensão Universidade sem Muros, com atuação interdisciplinar e multiagencial na universidade, na comunidade, na prisão (Complexo prisional de Florianópolis) e na área das penas alternativas e da Justiça restaurativa.

É também pesquisadora do CNPq, instituição na qual é Líder dos Grupos de Pesquisa “Controle Penal, Direitos Humanos, Sistema de Justiça e Segurança Pública” e “Universidade Sem Muros”.

Nos três níveis (ensino, pesquisa e extensão), atua na temática dos Sistemas de Justiça Penal e Segurança Pública, das Penas Alternativas e das Alternativas à Pena, estando no presente com sua atuação e interesse focados na teoria e na prática dos modelos de Segurança Cidadã (ou nova prevenção) e Justiça Restaurativa, sendo esta temática constante de todos os planos de ensino de suas disciplinas, objeto de trabalhos orientados, inúmeros eventos organizados, cursos coordenados e assessorias realizadas a convite do Ministério da Justiça, bem como de visitas a instituições estrangeiras e publicações.

No segundo semestre de 2014 foi procurada pela Magistrada Brigitte Remor May, da Vara da Infância e da Adolescência, pela coordenadora do Centro de Justiça Restaurativa (CJR), Cristina Muzelini e pela Assessora da Coordenadoria Estadual da Infância e da Adolescência (CEIJ), Lilian Domingues, dois serviços de coordenação do TJSC, para iniciar as tratativas e a preparação de um termo de cooperação entre UFSC-TJSC, através do Projeto Universidade sem Muros, visando à criação e manutenção de um serviço periférico do Centro de Justiça Restaurativa (CJR) nas dependências do

¹.Link para acesso ao curriculum lattes:

<https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=E2FEB44670E146F8890B788BD6D1B521>

CCJ-UFSC para realização de práticas de mediação e círculos restaurativos nas escolas no entorno da Universidade Federal de Santa Catarina, dirigidas inicialmente a jovens e adolescentes aos quais se atribui a prática de ato infracional.

As tratativas para a formalização deste projeto estão em curso e as condições do termo e do Plano de trabalho estão sendo minutadas, tendo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e o Projeto Universidade sem muros oferecido, no segundo semestre de 2014, aos integrantes do grupo, respectivamente, dois cursos preparatórios, um na Academia Judicial e outro no CCJ-UFSC; os quais a requerente, respectivamente, cursou e coordenou, constituindo-se assim a estrutura inicial do Grupo interdisciplinar de Justiça restaurativa. Tal grupo é integrado pelo pessoal do tribunal e do Projeto “Universidade sem Muros”, por membros do Grupo “Brasilidade Criminológica”, bem como por acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito, Serviço social e Psicologia da UFSC e outras instituições de Ensino superior e profissionais do sistema de justiça e segurança pública. Todas as atividades de extensão foram aprovadas pelo Departamento de Direito da UFSC.

A seguir, por intervenção do Professor João Salm, da Universidade de Chicago, a requerente recebeu o convite para coorganizar a recepção, em Florianópolis, da Ministra-Conselheira e Chefe da Seção Política da Embaixada do Canadá, em Brasília, Karine Asselin, que manifestou interesse em financiar projetos de justiça restaurativa no Estado de Santa Catarina, em continuidade ao Encontro Internacional realizado em Florianópolis, sob nossa coordenação, em 2010 e ao intercâmbio que então se seguiu com o Canadá.

A reunião, conduzida pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Núcleo V - Direitos Humanos Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Alexandre Karazawa Takaschima, foi realizada no dia 13 de fevereiro do corrente, na sala da Presidência do Tribunal de Justiça e contou com a presença do juiz Auxiliar da Presidência Dr. Vitoraldo Bridi, da Assessora de Imprensa e Diplomacia Pública do Consulado do Geral do Canadá, Dina E. Thrascher, com o Diretor Geral e a Diretora cultural da ESMESC, com magistrados das Varas Criminal e da Infância e da juventude, funcionários da CEIJ e do CJR e o Presidente da Organização Não-Governamental Escrava Anastácia.

No primeiro semestre de 2015, a requerente obteve junto a Diretoria do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da UFSC a aprovação para realizar licença-capacitação precisamente na temática de Justiça Restaurativa junto à Faculdade de Direito de Santa Maria. A medida justificava-se a fim de dar continuidade qualificada aos projetos já em curso sob sua coordenação, para os quais sua inserção no

campo das práticas restaurativas e, em geral, securitárias - ou seja, sua capacitação prioritariamente metodológica e empírica, simultaneamente à continuidade da formação e produção teóricas - era essencial.

O Rio Grande do Sul é, juntamente com São Paulo e Brasília, um dos estados brasileiros pioneiros na introdução e desenvolvimento dos modelos de segurança cidadã e Justiça restaurativa no Brasil acerca dos quais conta, hoje, com um dos maiores acúmulos teóricos e empíricos, sendo referência nacional na área. Nesse sentido, a FADISMA (Faculdade de Direito de Santa Maria) está entre estes centros de referência, sobretudo no que concerne às atividades do seu Núcleo de Segurança Cidadã (NUSEC) e Justiça Restaurativa.

Assim, a capacitação da requerente deu-se em variados níveis, tanto no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Maria quanto no seu Curso de graduação, além de outros cursos atendidos como o curso de iniciação em práticas restaurativas promovido pela Promotoria de Justiça Regional de Educação de Santa Maria; o curso de imersão em Justiça Restaurativa e mediação promovido pelo Centro de Mediação e Práticas Restaurativas da Faculdade de Direito de Santa Maria; e o curso de iniciação em Justiça Restaurativa promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Com a realização de capacitação centralmente junto à FADISMA e à UFSC, e aos capacitadores supracitados, entre outras atividades e contatos com instituições, grupos e profissionais oportunizados no período, a requerente obteve capacitação teórica, metodológica e empírica, sobretudo no campo de aplicação da justiça restaurativa e das práticas de segurança; capacitação específica para realização das práticas restaurativas denominadas mediação e círculos restaurativos (incluindo a trilogia pré-círculos, círculos e pós-círculos); conhecimento dos projetos de ensino, pesquisa e extensão e dos modelos de gestão de segurança pública-cidadã colocados em prática no Rio Grande do Sul com êxito no controle das condutas conflitivas e criminais e na redução do encarceramento; além de conhecimento dos Grupos e projetos empíricos de justiça restaurativa em curso no estado do Rio Grande do Sul. Todas estas atividades resultaram em evidente qualificação profissional da requerente, mas, sobretudo, em benefício para a UFSC e sua função social, pois os conteúdos e as interações advindas da licença capacitação deverão reverter diretamente em pró do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, alcançando dezenas de estudantes e a comunidade.

Assim, do exposto resta claro que não apenas se justifica a criação da disciplina no âmbito do curso de graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC,

como também que a requerente possui a qualificação teórica, técnica e prática para ministrá-la.

BIBLIOGRAFIA

ACHUTTI, Daniel. **Justiça restaurativa e abolicionismo penal**: Contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. **No coração da esperança**: Guia de práticas circulares. Porto Alegre: AJURIS, 2011. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/Guia_de_Praticas_Circulares.pdf>. Acesso em 30 ago. 2015.

BRANCHER, Leoberto; MACHADO, Cláudia; TODESCHINI, Tânia Benedetto (Orgs.). **Manual de práticas restaurativas**. Porto Alegre: AJURIS, 2008. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=80&pg=0#.VeNFhvlViko>>. Acesso em 30 ago. 2015.

CAPPELLARI, Jéferson. **ABC do girafês**: aprendendo a ser um comunicador emocional eficaz. Curitiba: Multideia, 2012.

D'ANSEMBOURG, Thomas. **Deixe de ser bonzinho e seja verdadeiro**: como se relacionar bem com os outros sendo verdadeiro. Rio de Janeiro, Sextante, 2013.

ELLIOT, Elizabeth. **Security with Care**: Restorative Justice & Healthy Societies. Fernwood Publishing, 2011.

MUMME, Mônica. **Justiça restaurativa**: um caminho de valor social que acontece no coletivo.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciunculla. **Justiça restaurativa**: da teoria à prática. São Paulo: IBCCRIM. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/5/TDE-2009-03-05T055242Z-1702/Publico/409552.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.

PRANIS, Kay. **Guia do facilitador**. Porto Alegre: AJURIS, 2011. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=562&pg=0#.VeNFyPIViko>>. Acesso em 30 ago. 2015.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. São Paulo: Palas Athena, 2010.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não-Violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/197839/comunicaonoviolenta-marshall-rosenberg-cnv-121019163758-phpapp01.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2015.

SALM, João; LEAL, Jackson da Silva. **A Justiça restaurativa: multidimensionalidade humana e seu convidado de honra**. Florianópolis, Revista Seqüência, n.64, pp. 195-226, julho de 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2012v33n64p195/22470>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça restaurativa. São Paulo: Palas Athena, 2008. Disponível em: <http://www.esmesc.org.br/download/Trocando_as_Lentes.zip>.

ANEXO XII – LISTAS DE DESMURADOS

Airton Ribeiro da Silva Júnior
Alexandre Brum Silva
Alexandre Tupinambá Gomes Amaral Mendes
Aluana Chavegatto
Ana Clara Graciosa Seibel
Ana Lúcia Dampasio Zanluca
Ana Luisa Zago de Moraes
Ana Maria Garcia
Ana Maria Santos Custódio
Ana Paula Schmitt R.
Ana Paula Zimmermann
Andressa Loli Bazo
Arnaldo Xavier
Arony Silva CRuz Paiva
Arthur da Silva Simon
Beatriz Luiza Goedert de Campos
Bruna Martins Costa
Bruna Medeiros das Neves
Camila Furuni do Nascimento
Carla Odete Hofmann
Carlos Alberto Loewenthal
Caroline Paciornik Zorzeto
Clesio de Luca
Constantino Azevedo Nascimento
Daniel Carvalho
Daniela Eiras Pavão
Daniela Felix Teixeira
Daniela Haline Bannak
Danilo Christiano Antunes Meira
Dayany Carla Giacomini
Eduardo Granzotto Mello
Eduardo Menezes de Oliveira
Efendy Emiliano Maldonado Bravo
Elizandro Pio de Rezende
Felipe Heringer Roxo da Motta
Fernanda Martins
Fernanda Ruy e Silva
Fernanda Veroneze
Fernando de Faveri
Flavia do Amaral Vieira
Francine Winter
Gabriela Barreto de Sá
Gabriela Jacinto
Gabriela Souza Cezimbra
Gilberto Antônio da Silga
Giovani de Paula

Grabriel Barro de Figueiredo
Gustavo Costa Vieira
Gustavo Trento Christoffoli
Helen Cristina de Oliveira
Helena Schiessl Cardoso
Jackson da Silva Leal
Jacqueline Martins
Jade Philippe dos Santos
Jaison Cristian Pacheco
João Victor Antunes Krieger
Joel Jose Rafaloski
Joel Lopes Da Silva
Juares Augusto Dias
Júlia Bordin Mandelli Correa
Júlia Padova Cornelius
Juliana Lobo Camargo
Juliana Maria Mota Zampieri
Juliana Paulino Machado
Jullian Coelho Wasselevsky
Laksmi Benez
Layla Gonçalves Mendes de Carvalho Barbosa
Leonardo de Bem
Lilian Cristina Schulze
Luara Cachuite Queiroz da Mota
Lucas da Costa Pereira Fontoura
Lucas Souza Gomes da Silva
Luciano Góes
Lucimara L. K. Patté
Luiza B. Mallon
Maíra Marchi Gomes
Mara Leal
Marcel Sousa Soares
Marcelo Mayora Alves
Marco Aurélio Souza da Silva
Marcos Erico Hoffmann
Maria Aparecida Anacleto
Maria Eugênia Maciel Campos
Mariana Costa Franco
Mariana Dutra de Oliveira Garcia
Mariana Garcia
Mariana Noi do Nascimento
Marília De Nardin Budó
Marina Barcelos de Oliveira
Marina Cordeiro
Marina Correa de Almeida
Marina Darel Pereira
Marina Leite de Almeida
Marina Piovesan Gonçalves
Mario Davi Barbosa
Marli Camello Modesti
Mathias Foletto Silva

Maty Lice B. Guéye
Maurício Stegemann Dieter
Moisés Alves Soares
Murilo Rodrigues da Rosa
Nadir Parenti
Nayara Aline Schmitt Azevedo
Nazil Bento Neto
Paola Hakenhaar
Paola Lorena Pinto dos Santos
Paula Pereira Gonçalves Alves
Paulo Renato Bornhofen Marcelino
Priscila Batista da Silva
Raul Vinícios da Silva
Renan O. Rainho Cunha
Ricardo Alves Kly
Ricardo Felix
Richardson Contreira
Roberta Spíndola
Roberto Motta de Souza
Rodrigo Trimm Seferim
Sabrina Soares
Sergio Roberto Lema
Silvania De Araujo Fernandes Formigoni
Silvia Carolina Pamplona e Silva
Sílvia dos Santos Fernandes
Simone Martins
Sofia Regis Gonzáles
Suelen Beninca
Tácio Piacentini
Tatiana Bremmer Pachecho
Thomaz Albaladejo Hallam
Vanessa Maciel Lema
Violene Silva
Vitor Felipe Pitz
Weslley da Silva Pereira de Almeida
Yuri Frederico Dutra

ANEXO XIII – LISTA INTEGRANTES DO GRUPO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Alexandre Karazawa Takaschima
Ana Clara Graciosa Seibel
Anthony Thiesen
Arnaldo Xavier
Bianca Aline Vargas Rosa
Bruna Krieger de Souza
Bruna Martins Costa
Bruna Sandri do Prado
Camila Damasceno de Andrade
Camila Mabel Kuhn
Cinthia de Cássia Povanos Mendes
Edite Magri
Helena Schiessl Cardoso
Jackson da Silva Leal
Janine Laís Moratelli
João Victor Antunes Krieger
Juliana de Alano Scheffer
Juliana Lobo Camargo
Leda Maria Hermann
Lorrainy Alves Santos
Luiz Felipe de Medeiros
Maíra Marchi Gomes
Márcia Aguiar Arend
Marina Darela Pereira
Marina Leite de Almeida
Muriel Magalhães Machado
Nayara Aline Schmitt Azevedo
Priscilla Batista da Silva
Vera Regina Pereira de Andrade
Cristina Mulezini
Maíra Marchi Gomes
Juliana Lobo Camargo
Marina Leite de Almeida
Giovani de Paula
Lilian Domingues
Leda Maria Hermann
João Victor Krieger
Brigitte Remor de Souza May
Danúbia Rocha
Iara

ANEXO XIII – ENTREVISTAS COM OS DESMURADOS

• FELIPE HERINGER ROXO DA MOTTA:

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

A parte histórica do grupo me escapa no momento. Tenho a impressão de que, quando cheguei (2008), o grupo tinha sido recém-formado (leia-se "poucos anos antes") e, após um momento inicial de atividades, entrou num hiato. Minha chegada (convergindo com a de outras pessoas) converge com a retomada que a Vera dá ao grupo. Assim, após algumas reuniões iniciais com tal finalidade, algumas decisões foram tomadas: a necessidade de reatar o contato com a penitenciária e a busca por organizar grupos de pesquisa em criminologia crítica dentro do CCJ. No lapso de dois anos, esse foi o grande foco.

Com o meu afastamento (após o retorno para Curitiba em 2010), tive notícias até 2011. O que me foi relatado é: as atividades continuavam sem interrupção e uma onda nova de pessoas dedicadas ao grupo tinha surgido (em especial, alunos da graduação) e as visitas à penitenciária estavam continuando e avançando na proposta.

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Minha atuação foi mais concentrada no período em que estive na UFSC cursando o mestrado - início de 2008 a início de 2010.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Como orientando da prof^a. Vera, conheci o USM a partir dos contatos com ela e convite feito para participar das reuniões.

4) COMO/onde VOCÊ ATUOU NO USM?

Minha atuação foi concentrada em duas principais atividades: auxiliando nas reuniões e atividades acadêmicas desenvolvidas pelo grupo; e nas visitas (ora semanais, ora quinzenais) à penitenciária para fazer um mapeamento da situação processual dos presos naquele período.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

Na parte acadêmica, organizávamos (Vera, Marcel Soares, Daniela Felix, Roberta Espíndola e eu, em alguma medida) grupos de estudos de textos criminológicos críticos, com o especial intento de proporcionar à comunidade acadêmica contato e formação na área. De especial destaque foi o "grupo de estudos em criminologia" de 2009. Nele eram desenvolvidas reuniões regulares para o debate de textos e temas selecionados, normalmente focados nos momentos mais amadurecidos do pensamento criminológico crítico da década de 1980. O foco era, normalmente (mas não exclusivamente), a produção de Alessandro Baratta.

Com relação à penitenciária, decidiu-se em 2008 que seria relevante retomar os contatos com a penitenciária de Florianópolis e essa reaproximação deveria ser feita com o objetivo de mapear a situação dos presos diante da execução penal. A principal tarefa consistia em, artesanalmente, pegar os prontuários da execução penal e levantar, um a um, a situação processual, tempo de condenação, momento do cumprimento da pena, eventuais incidentes e, quiçá, irregularidades na condução do cumprimento da pena.

6) EXPLICITAR APRENDIZADO, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

É possível afirmar que os ganhos pessoais são concentrados em duas dimensões. A primeira diz respeito à própria prática de extensão universitária. Embora eu tenha tido outras experiências ao longo da graduação (em especial no campo da assessoria jurídica popular), o USM foi o projeto com o qual eu tive chance de me envolver mais profundamente. Esse envolvimento me mostrou as diversas dificuldades apresentadas pela estrutura universitária

(em especial em campos tradicionais, como o Direito) quando se trata de desenvolver uma proposta que ultrapasse a esfera do ensino. Isso, sem dúvida, contribuiu sensivelmente para meu amadurecimento pessoal.

Em segundo lugar, quanto aos ganhos derivados da própria atividade desenvolvida (especialmente na penitenciária), foi interessante conhecer diversos elementos da execução penal no Brasil. Foi possível notar, desde dentro que, embora regulados por lei federal, cada estabelecimento penitenciário constitui-se em um microcosmo normativo próprio. Não afirmo isso com relação à óbvia constatação de que os agentes e os presos estão em relação e esta ganhará a face da subjetividade dos envolvidos. Digo isso num plano maior (normativo): a face concreta das regras abstratas vai muito além daquilo que Fritz Sack imaginou ao afirmar a construção de um sistema de meta-regras quando a lei penal é aplicada na prática; trata-se de uma existência própria e à parte de regramentos legais que se torcem e retorcem, na impossível tarefa de aplicar o labirinto de regras contraditórias na execução penal. Essa experiência foi um "despertar" à complexidade da questão penitenciária e que carregarei comigo ao longo de toda a minha jornada.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE?

Recomendo a não romantização do projeto. Observá-lo com clareza demanda passar por cima dos exageros e visões apaixonadas de todos os envolvidos. Tentando um esforço de objetividade, diria que (limitado ao período em que estive atuando) o curso de Direito em grande medida ignorava a existência do projeto. Sabiam da existência do grupo, na faculdade, aqueles que de algum modo estavam próximos da prof^a. Vera (como os orientandos, alunos do PET e mestrandos pesquisando temas penais), talvez alguma informação que escapava na divulgação "boca-a-boca" chegasse a eventuais alunos mais afins ao tema.

Já a comunidade-sociedade possuía acesso ao USM muito mais pelo esforço da Vera em divulgá-lo nos espaços em que transitava, e.g. a associação de praças da PMSC ou professores de outras instituições (como a CESUSC). A maior parte dessas pessoas, no

entanto, não conhecia a identidade do grupo USM como tal. Era algo mais ambíguo que misturava a prof^a. Vera e o projeto; possivelmente associavam as tarefas diretamente à Vera (já que, em especial no longo prazo, todas essas coisas "orbitavam" em torno dela, a pessoa que sempre esteve na dianteira dessas atividades).

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO?

É uma pergunta difícil de trabalhar. Deve-se ter em mente a inexistência quase completa no CCJ de grandes projetos de pesquisa e extensão. Na pesquisa, é possível citar o PET, eventuais projetos de iniciação científica institucional e, talvez, grupos esporádicos de estudos conduzidos pelos próprios graduandos para estudar temas de interesse dos envolvidos e cuja ausência percebem no currículo da faculdade. A extensão, por sua vez, é ainda mais invisível, tendo um ou outro professor algum pequeno projeto.

O USM, portanto, insere-se nesse contexto e, mesmo com as dificuldades e carências, é praticamente o único dentro do CCJ tem a proposta de articular a experiência universitária como algo mais do que ir à sala assistir à aula e fazer uma prova ao final de um período. É, nesse sentido, um projeto que além de todas as dificuldades, precisa remar contra as marés institucional e estrutural. A importância, nesse sentido, é sensível e não pode ser minimizada.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

Como os projetos universitários tradicionais, as atividades são dotadas de ciclos de sazonalidades. Como o envolvimento tende a ser limitado no tempo (enquanto a pessoa, contingencialmente, está próxima da UFSC), pessoas vêm e vão. Tendo em vista o escopo de atuação, isso faz com que o projeto tenha sempre ciclos e esteja sempre num eterno "início" ou retomada de atividades. Trata-se de um problema da estrutura da extensão universitária e não uma peculiaridade do USM. Derivado disso, as pessoas envolvidas sempre têm muita energia inicial e "boa vontade", mas a inexperiência geral para a realização dos objetivos de

qualquer projeto extensionista faz com que haja uma falha na definição de objetivos concretos e capacidade de articulação em sua concretização. Isso confere aos projetos (e o USM não é exceção) um caráter sempre "artesanal" (oposto a uma profissionalização impossível diante da estrutura universitária que possuímos).

Já com relação específica às atividades desenvolvidas no período 2008-2010, percebi que o próprio vínculo USM-penitenciária era extremamente frágil. Isso fazia com que estivéssemos sempre "pisando em ovos" lá dentro, sempre tentando não gerar algum distúrbio nas relações de poder internas, pois bastava uma reclamação de qualquer setor e a diretoria da penitenciária poderia bloquear o nosso acesso (sem qualquer dificuldade). Além disso, a estrutura da execução penal é, ela mesma, "artesanal". Cada funcionário faz a tarefa de um modo, inexistente um padrão ou controle interno sistematizado, isso faz com que o cumprimento da pena seja sempre precário. O mapeamento disso era inviável, pois, uma vez terminado, muita gente já teria saído e entrado na penitenciária e os resultados seriam completamente distorcidos.

Vendo isso, fiz a proposta de tentar uma informatização e, simultaneamente, formação de um banco de dados da execução penal. Comecei a desenvolver um programa (que parou num estágio que normalmente seria atribuído como um "late alpha" ou um "early beta") para essa finalidade. Apesar do tempo que isso demandou e da empolgação que os funcionários da execução penal demonstravam, a implementação nunca foi adiante. Eles sempre diziam que não conseguiam tempo para dar uma olhada no programa e ver o que faltava de funcionalidade para implementar. Isso fez com que a situação da execução penal tenha se mantido como estava e nosso trabalho permanecido "artesanal".

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Os debates no ciclo de estudos de 2009 foram muito produtivos e, como grupo, acredito que as questões discutidas tenham provocado e gerado as micro transformações de praxe.

Com relação ao mapeamento, tive acesso aos arquivos dos prontuários penais (que eles faziam à época manualmente - e, provavelmente, ainda está assim) e fiz alguns tratamentos com filtros e seleção de informações. Após diversas rotinas, consegui o levantamento aproximado da tabela abaixo. **Nota importante:** esses números devem ser vistos sempre de modo aproximado. Os prontuários que os agentes da execução faziam não tinham um padrão comum (o que gera problema exatamente na hora de tentar buscar dados comuns entre eles). Isso significa que alguns pontos podem ter passado nos critérios adotados no "script" para processamento em massa e isso faria com que esses números tenham uma pequena distorção para mais ou para menos. Ainda assim, para o período em que estivemos lá, isso foi o mais próximo de algum mapeamento que estivemos para a situação existente na segunda metade de 2009 na penitenciária masculina de Florianópolis.

Dado	#
Nº de Sentenciados	1124
Primários	633
Reincidentes	459
Regime Inicial: Fechado	803
Regime Inicial: Semi-Aberto	290
Regime Inicial: Aberto	8
Sentenciados com Idade entre 18 e 21 anos	19
Sentenciados com Idade entre 22 e 30 anos	523
Sentenciados com Idade superior a 30 anos	578
Condenações	2225
Condenações com Base no Código Penal	1580

Condenações em Crimes Contra a Vida	99
Condenações em Crime Contra o Patrimônio	1128
Condenações por Estupro	40
Condenações por Atentado Violento ao Pudor	37
Condenações com Base nas Leis de Drogas	477
Condenações com Base na Lei de Drogas de 2006	140
Condenações com Base na Lei de Drogas de 1976	337
Condenações nas Leis de Armas (1997 e 2003)	168

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

Raramente tivemos contato com os presos no período em que estive lá. Na maior parte do tempo, estivemos no setor de execução penal. Já os agentes não possuíam qualquer vínculo de solidariedade conosco. Para eles, éramos, provavelmente, um grupo de "românticos defensores dos direitos humanos" que estávamos lá sem saber exatamente o que queríamos (quanto à segunda parte, é possível que eles estivessem corretos). Com isso, a relação com os agentes era sempre muito superficial e eles adoravam selecionar prontuários de situações mais icônicas como forma de tentar chocar com os casos mais grotescos e, assim, conferir legitimidade à atuação deles no sistema de justiça criminal.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Acredito que a primeira parte da pergunta esteja diluída nas respostas das questões anteriores. Já a parte final (influência na vida do "público alvo" - curiosa seleção de palavras, diga-se de passagem), eu diria que após os dois anos de atuação com o USM nos espaços em

que transitamos, o sistema de justiça criminal não foi sequer arranhado. Isso não se deu, no entanto, por alguma falha do USM, mas porque estamos lidando com uma verdadeira luta entre Davi e Golias: o projeto USM é infinitamente menor que o monstro que é o SJC. Então o resultado de dois anos é muito mais como o choque da água na pedra pelo mesmo período: na é percebido, mas após um lapso muito maior, "quando a pedra fura", é possível dizer que sem cada pedacinho de tempo o resultado final não seria possível.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

Nada mais, a princípio.

- **EDUARDO GRANZOTTO MELLO:**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

As atividades do Projeto Universidade Sem Muros iniciaram no ano de 2005 a partir da convergência do acúmulo acadêmico e político desenvolvido pela Prof^a Vera Regina Pereira de Andrade nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da UFSC e junto aos atores do Sistema de Justiça Criminal do estado de Santa Catarina com a reunião de um corpo de acadêmicos, especialmente os bolsistas do Programa de Educação Tutorial – PET-DIR-UFSC e dos cursos de mestrado e doutorado, que almejavam a construção de um projeto de extensão de caráter comunitário, que realizasse efetivamente a interação entre universidade e comunidade. A partir da concepção processual e interacionista que permeou a concepção do projeto as atividades envolveram atividades em duas direções fundamentais: formação teórica e técnica para uma práxis crítica dirigida aos acadêmicos e profissionais envolvidos no projeto e intervenção prática nas realidades do sistema prisional da grande Florianópolis e das famílias e comunidades implicadas no processo de criminalização visando a promoção do controle da legalidade da execução penal e da interação entre condenado-família-comunidade. O acúmulo do projeto no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina e da relação atores do Sistema de Justiça Criminal catarinense permitiu envolver estudantes e profissionais de diferentes profissões e disciplinas (Direito, Serviço Social, Psicologia) e construir importantes aberturas institucionais para a intervenção junto ao Sistema Prisional, em especial no Complexo Penitenciário da Capital. As atividades de formação tiveram o caráter mais permanente envolvendo cursos, palestras e grupos de estudos em Criminologia e Execução Penal. As intervenções práticas, em especial no sistema prisional, tiveram avanços e recuos ao longo dos anos pois grau das aberturas institucionais variou conforme as conjunturas políticas (gestão da Secretaria de Justiça e Cidadania e gestão das unidades prisionais), manifestando as resistências da administração do sistema prisional em relação a qualquer projeto que tenha caráter crítico e emancipatório e que não aceite ser funcionalizado e subalternizado.

As atividades do projeto terminaram ao final de 2013, ano em que foi realizado um curso de formação em Criminologia e Execução Penal no primeiro semestre e no qual foi desenvolvido importante intervenção prática por meio da assessoria jurídica no Presídio Feminino da Capital. Infelizmente, quando as atividades da assessoria jurídica do projeto ganharam corpo e passaram a exhibir resultados efetivos para a população encarcerada, a gestão do Sistema Prisional de Santa Catarina voltou a criar obstáculos para nossa atuação e, dessa forma, inviabilizou a execução do Projeto. Ao final do ano de 2013, após um balanço da experiência de toda a experiência passada o Projeto foi encerrado.

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Minhas atividades no projeto Universidade sem Muros iniciaram desde a contribuição na discussão e formulação do projeto ainda em 2005, quando era aluno do curso de graduação em Direito da UFSC e bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET- DIR-UFSC. Participei ativamente durante todo o período de 2005 à 2009, tanto das atividades de formação quanto das atividades desenvolvidas junto ao Complexo Penitenciário da Capital. Passei a ter uma participação menos ativa e mais intermitente no período de 2009 a 2012. Voltei a participar de modo mais ativo no ano de 2013 enquanto aluno do curso de mestrado em Direito, ministrando o curso de formação juntamente com o doutorando Jackson Leal.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Participei desde o início, no ano de 2005, enquanto acadêmico do curso de graduação em direito da UFSC e bolsista do PET-DIR-UFSC.

4) COMO/onde VOCÊ ATUOU NO USM?

No âmbito do Projeto Universidade Sem Muros, atuei em atividades de formação (grupos de estudos, cursos) e atividades práticas (atividades junto às gerências de Execução Penal do Complexo Penitenciário da Capital), além de desenvolver durante muito tempo uma atuação organizativa e administrativa.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

Atividades de formação: coordenação de grupo de estudos, ministração de cursos, desenvolvimento de oficinas.

Atividades práticas: organização e participação em reuniões com familiares de presos, visitas às unidades do sistema prisional, entrevista com encarcerados e encarceradas do sistema prisional, estudo e elaboração de peças em processos de execução criminal.

6) EXPLICITAR APRENDIZADO , CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

Penso que além do aprendizado teórico e prático em relação à criminologia e ao direito da execução penal, a experiência foi fundamental para a compreensão dos desafios implicados no exercício profissional e na militância política diante da realidade do sistema prisional. Mais que a confirmação do acúmulo da criminologia crítica, foi possível tomar contato com a dor e com as aspirações das vítimas diretas e indiretas do sistema penal.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

O significado do projeto para o curso de Direito é decisivo na medida em que abre um espaço permeado historicamente pelo elitismo e insensibilidade às aspirações populares para a

possibilidade de uma formação e de uma prática profissional de caráter transformador num campo de atuação (sistema penal) onde a função real do direito é brutalmente contraditória com a função declarada. Relativamente ao significado para a sociedade-comunidade, o projeto compartilha com uma série de outras iniciativas desenvolvidas na UFSC o desafio de realizar por meio da extensão uma interação diferenciada entre universidade e comunidade, na qual comunidade é assumida na qualidade de sujeito que se apropria de maneira ativa da contribuição da universidade e não apenas como consumidora de serviços voluntários/assistenciais. No que toca mais especificamente à temática do sistema prisional, a dimensão do Projeto Universidade Sem Muros para a comunidade significou não somente a veiculação e circulação de um discurso alternativo e propositivo em relação aos rumos do nosso sistema prisional, mas também a proposição de uma prática de referência que mostra a possibilidade de uma outra política para a execução penal.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

O projeto Universidade Sem Muros é em grande medida um resultado do acúmulo nas áreas de ensino e pesquisa, que viabilizou a construção progressiva de um grupo de acadêmicos e profissionais dispostos a desenvolver a intervenção prática com a comunidade, ou seja, a extensão. Penso que o maior significado do projeto para o ensino e a pesquisa é a necessidade de interação entre teoria e prática para a construção do conhecimento criminológico crítico, em especial para o contato com a realidade sistema penal catarinense. De outro lado, para a extensão a experiência do projeto aponta para os desafios acadêmicos e políticos implicados no desenvolvimento de projetos no âmbito no sistema prisional.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

As maiores dificuldades enfrentadas ao longo do projeto são as decorrentes da própria realidade escolhida para o seu desenvolvimento, isso é, o próprio sistema prisional, com sua

administração e seus agentes. O contato efetivo com os sujeitos encarcerados sempre foi dificultado e mesmo o manuseio dos processos de execução criminal foram no início filtrados, apresentados apenas como objeto de estudo. As mudanças na conjuntura política, em especial as trocas de gestores das unidades prisionais, frequentemente significaram a perda da relação construída e dos avanços obtidos, mesmo com todo o esforço no sentido da construção de convênio de caráter institucional. Ao final, quando efetivamente projeto travou contato com a realidade das demandas não atendidas pela população prisional, a reação da administração do sistema prisional foi impossibilitar a atuação do projeto sob o argumento de que colocava a segurança da unidade (Presídio Feminino) em risco. Outra dificuldade foi a questão da transitoriedade de grande parte dos membros do projeto, em especial dos estudantes devido à perda do vínculo com a universidade. Tal dificuldade foi superada por meio do permanente desenvolvimento de atividades de formação.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Penso que o resultado mais positivo alcançado está na própria transformação dos sujeitos envolvidos, tanto por parte dos acadêmicos e profissionais envolvidos com projeto, quanto com a comunidade com a qual o projeto interagiu. Trata-se da experiência de uma prática alternativa, que evidencia no plano micro, a possibilidade de uma outra política para o sistema prisional e para a proteção dos direitos dos encarcerados e seus familiares. Cabe notar que esse tipo de transformação não pode nem deve ser quantificado segundo a estreita concepção de avaliação vigente e dominante na Universidade.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

A reação dos agentes penitenciários oscilava entre a atitude de neutralidade à atitude de resistência e suspeita. Isso dependia bem boa medida dos humores da administração da

unidade e do espaço visitado, se apenas as dependências da administração ou as galerias, salas de atendimento e parlatório. Em relação ao contato direto com os presos, tive de fato poucas experiências no interior da unidade prisional. Na atuação no Presídio Feminino em 2013, a reação das presas foi primeiro de timidez e depois, a partir do desenvolvimento da assessoria jurídica, de busca ativa pelo contato com os membros do projeto, o que contribuiu para trazer uma série de informações sobre situações de violação de direitos.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Avalio que a atuação no Universidade Sem Muros teve um peso importante para minha formação, pois permitiu experimentar as potencialidades da militância no âmbito da universidade a partir da participação atividades para muito além da sala de aula. De outro lado, o projeto permitiu iniciar o contato com a realidade do sistema prisional, especialmente com as dificuldades que tal sistema apresenta para uma prática política e profissional com horizonte transformador. Em relação ao “público alvo”, mesmo com a influência estando limitada pelas dimensões do projeto, posso dizer que foi positiva, tanto em relação ao atendimento das demandas quanto à interação da população encarcerada e suas famílias com o projeto.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

Penso que um elemento importante para avaliar a trajetória do projeto Universidade Sem Muros é a reconstrução da política do governo estadual catarinense para o sistema prisional no período. Assim, é preciso avaliar que tal período coincide em grande medida com a aplicação de uma política de linha dura no sistema penitenciário estadual, quando a aplicação de uma execução penal focada no discurso da segurança e da ressocialização por meio do trabalho só permite uma abertura muito controlada e limitada para iniciativas da sociedade civil, da comunidade e da universidade.

- **JOÃO VITOR ANTUNES KRIEGER:**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

Começou conjuntamente com minha bolsa de iniciação científica (PIBIC), em julho de 2014. A professora Vera me ofereceu essa bolsa e me informou que ela estaria vinculada com a participação no grupo de pesquisa e extensão Universidade Sem Muros. Minha primeira atividade veio logo em seguida, quando participei do curso de Justiça Restaurativa oferecido pela Academia Judicial em parceria com a Vara da Infância e Juventude.

Minha pesquisa e participação no USM continua até hoje.

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

De julho de 2014 até o momento atual.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Conheci durante a graduação, quando fiz a disciplina de Criminologia. Na ocasião, o grupo estava atuando no presídio feminino de Florianópolis. Porém não participei do grupo na ocasião.

Me aproximei do grupo quando eu e alguns colegas de turma montamos um grupo de estudos em Justiça Restaurativa após a visita do professor João Salm em Florianópolis. A professora Vera tomou conhecimento das nossas reuniões e começou um diálogo conosco. Pouco tempo depois, fui admitido como pesquisador PIBIC e comecei a participar formalmente do USM.

4) COMO/onde VOCÊ ATUOU NO USM?

Particpei do curso de Justiça Restaurativa promovido pela Academia Judicial em parceria com a Vara da Infância; organizei e coordenei um dos encontros do Minicurso de Justiça Restaurativa oferecido pela professora Vera para os estudantes da UFSC e instituições parceiras visando reconstruir o grupo USM para nova atuação (final de 2014); particpei das visitas ao projeto Justiça Restaurativa da Vara da Infância para acompanhar as mediações lá realizadas (1º semestre de 2015); iniciei minha pesquisa em parceria com o Instituto Vilson Groh e com o Colégio Lucia Mayvorne (setembro de 2015); organizei e particpei do Seminário Internacional Justiça Restaurativa em Debate (novembro de 2015); apresentei os resultados parciais da minha pesquisa na Semana de Iniciação Científica da UFSC – evento conjunto com a SEPEX (outubro de 2015).

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

Curso de Justiça Restaurativa da Academia Judicial: curso promovido pela Vara da Infância e Juventude da Capital com objetivo de debater o tema e apresentar as experiências do projeto Justiça Restaurativa do TJ. Participaram, além de mim, Priscilla Silva, Bruna Costa e Anthony Thiessen do grupo de estudos de Justiça Restaurativa e Marina Almeida e Maíra Marques do USM, pelo que lembro. Os ministrantes foram o professor Vezulla e a Cristina Mullezini (para apresentar o projeto JR).

O Minicurso de JR na UFSC foi realizado pela professora Vera visando capacitar os novos membros do USM nos temas a serem trabalhados na nova etapa do grupo. Entre as obras apresentadas e discutidas, estavam Trocando as Lentes de Howard Zehr, Security With Care de Elizabeth Elliot, um artigo de autoria de João Salm e Jackson Leal, entre outros. O minicurso terminou com a primeira visita do grupo ao Fórum e à sala de Justiça Restaurativa.

Após o minicurso, o USM começou a participar como visitante das mediações do projeto JR. As mediações se deram no Fórum de Justiça do Centro e foram coordenadas pela

oficial de justiça da infância Cristina Mullezini e pelo estagiário do curso de psicologia da Unisul, Matheus. Participamos durante duas semanas, até o período que Cristina entraria de férias.

Visando iniciar a organização do Seminário Internacional JR em Debate, comecei a visitar com o Padre Vilson Groh alguns dos vários projetos sociais vinculados ao Instituto Vilson Groh (IVG). Conheci a Casa da Criança do Mocotó, o projeto Procurando Caminhos, o Colégio Lucia Mayvorne, o Centro Cultural Escrava Anastácia, a Igreja do Monte Serrat, entre outros. Em casa passagem, conversei com os funcionários e divulguei sobre a realização do Seminário e trocando uma rápida ideia sobre JR. Depois disso, apresentei no Colégio Lucia Mayvorne meu plano de pesquisa sobre a dinâmica de conflitos escolares que a escola adota. Me vinculei como voluntário no Colégio e sigo pesquisando semanalmente.

O Seminário Internacional foi uma iniciativa do TJ-SC em parceria com a embaixada do Canadá. Foram chamados para auxiliar na organização a Vara da Infância, UFSC (em nome da professora Vera e do professor Teófilis), IVG, Academia Judicial e ESMESC. O evento aconteceu em novembro de 2015 no Colégio Lucia Mayvorne e no Tribunal.

A apresentação dos resultados parciais da pesquisa na Semana de Iniciação Científica (SIC) da UFSC foi um dos requisitos da concessão da bolsa PIBIC. Lá, apresentei os objetivos, método e conclusões parciais da pesquisa em forma de banner para um professor avaliador. A SIC ocorreu dos dias 21 à 23 de outubro, sendo que a apresentação da área de Direito se deu no dia 23.

6) EXPLICITAR APRENDIZADO , CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

Com as atividades realizadas, pode-se aprofundar as discussões acerca da JR. Foi possível compreender pontos de vista diferentes e inovações na área. A leitura bibliográfica foi importante para tanto. Novas perspectivas para a JR como a Comunicação Não-Violenta e a relação da JR com o abolicionismo penal foram tópicos novos para mim. Ao fim, foi possível estruturar uma rede de colaboradores interinstitucionais para colaborar com o projeto do USM.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

O projeto USM permite ao estudante de direito a experiência de uma extensão completamente diferente do senso-comum no curso. Ao ultrapassar os muros da UFSC e compartilhar conhecimentos com as comunidades de Florianópolis, o USM contribui com a horizontalidade dos saberes e promove uma integração entre academia e rua. Rompe-se, assim, o caráter fechado e autocentrado que predomina nos cursos de direito do país. Também saem enriquecidos os públicos atendidos, pois democratiza-se o saber produzido na universidade.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

Como já mencionado, o USM ultrapassa as limitações do senso comum da extensão universitária. Propondo projetos que vão além do simples assistencialismo, o objetivo do USM é dialogar os discursos acadêmicos com os populares. A pesquisa, assim, também se enriquece, pois proporciona-se novas formas de ver e compreender fenômenos que antes eram pré-concebidos limitadamente pela visão da universidade.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

O ponto problemático que mais chama a atenção foi o abandono do projeto em andamento, tanto por graduandos, quanto por pós-graduandos e profissionais formados. Observou-se que, com a saída da professora Vera para capacitação em JR no começo de 2015, muitos dos participantes se desvincularam do projeto ao parar de comparecer nas atividades.

Porém, em reuniões de organização como a de 17/11/2015, percebe-se que alguns dos participantes permaneceram e que novos estudantes desejam ingressar no projeto.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Dos resultados obtidos até agora, o mais positivo foi a elaboração da rede entre estudantes das várias universidades de Florianópolis, TJ, Vara da Infância, IVG, Polícias Militar e Civil, MP e Secretaria da Educação, entre outras instituições. Esse grupo já manifestou apoio e participação no projeto de JR do USM. A médio e longo prazo, um resultado positivo esperado será a troca de saberes e experiências que se dará entre os participantes do USM e a comunidade a ser atendida. Além desse intercâmbio, será muito gratificante se o projeto der frutos e se construir, nas comunidades, uma cultura restaurativa e práticas não-violentas de experimentar as situações.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

Não participei dessa etapa do USM.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Através das experiências vividas até agora, penso que o USM afeta positivamente a vida dos públicos atendidos por permitir uma socialização das práticas acadêmicas, além possibilitar uma visão da universidade engajada e atuante. Os projetos desenvolvidos com ênfase na criminologia crítica e crítica ao punitivismo permite um olhar esperançoso sobre a questão carcerária contemporânea, mostrando que uma outra forma de vivência é possível. A

respeito das fase em que o USM atuou nos presídios de Florianópolis, acredito que tenha prestado um atendimento positivo para os sujeitos com que se trabalhou.

Quanto a minha vida, posso dizer que o USM foi de grande importância ao mostrar que é possível atender aos objetivos de uma Universidade Necessária (como sugere Darcy Ribeiro) – isto é, uma universidade engajada e participativa, que rompe com o elitismo e realiza sua função de transformação social, colocando em prática os saberes ali construídos. Nesse sentido, o USM também deu a possibilidade de colocar a teoria da JR na prática e, assim, fomentar dúvidas, críticas e propostas de adaptação que não seriam possíveis no estudo bibliográfico.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

O que tenho para dizer do projeto já se encontra nas respostas das questões anteriores. Seu impacto para o curso de direito da UFSC é essencial e leva os estudantes a refletirem sobre o senso comum da extensão e a responsabilidade social da universidade. No contexto atual de individualismo acadêmico e desestruturação das funções públicas da universidade, tanto a nível de Santa Catarina como Brasil, o USM permanece como um exemplo de resistência e comprometimento.

- **LUCIANO GÓES:**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

As atividades do USM se iniciaram com o objetivo, traçado pela Prof.^a Vera Andrade, de dar um retorno ao financiamento público que sustenta a UFSC.

Nesse sentido, toda construção acadêmica deveria, e ainda deve, “pular” (melhor seria destruir) os muros, simbólicos ou materiais, indo ao encontro da comunidade, contribuindo de forma efetiva e eficaz com as mudanças sociais necessárias.

Seguindo as linhas trabalhadas pela Prof.^a Vera Andrade, o USM trabalharia com o Sistema Penitenciário de Florianópolis, atuando dentro da instituição realizando o que podia, uma política de redução de danos que se concretizaria com a fiscalização da legalidade das prisões e cumprimento das normas executórias penais.

Nesse formato, o USM teve seu fim em agosto do ano de 2014, quando desenvolvia suas atividades no Presídio Feminino de Florianópolis, com o término do convênio firmado entre o projeto, a UFSC e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado De Santa Catarina.

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Atuei no USM nos anos de 2013 e 2014.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Conheci o USM quando ingressei no Programa de Pós-Graduação de Direito da UFSC, em 2013, na condição de mestrando, sob a orientação da Prof.^a Vera Andrade.

4) COMO/onde VOCÊ ATUOU NO USM?

Iniciei minha atuação no USM como Coordenador Operacional, por exercer minhas atividades profissionais como advogado criminal, desenvolvendo minhas funções no interior do Presídio Feminino de Florianópolis.

Atuei também na formação dos novos integrantes, nos cursos e seminários desenvolvidos pelos alunos de graduação do Direito da UFSC, nas disciplinas de Criminologia e Sistema de Justiça Penal e Operadores do Direito.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

Atendimento pessoal e individualizado a todas as mulheres encarceradas, 83 no total (23 provisórias e 60 condenadas), comparecendo, para tal, 2 (duas) vezes por semana no Estabelecimento Prisional.

Dentro do objetivo projetado ao USM em reduzir danos, realizei todas as atividades possíveis, o que significou, na prática:

- 1 - Acompanhamento e fiscalização dos processos de execução penal das presas condenadas (com sentença condenatória com transito em julgado), tendo como norte o cumprimento da legalidade estabelecida na Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984);
- 2 – Às presas (definitivas ou provisórias) que possuíam advogados constituídos, somente havia comunicação do andamento processual. Já as que não possuíam advogados, eram praticados por mim todos os atos possíveis de acordo com o CPP e a LEP (pedido de progressão ao regime; pedido de remição, defesa em processo de apuração de falta disciplinar, acompanhamento em audiência, pedido de indulto, transferência, solicitação de trabalho, etc.);
- 3 – Impetração de habeas corpus (no juiz *a quo*, no TJSC ou STJ), pedido de relaxamento de prisão ou pedido de liberdade provisória, das presas em flagrante delito que ingressavam no estabelecimento que ainda não tinham advogados constituídos, no intuito de deixá-las o menor tempo possível no interior do estabelecimento prisional;
- 4 – Acompanhamento dos tratamentos médicos, solicitando, quando necessário, marcação de consultas diretamente com a médica, com a qual, conversava constantemente;

- 5 – Contato com as famílias das presas para repassá-las informações sobre seus familiares;
- 6 – Constante contato com os encarregados das funções jurídicas do estabelecimento.

6) EXPLICITAR APRENDIZADO, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

Os aprendizados, conhecimentos e experiências no tocante à fase executória do processo penal foram muitos e preciosos. Entretanto, nada se compara ao aprendizado obtido com o convívio, direto e contínuo, com as presas, seus processos de desconstrução da feminilidade, a brutalidade com que o sistema lhes trata, diverso e exponencializado em relação aos homens, o “normal” abandono da família (quando seus esposos, companheiros, namorados, pais de seus filhos, etc., são presos, elas, as mulheres, não os abandonam, fazem visitas, se submetem às degradantes e ignóbeis revistas íntimas, levam seus filhos, tratam de todos os problemas extra-muros. Porém, quando elas são encarceradas, a situação é muito distinta, a ignorância familiar é uma constante).

Não obstante o disciplinamento, impondo a "obrigação" de não olhar nos olhos das agentes e por conseguinte, de todos, (pois internamente isso é considerado com "enfrentamento", uma prática que dificultou demais meus atendimentos iniciais pelo objetivo humanitário, até estabelecermos uma certa confiança) estabelecendo uma posição física explícita de subordinação (cabeça sempre baixa e mãos para trás, um relacionamento predador-presa), pude acompanhar o processo inumanizante de muitas agentes, incorporando práticas violentas físicas e psíquicas com vistas a manter a "ordem" interna.

Esse processo ficou explícito com a alteração da direção do Presídio que se deu durante o desenvolvimento das minhas atividades. A nova diretora que, a princípio, se mostrou interessada no trabalho desenvolvido e bem acessível, passou a ser "modelada" por uma das agentes (a pior, segundo as presas).

Em pouco tempo, a diretora impôs diversos obstáculos e empecilhos, inclusive se colocando contrária à minha presença, alegando que o “Jurídico” do Presídio (cujo

responsável não tinha formação jurídica e nem subia para falar com as presas, se comunicando por documentos), estava “redondinho”, não necessitando de nenhum apoio.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

Pelo estreitamento da relação academia-sociedade em geral, especificamente, a população mais vulnerável e sem acesso a seus direitos e garantias fundamentais, o que significa na prática uma sub-cidadania, o USM possui um valor e importância ímpar, principalmente pelo seu viés humanizador que desconstrói, ou inicia a desconstrução, dos acadêmicos, futuros operadores do Direito, apontando suas críticas que, de algum modo, promove mudanças internas, mesmo sem o acadêmico perceber, resultando em uma consciência coletiva integralista.

A Universidade deve um retorno à sociedade e um retorno de qualidade e efetivo com vistas à uma cidadania plena.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

Não existe extensão no CCJ e não é interessante para a grande maioria dos docentes que concentram seus objetivos em publicações, hipnotizados, sem resistência, pelo aspecto quantitativo imposto.

Outrossim, o desenvolvimento individual é colocado muito acima das obrigações que a Universidade deveria ter com a sociedade. O USM se coloca contrário a esse modelo e demonstra o que é extensão, servindo como exemplo. Na visão daqueles profissionais preocupados unicamente com suas carreiras, o USM é um exemplo negativo, o que não fazer!

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

As maiores dificuldades foram encontradas e colocadas, de modo crescente, pelo próprio estabelecimento prisional.

Entretanto, importante salientar a temporalidade dos demorados e o fato de muitos, por diversas razões, não cumpriram com suas tarefas, ou, somente realizavam quando a Professora Vera supervisionava ou intervinha, ocasionando um acúmulo nas funções dos outros membros.

Nas minhas atividades, especificamente, para não ocasionar qualquer dano às presas, ou atuar de modo seletivo, procurei atender todas de modo mais amplo possível, por isso me obriguei a ir duas vezes na semana, para conseguir conversar e atender todas.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

O resultado mais positivo, sem dúvida alguma, foi a minha expulsão do interior do Presídio Feminino, demonstrando o quanto incomodava minha presença e a desordem, imaginável e concreta, que ela provocava.

A disciplina interna estava em risco e o sucesso em relação à garantia da liberdade e de alguns direitos ia de encontro aos objetivos e funções da instituição. Essa expulsão só se deu por conta de uma triste coincidência: o convênio do USM com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Estado De Santa Catarina tinha terminado em agosto de 2014 e a agente "chefe" não deixaria a ausência de autorização passar em branco.

O convite a me retirar foi feito, nestes termos, durante meus atendimentos, na frente das presas que já faziam fila no pátio para conversarmos durante o banho de sol e suas feições de preocupação, tristeza e medo perante a imprevisibilidade do futuro, foram notórias, contrapondo com o ar de realização e alívio da agente.

Contrariando a seletividade racial que orienta nosso sistema de controle racial-social, acho que fui o único negro a ser expulso de um estabelecimento carcerário!

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS

AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

No começo eu era visto com muita desconfiança, pelas presas e pelas agentes. Com as agentes, que não me conheciam, fui inicialmente bem tratado, cheguei a usar o alojamento delas para deixar meus pertences e material.

Na medida em que meu comprometimento anti - cárcere ficou evidente, as relações mudaram substancialmente. Grande foi a proximidade com as presas e, proporcionalmente, o afastamento com as agentes, que chegaram a me acusar, inclusive, de fazer o "corre" das presas no exterior do presídio, de levar recadinhos e de entrar nas celas, mesmo realizando os atendimentos através das grades.

Quando as presas me viam, me chamavam pelo nome, algumas perguntado se eu tinha alguma resposta, outras apenas para dizer oi. Elas sabiam dos dias e horários que eu estaria lá, vinham para as grades me chamar ou acenar, etc.

Tratava todas por seus nomes e com a conquista da confiança delas, elas me contavam suas histórias, seus processos, famílias, etc. De um certo modo, eu garantia a segurança delas, em que pese ter provocado algumas retaliações, materializadas pela retirada do direito a banho de sol, pelo simples fato de escutar o "desabafo" em relação as agressões sofridas, promovidas pelas agentes, ou ausência de atendimento médico.

A instituição controladora quando controlada, de qualquer modo, desconta sua raiva nas presas. Só depois desse acontecimento me atentei para isso e passei a tomar todo o cuidado possível.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Na minha avaliação, o USM cumpriu seus objetivos, apesar de achar que poderíamos ter feito muito mais.

A influência que a experiência que o projeto me proporcionou é clara e profunda. A convivência com as mulheres encarceradas me mostrou qual a dimensão da violência da prisão sobre elas e os efeitos do cárcere, especialmente no abandono afetivo e familiar.

Quanto a elas, eu representava uma esperança, a liberdade conquistada para uma era comemorada por todas, elas acreditavam e confiavam em mim. A expulsão teve um efeito drástico nessa relação, em mim de tristeza por nem ao menos poder explicar o que estava acontecendo e dar uma posição sobre se voltaria ou não, e nelas de abandono novamente e de desesperança.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

O USM foi um marco em minha vida, um divisor de águas cuja transformação se operou de modo amplo, profissional, acadêmica e pessoal. Mesmo já tendo experimentado a sensação de sucesso profissional e certeza de ter escolhido o caminho certo com a liberdade de alguns clientes, nenhuma se compara a felicidade em tirar uma mulher do Presídio, ou de ver a alegria nos olhos das presas pelo simples fato de me verem chegar!

Sinto muito orgulho e honra em me identificar e ser identificado como um desmurado.

- **VANESSA MACIEL LEMA:**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

As atividades do Projeto realizado no Presídio Feminino de Florianópolis, projeto este idealizado pela professora Vera Regina iniciou com a confecção do termo de cooperação entre Secretaria de Estado Justiça e Cidadania- SJC e Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC.

Durante um período, foi feito atendimento na Unidade, quando com a mudança de gestão da Unidade, houve um desentendimento com o Projeto e a gestora naquela época impediu a continuidade dos atendimentos, alegando a desnecessidade do mesmo.

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Durante o ano de 2013 e 2014.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Fui aluna ouvinte no curso de mestrado da professora Vera, no ano seguinte entrei no mestrado como aluna e a partir disso passei a fazer parte do grupo Universidade Sem Muros.

4) COMO/ONDE VOCÊ ATUOU NO USM?

No Presídio Feminino de Florianópolis, analisando o andamento processual e esclarecimentos de ordem funcional acerca do processo, prazos, peças cabíveis, recursos, condenações, prazos para progressões, remições por estudo dentre outros. Após esta análise, verificação dos autos especificamente, visando à possibilidade de benefícios imediatos e cálculos de prazos. Consultoria e análise dos pedidos verificados em prazo e condições de serem protocolizados.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES:

Durante o período compreendido entre maio a agosto de 2013, todas as “reeducandas” (sem advogado constituído) recolhidas no Presídio Feminino de Florianópolis, tiveram a possibilidade de conversar (questionamento processual) com os mestrados membros do projeto.

Inicialmente foi realizado um mapeamento da Unidade Prisional, com levantamento de dados, regimes de cumprimento de pena e prisões cautelares para, após constatação da realidade e das referidas análises, definir como início dos atendimentos as prisões cautelares.

Em média foram 50 atendimentos semanais sendo que, após o primeiro atendimento na semana subsequente se procedeu a dar retorno aos questionamentos previamente colocados pelas reclusas. A partir do mês de junho as mulheres condenadas em regime fechado e semiaberto também passaram a receber atendimento jurídico.

Na realidade do Presídio Feminino de Florianópolis a população carcerária oscila em torno de 130 mulheres. Com uma média de 50% presas provisórias e a outra metade presas condenadas (fechado e semiaberto).

Das ações abaixo relacionadas o grupo optou primeiramente por analisar o andamento processual devido ao fato de muitas mulheres solicitarem apenas esclarecimentos de ordem funcional acerca do processo, prazos, peças cabíveis, recursos, condenações, prazos para progressões, remições por estudo dentre outros. Após esta análise, foi realizada verificação dos autos especificamente, visando à possibilidade de benefícios imediatos e cálculos de prazos. A partir disso, continuou-se com a consultoria e os pedidos verificados em prazo e condições de serem protocolizados, conforme a tabela abaixo:

AÇÕES DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE
Consulta sobre Andamento Processual	55
Análise de autos para possíveis benefícios	37
Análise de autos para possíveis benefícios	37
Consultoria	32
Pedido de Liberdade Provisória	03
Habeas Corpus	01
Pedido de Progressão de Regime	02
Pedido de Transferência	01
Pedido de marcação de exames	05
Contatos com familiares	25
Requerimentos diversos	15

Encerramos, informando que os atendimentos foram realizados por dois mestrandos, orientandos da professora Dra. Vera Regina Pereira de Andrade, visto que os demais colaboradores ainda se encontravam em fase de formação no Mini-curso de Criminologia e Prisão ministrado na Universidade Federal de Santa Catarina, requisito obrigatório para todos que efetivamente participarão das atividades no Presídio Feminino de Florianópolis.

6) EXPLICITAR APRENDIZADO, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

Apesar da minha familiaridade anterior com a unidade prisional, visto que já havia trabalhado naquele local por 08 anos, como servidora na execução penal, a experiência foi única, e como recém havia sido instituído as condições para liberdade provisória, foi um ganho ímpar para minha formação no peticionamento de processos referente ao preso provisório.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

É de grande importância o desenvolvimento de projetos que envolvam a Universidade e a sociedade, visto que o acesso à justiça encontra-se prejudicado em relação a sociedade excluída e criminalizada. O papel da comunidade acadêmica, através de projetos de inclusão e conhecimento de direitos, proporcionando acessibilidade através das ferramentas necessárias para garantia e efetividade de direitos, são sem dúvida, significativamente importante como forma de minimizar a diferença e proporcionar a igualdade de direitos para todos e todas.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

Existe uma grande dificuldade no curso de Direito, na compreensão e importância da pesquisa e extensão. Principalmente na extensão, na qual muitos alunos não tem interesse algum, privilegiando somente a produção de artigos, sem entender a riqueza do conhecimento na prática, auxiliado pela teoria.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

A maior dificuldade, sem dúvidas ultrapassar o senso comum, impregnado na visão e atuação dos operadores de segurança pública, que ainda não conseguem entender o significado dos Direitos Humanos, como direitos de todas as pessoas sem qualquer distinção.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Através do atendimento direto com a população carcerária, o fato de poder minimizar a dor daquelas mulheres, com o contato olhos nos olhos, pode ser considerado o ponto mais importante e positivo conquistado, e evidentemente, a possibilidade de conseguir a liberdade de várias mulheres presas naquela unidade.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

A relação com as mulheres presas sempre foi muito boa, a receptividade daquelas mulheres, foi algo que sempre me chamou muito a atenção, pelo fato de elas manifestarem contentamento somente pela presença minha e do meu colega Luciano.

De outra banda, a postura das agentes penitenciário, na maioria das vezes foi ríspida e desagradável. Poucas agentes compreendiam a importância de um projeto deste porte. De um modo geral há necessidade de uma mudança na visão da sociedade como um todo, para com o outro.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Para mim, considero ter sido fundamental, a importância em fazer parte deste Projeto, possibilitando uma experiência diferente daquela já vivenciada por mim antes. Para o público que foi atingido pelo Projeto, foi muito importante, na qual pude constatar em momento posterior, pela fala direta daquelas mulheres, que questionavam o porquê do termino do Projeto, visto que havia necessidade de continuidade do mesmo, como apontado por elas.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

Lamento, assim como todos que estiveram envolvidos, o encerramento repentino, por parte da gerencia da unidade, do Projeto no PFF.

Espero que em algum momento, as portas do cárcere fiquem abertas à sociedade, à universidade e a todos, permitindo dar visibilidade e voz aos excluídos e marginalizados.

- **MARINA LEITE DE ALMEIDA:**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

Relativamente ao período em que participei mais efetivamente, as atividades começaram com a aproximação entre o CJR da Vara da Infância e Juventude da Capital e o USM, na pessoa da Professora Vera; e ainda não se encerraram

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Minha atuação no projeto começou no segundo semestre de 2012 e permanece até hoje.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Conheci o USM através da Professora Vera, durante a cadeira de Criminologia oferecida na graduação e minha participação começou timidamente em alguns encontros do grupo de pesquisa "Universidade e extensão", tendo se dado de forma mais efetiva a partir do ano seguinte quando passei a me envolver com o projeto na qualidade de bolsista de IC.

4) COMO/ONDE VOCÊ ATUOU NO USM?

Atuei, mais diretamente, na fase relacionada ao projeto de Justiça Restaurativa, tendo integrado o primeiro grupo que se dedicou à capacitação. Após, atuei nas atividades realizadas no Tribunal de Justiça de Santa Catarina junto à Vara da Infância e Juventude e na organização do seminário "Justiça Restaurativa em Debate".

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

As atividades de que participei incluíram: organização da palestra "O conceito de cidadania na colonialidade periférica"; participação no curso "Justiça Restaurativa", na academia judicial; organização do minicurso "Justiça Restaurativa"; acompanhamento das mediações do Centro de Justiça Restaurativa da Vara da Infância e Juventude da Capital; participação em um ciclo de debates entre o CJR e o USM; participação no curso de formação-ação em Justiça Restaurativa que buscou capacitar os mediadores para a facilitação de oficinas no Seminário Justiça Restaurativa; participação como facilitadora de uma oficina em círculos restaurativos, representando o Universidade sem Muros; além de uma série de atividades burocráticas relacionadas à gerência do projeto, no período

6) EXPLICITAR APRENDIZADO, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

O maior aprendizado que tive no projeto, de maneira formal, disse respeito à Justiça Restaurativa, seu(s) conceito(s), valores e práticas. Por outro lado, entendo que o projeto foi essencial para que eu pudesse desenvolver uma visão crítica e ética da realidade.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO E QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

O projeto tem uma importância crucial para o ensino, a pesquisa e a extensão vez que ele permite a consolidação de um aprendizado emancipatório que rompe com os limites tradicionais do modelo educacional, proporcionando que o acadêmico possa

construir um tipo de conhecimento que combina planos de significado, afetividades e vivências.

No que se refere ao curso de Direito, propriamente dito, essa importância ganha ainda mais relevo, vez que este se destaca por ser um espaço de alto conservadorismo, tradicionalmente vinculado às elites e seu modelo de vida, o qual procura e produz incessantemente assepsia e mediocridade em seu campo de saber e em suas relações. Não obstante, a dogmática jurídica enfrenta uma profunda crise de identidade e legitimidade para cujo enfrentamento as universidades de Direito, em sua maioria, propõe o mesmíssimo modelo de ensino autocentrado, individualista e cartesiano, ao passo que incentivam um modelo de pesquisa produtivista e reducionista.

No que se refere à importância do projeto para a comunidade e a sociedade, é de se destacar que seu programa político-pedagógico enfatiza uma visão de extensão que supera o assistencialismo e o laboratorialismo, de forma a permitir aos acadêmicos reconhecerem-se enquanto parte da comunidade-sociedade em que desejam "atuar", incentivando a tomada de consciência, por parte desses alunos, de sua própria responsabilidade política enquanto cidadãos e enquanto atores do Direito.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

Uma das maiores dificuldades enfrentadas ao longo do projeto deu-se na questão de manutenção do voluntariado e no engajamento deste nas atividades propostas.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Dentre os frutos do trabalho do USM, no período em que dele participei, um dos mais positivos, sem dúvida, foi a concretização do Seminário Justiça Restaurativa em debate, uma vez que ele coroou um modelo de evento que contempla um compromisso militante e cívico em desmurar as instituições e produzir relações de

emancipação. Nesse sentido, produzir o deslocamento do operador do Direito para uma escola na comunidade do Mont Serrat permitiu um diálogo verdadeiramente plural e interdisciplinar, riquíssimo. Além disso, as oficinas em círculos restaurativos tiveram resultados excepcionais.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

Não se aplica

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Avalio o projeto como sendo um espaço de militância e resiliência, onde pessoas engajadas se encontram para realizar sonhos acalentados por todo o amor desorientador de Vera. Entendo que o projeto realmente procura tornar concreto o projeto de extensão e de Universidade que o orienta e o faz sempre buscando a solução ética e humana. A influência que ele teve na minha vida-formação-graduação foi central e determinante, assim como pude observar a influência altamente positiva que lançou sobre pessoas que a ele somaram durante esses anos. Em geral, o projeto as atinge como um sopro de vida e um lembrete de que são as utopias que nos fazem caminhar.

- **GIOVANI DE PAULA:**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

De iniciativa da Professora Vera Regina Pereira de Andrade e dos bolsistas do Programa de Ensino Tutorial do Curso de Direito, e também com apoio e participação de seus orientandos na Graduação e Pós-Graduação, passando também a engajar acadêmicos de outras áreas da Universidade Federal de Santa Catarina, o Projeto de Extensão “Universidade sem Muros” surge tendo como base uma perspectiva interacionista e de natureza interdisciplinar, e como objetivo central “(...)a humanização do processo de prisonização (...) buscando tornar menos dolorosas e menos danosas as condições presentes do cárcere e a vida futura do condenado, favorecendo a sua recepção na sociedade”. (Projeto USM, 2006).

Inicaram com um projeto piloto no Complexo Penitenciário de Florianópolis, no Bairro Agrônoma no ano de 2006 e continuam a até o momento com um grupo de acadêmicos, pesquisadores, profissionais do direito de outras áreas, policiais e membros da comunidade que mantêm entre si uma constante interação, principalmente tendo como canal principal de comunicação um grupo criado na internet (usm-membros@googlegroups.com) tratando a respeito da questão criminal. A atividade mais recente do USM foi a participação na organização do Curso de Formação-Ação em Justiça Restaurativa e o Seminário Internacional de Justiça Restaurativa realizado entre os dias 11 a 13 de novembro de 2015: “Seminário Internacional sobre Justiça Restaurativa em Debate: fundamentos e experiências”.

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Desde seu início tive participação, muito embora em alguns momentos de ausência, mas sempre mantendo interlocução com o grupo de estudos. Estou presente até a presente data.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Pela Professora Orientadora Vera Regina Pereira de Andrade que lançou a ideia e abriu espaço para participantes.

4) COMO/onde VOCÊ ATUOU NO USM?

No início do projeto como orientando do Mestrado da Professora Vera e como convidado por parte da segurança pública do Estado de Santa Catarina.

Atuei na Penitenciária de Florianópolis fazendo uma interlocução com o Diretor da Penitenciária à época, o Sr. Heliomar Weirich, que nos abriu as “portas da prisão”. A professora Coordenadora, Vera Regina Pereira de Andrade nos acompanhou em algumas ocasiões.

Várias visitas foram feitas com alunos da graduação e pós, bem como com pesquisadores do USM. Integrantes do USM auxiliaram por alguns meses, nessa ocasião, na avaliação de alguns processos na Penitenciária visando apontar questões que estivessem ou pudessem vir a comprometer e suprimir direitos dos apenados.

Também fizemos algumas visitas e reuniões com familiares de presos, com o apoio e participação do Padre Vilson Groh, que é Presidente do Instituto Pe. Vilson Groh, que se mudou para a periferia há mais de 30 anos. O referido instituto tem uma rede composta pelo Centro Cultural Escrava Anastácia, o CEDEP (Centro de Educação e Evangelização Popular), a ACAM (Associação dos Amigos da Casa de Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó), o Centro Social Elisabeth Sarcam, além das unidades do Centro Social Marista Irmão Celso Conte, Monte Serrat e São José. O objetivo das visitas era no

sentido de compreender os efeitos da criminalização e da prisonização também sobre os familiares dos presos e buscar encaminhamentos no sentido de minimizá-los.

Houve também interlocução com a estrutura de segurança pública do Estado, buscando-se apontar aos seus integrantes, notadamente gestores (ou futuros gestores no caso do Curso de Formação de Oficiais) a importância de alternativas ao paradigma punitivo.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

Participação de reuniões.

Participação de eventos.

Participação de Cursos.

Visitas a instituições do sistema de justiça criminal, destacadamente à instituições penais.

6) EXPLICITAR APRENDIZADO , CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

- Ampliação da importância da dimensão ética para os profissionais que atuam no sistema de justiça criminal, em especial da segurança pública, com perspectivas que deem primazia à cidadania e aos direitos humanos num estado democrático de direito.

- Ampliação da análise sobre os novos paradigmas em Criminologia na perspectiva crítica e sua utilidade para as políticas criminais com base na experiência empírica adquirida.

- Identificação da dimensão dos processos de exclusão e criminalização e a realidade do sistema penitenciário brasileiro e do Estado de Santa Catarina.

- Com base nos saberes criminológicos identifiquei novas possibilidades de atuação das polícias, como por exemplo a (re)construção de um modelo de gestão integrada e comunitária do Sistema de Segurança Pública.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

Contribui com o aprimoramento da aplicação do Direito e de busca da justiça em sintonia com a dinâmica das relações sociais ampliando o potencial do Estado e da sociedade promoverem a pacificação social, ainda que enquanto ideário utópico.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

Alinha-se com a tendência internacional da participação universitária na discussão do tema voltado às questões de natureza criminal com a participação da comunidade na construção proativa de alternativas à resolução de conflitos, que não pela via eminentemente criminal.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

Pouca permeabilidade por parte de setores conservadores da sociedade: Polícia, Ministério Público e Judiciário.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Possibilidade de interlocução e de canais de diálogo com as instituições do sistema de justiça criminal, Universidade e comunidade.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

Houve inicialmente um processo de aproximação. Após isso, estabelecidos vínculos de confiança e empatia, passava-se a compreender um pouco melhor a realidade dos apenados e de suas famílias.

Se construíam vínculos de interação e respeito. Passávamos a ser vistos como que “uma luz no fim do túnel” pelos apenados.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Na minha atividade acadêmica me ampliou a consistência no discurso teórico com base na criminologia crítica.

Com base nas experiências meu discurso ganhou mais “crédito” diante das evidências que me permitia correlacionar com mais convicção a teoria x prática.

Meu público alvo tem sido permeável à uma nova perspectiva teórica que passa a entender que é preciso a mudança de concepção a respeito da questão criminal, que as políticas públicas precisam superar em muito as políticas criminais preenchendo o chamado “déficit de cidadania”, tão explorado pela Prof. Vera Regina.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

Me tornou “diferente”. Ampliou minha leitura sobre violência, sociedade e sistema de justiça. Me estimulou a acreditar que é possível sim acreditar, nos termos da CFRB de 1988, na construção de uma “sociedade mais livre, justa e solidária”.

Minha gratidão pelo que o USM fez em minha trajetória profissional e acadêmica.

- **SIMONE MARTINS**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

Iniciei participando das reuniões gerais do USM e passei a articular o Núcleo da família, que inicialmente contava apenas comigo, uma mestranda do curso de Direito da UFSC e uma advogada vinculado ao Centro Cultural Escrava Anastácia. A partir de divulgação no curso de Psicologia da UFSC consegui reunir cerca de 15 estudantes de graduação interessados em participar do USM. Com as dificuldades encontradas para as intervenções práticas deste grupo de estudantes, ele se dissipou após cerca de 8 meses. Permaneci no USM a fim de estruturar as intervenções e voltar a reunir o grupo de estudantes. Devido ao término do meu mestrado e do mestrado da outra participante, as atividades do Núcleo da Família foram suspensas em virtude dos horários de trabalho, que não eram flexíveis o bastante para permitirem a carga horária de reuniões necessárias para a articulação e implantação deste Núcleo. Consegui manter minha participação no grupo de estudos do USM por um tempo, enquanto as reuniões ocorriam no período noturno. Posteriormente, participei de reuniões gerais esporádicas, quando foi possível conciliar com meu horário de trabalho.

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Não lembro o período exato, mas provavelmente entre 2005 e 2008, durante meu mestrado em Psicologia na UFSC. Posteriormente participei de reuniões gerais esporádicas quando as mesmas ocorreram no período noturno.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Cursei, como aluna ouvinte, a disciplina de Criminologia ministrada pela Prof. Vera Regina no curso de graduação de Direito da UFSC. Neste mesmo semestre estava sendo estruturado o USM, tendo então divulgação da prof. Vera. Se não me engano, foi no início do semestre seguinte que ingressei nas reuniões – assim que foram abertas para novos integrantes.

4) COMO/ONDE VOCÊ ATUOU NO USM?

Atuei tanto na UFSC, junto ao curso de Psicologia quanto em reuniões de capacitação do USM e articulação do Núcleo da Família, e em reuniões com familiares de sujeitos aprisionados na UFSC e no Maciço do Morro da Cruz.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

* Junto ao curso de Psicologia da UFSC:

- divulguei e reuni interessados em participar do USM
- organizei e ministrei um curso com duração de um semestre sobre criminologia e psicologia jurídica a fim de capacitar o citado grupo de estudantes para a atuação

* Reuniões de capacitação do USM:

- participei do grupo de estudos

* Articulação do Núcleo da Família:

- participei de reuniões com fins de estruturação e capacitação do Núcleo
- participei de reuniões com os representantes do Centro Cultural Escrava Anastácia a fim

de implantar o projeto de intervenção com grupos de familiares

* Reuniões com familiares:

- participei de uma reunião na UFSC com duas ou três mães de sujeitos aprisionados, numa conversa informal com os representantes de todos os Núcleos a fim de conhecer o público-alvo e suas demandas - participei de duas reuniões com familiares no Maciço do Morro da Cruz, reuniões estas divulgadas pelo Centro Cultural e que contaram com a participação de membros de todos os Núcleos do USM e de 3 ou 4 familiares em cada encontro. Estas reuniões tiveram como objetivo apresentar o USM e conhecer a demanda destes grupos

6) EXPLICITAR APRENDIZADO , CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

Quando cursei Psicologia na UFSC não havia disciplina ou professor capacitado no departamento para ministrar aula de psicologia jurídica e, principalmente, a relação entre a psicologia, criminologia e direito penal. Os únicos professores nesta intersecção atuavam junto a questões periciais e de testagem psicológica. Foi participando de aulas do curso de direito e com leituras extracurriculares que pude iniciar meus estudos na área. A disciplina de criminologia ministrada pela Prof. Vera Regina e o USM permitiram que me capacitasse e capacitasse estudantes de Psicologia até então formados para a individualização do sujeito autor de crimes e para a atuação junto a uma psicologia positivista.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

Tanto para o curso de Direito, quanto para o curso de Psicologia e de Serviço social, o USM foi e permanece sendo essencial para a formação de profissionais críticos e mobilizados para a mudança de formações e atuações. Tenho conhecimento atualmente de profissionais da Psicologia que participaram até pouco tempo dos grupos de estudos e que, desta forma, permanecem disseminando o USM e suas bases teóricas, ideológicas e práticas em seus

ambientes de trabalho. Tenho conhecimento, também, de pelo menos uma participante do curso que ministrei na Psicologia que hoje é psicóloga do Sistema Prisional Catarinense e rompeu, com muito esforço e determinação, com a sistemática do exame criminológico – embora ainda continue sendo realizado por outra psicóloga, ao menos a profissional que teve contato com o USM atua em projeto de atendimento diferenciado da atuação comum aos psicólogos neste contexto, inclusive por procedimentos como a não utilização de algemas durante o atendimento.

A comunidade e a sociedade como um todo se beneficiam não apenas com a prática da revisão de execução penal, que pelo menos no início do USM era realizado, mas principalmente com a conscientização da população sobre a importância de um olhar e práticas pautados pela criminologia crítica e por uma psicologia jurídica não positivista.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

Acredito ter respondido esta questão no item anterior, visto que para mim a formação, a atuação profissional e os benefícios para a sociedade são indissociáveis. O ensino, a pesquisa e a extensão só fazem sentido quando afetam a sociedade, seja de no micro ou macro. Toda mudança, por menor que pareça, faz a diferença para os estudantes que recebem a semente da crítica ou para a comunidade que se sente ouvida de maneira diferenciada e que sabe que pode contar com o apoio da Universidade.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

A maior dificuldade foi na implantação da prática do Núcleo da Família, que deveria compreender a atuação junto a grupos de familiares. Foram identificadas duas vertentes de atuação na época: atuação junto a familiares reunidos a partir do contato com a penitenciária e reunidos a partir da parceria com o Centro Cultural Escrava Anastácia. Naquele momento, foi optado pela parceria – que rendeu vários frutos para o USM, mas que em termos de atuação junto a grupos de familiares não progrediu como esperávamos. Houve pouca participação de

familiares naquele momento e resistência da comunidade conforme informado posteriormente pelos representantes do Centro Cultural.

Os encontros ocorridos no Maciço do Morro da Cruz tiveram participação de muitos membros do USM – numa proporção de aproximadamente 4 membros da USM para cada familiar presente. Lembro também da presença de uma criança em idade que possibilitava a compreensão da situação e das conversas tidas naquela reunião. Este panorama impossibilitou intervenções psicológicas e ficou acertado no USM que estas haviam sido reuniões de apresentação e que as próximas contariam apenas com o Núcleo da Família a fim de possibilitar um ambiente propício ao estabelecimento de vínculo e intervenções. Infelizmente, não houveram mais reuniões com familiares a partir daí devido as dificuldades enfrentadas para inserir naquela comunidade, naquele momento, as atividades previstas. Com isto, houve o esvaziamento do Núcleo da Família já relatado no item 1 desta entrevista e posteriormente afastamento dos organizadores do mesmo, conforme citado.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Dentro do Núcleo da Família do USM , considero que os resultados mais positivos foram relacionados à capacitação de estudantes que passaram a ter um novo olhar e hoje em dia são profissionais com práticas diferenciadas.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

Por participar do Núcleo da Família, não houve atuação dentro da penitenciária no período em que participei do projeto.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Infelizmente quanto ao público alvo, devido às dificuldades de atuação, não consigo fazer uma avaliação. Quanto à influência na minha vida, me encontro entre os já citados profissionais com práticas diferenciadas. Atuei durante o período de um ano na Central de Penas Alternativas de São José, onde pude atuar com apenados encaminhados para cumprimento de prestação de serviço comunitário. E ainda me mantenho, sempre que possível, atuando junto à capacitação e formação – principalmente na parceria com o professor Adriano Beiras que ministra a aula de psicologia jurídica no curso de Psicologia da UFSC.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

Além da importância do projeto aqui citado, talvez a consideração que me reste ser feita aqui é à falta que sinto de participar deste projeto. Após me afastar do USM, atuei na Central de Penas Alternativas, conforme já citado, e me vinculei ao Instituto Com Viver (OSCIP com projetos voltados à capacitação e inserção no mercado de trabalho de egressos, bem como atuação com familiares e adolescentes em conflito com a lei).

Atualmente as atividades do Instituto Com Viver encontram-se suspensas. Existe uma dificuldade em SC para os profissionais da Psicologia que buscam atuar nessa vertente considerada mais social da Psicologia Jurídica. Estamos em um Estado cujas intervenções psicológicas são focadas na individualização do sujeito e da criminalidade, restando aos profissionais que almejam atuações diferentes ingressar no Sistema por meio de concursos públicos (correndo o risco de ficarem limitados a avaliações psicológicas) ou o trabalho voluntário (com maior liberdade de atuação, mas com pouco ou nenhum incentivo financeiro).

Mas os aprendizados do USM são uma semente que nunca definha dentro de um ex-desmurado. Estão sempre permeando nossas ações, nossos discursos, nossos pensamentos. É uma semente cuja planta pode ter deixado de crescer mas que aguarda apenas uma água fresca para voltar a florescer. E assim permaneço na expectativa de que as pequenas gotas de água, que posso oferecer a minha planta no momento, possam aumentar em sua intensidade para que, assim, eu volte a contribuir com projetos como este – pois eles são essenciais numa sociedade tão árida como a nossa.

- **MARCEL SOARES DE SOUZA**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

As atividades do Projeto Universidade Sem Muros se iniciaram no ano de 2006, a partir de iniciativa conjunta da Professora Vera Regina Pereira de Andrade e de acadêmicos e acadêmicas de graduação vinculados ao Programa de Educação Tutorial em Direito da UFSC, com o objetivo de desenvolver atividades extensionistas pautadas pelos referenciais da criminologia crítica a partir de três eixos: família, comunidade e legalidade. Como já estava de certa forma afastado do Projeto a partir de 2013, não acompanhei o término das atividades.

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Minha atuação no Projeto se deu entre os anos de 2007 e 2013.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

A chegada até o USM corresponde ao meu ingresso no PET-Direito-UFSC, espaço em que desenvolvi o interesse pela pesquisa em Criminologia Crítica e tomei contato com a obra da Professora Vera Andrade, além da interação com petianos, principalmente Eduardo Granzotto Mello.

4) COMO/onde VOCÊ ATUOU NO USM?

Atuei no Projeto principalmente nos espaços de formação, na organização de atividades como Cursos e Seminários voltados à Academia e à comunidade em geral, e na articulação entre os cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFSC.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

Entre os anos de 2008 e 2011, concebemos junto com a Professora Vera Andrade espaços de

formação abertos à comunidade acadêmica e em geral, nos quais se discutiam textos e demais materiais como relatórios, documentários e filmes, analisando temáticas relacionadas à Criminologia Crítica.

Participaram dos grupos acadêmicos de graduação e pós-graduação em direito, psicologia e serviço social, operadores do sistema de justiça, como agentes penitenciários, assessores jurídicos, advogados, Promotores de Justiça, além de professores universitários, jornalistas e militantes de movimentos sociais.

Na organização das atividades, contei com apoios fundamentais de membros do Projeto, como Eduardo Granzotto Mello, Daniela Félix Teixeira e Felipe Heringer Roxo da Mota.

Além desses espaços de formação, organizamos Seminários e Conferências sobre a Questão Criminal, colaboramos com a etapa estadual da Conferência Nacional de Segurança Pública com Cidadania, com a realização do Seminário sobre Justiça Restaurativa, além de oferecer oficinas durante as Semanas de Pesquisa, Ensino e Extensão da UFSC (SEPEX).

6) EXPLICITAR APRENDIZADO, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

A participação gerou aprendizado e experiência imensuráveis. Não somente pelo conhecimento teórico adquirido no campo da Criminologia Crítica, mas também pelo contato interpessoal propiciado pelo Projeto, que permitiu conhecer muita gente valorosa, engajada em lutas de resistência contra a multiplicação da violência gerada pelos sistemas penais.

A participação nos grupos de formação é fundamental para desenvolver a capacidade de escuta e as visitas à Penitenciária, associadas à interação com todos que – dos dois lados do muro – vivem a realidade concreta dos sistemas penais, remetem a um conhecimento que vai muito além dos livros e ambientes universitários.

Avalio, hoje, que o Projeto teve um peso fundamental em minha escolha pela carreira acadêmica e pela atuação na docência.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

(c/ resposta seguinte – item 8)

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

Acredito que o maior mérito da concepção do Projeto foi o enfrentamento de dois grandes problemas enfrentados pelos cursos de Direito e pela Universidade brasileira em geral.

Do ponto de vista dos cursos de Direito, tradicionalmente voltado à formação de operadores de uma máquina que incide e afeta com crueldade a vida de um sem número de pessoas, o USM buscou romper com o distanciamento e a assepsia que caracterizam as faculdades, preocupadas com a reprodução de um ensino hermético, alheio à realidade de violência, opressão e exploração de seu entorno.

Isso leva a uma segunda dimensão importante da iniciativa: realizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – tarefa da qual a Universidade atual está, infelizmente, muito distante. Daí que o USM passou a importante mensagem de que a Universidade só pode ser compreendida à luz da função que ocupa na reprodução social e, a partir daí, tenta inverter o jogo em sua relação com o povo, responsável direto e indireto pelo seu custeio e personagem pouco frequente em seu contexto.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

Ao longo do período em que pude participar do projeto, os seus integrantes fomos nos deparando com várias ordens de dificuldades.

Materialmente, a Universidade dispõe de uma estrutura que fica muito aquém do que um Projeto da dimensão do USM exigiria – e isso não se deve a uma mera escassez de recursos, mas também a certa “gestão” das prioridades institucionais.

A alta rotatividade entre os integrantes, a falta de tempo, e o grande desafio da atuação prática, da articulação com a comunidade, da integração entre os diferentes eixos do Projeto também foram pontos bastante sensíveis.

E, claro, a resistência e o caráter refratário de pessoas e instituições diante do discurso articulado pelo USM, o qual se distancia das concepções mais marteladas pela grande mídia e por propagadores da ideologia punitivista quanto à questões como criminalidade, penas, presídios, violência e direitos humanos.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Sem dúvida alguma, a rede criada entre os que passaram pelo Projeto, e hoje estão pelo Brasil e pelo mundo difundindo a experiência que nele obtiveram.

Foi um projeto, como disse, muito ambicioso e justamente por conta disso enfrentou dificuldades e intermitências. Mas teve o notável resultado de pôr na ordem do dia da Universidade, de forma irreversível, a questão da violência gestada no e pelo sistema penal. Trata-se de uma problemática que não surgiu hoje no Brasil, do legado colonial e escravista, e cujo combate ainda envolverá muito tempo e muita luta. Mas o primeiro passo é dado a partir do momento em que essa questão é reconhecida como tal pelas Academias, pelos movimentos, pelo povo – acredito que trazer essa problemática à centralidade foi uma tarefa cumprida pelo Projeto.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

Essa questão, dentre todas, talvez merecesse um tópico à parte.

Durante o período em que participei do USM, não cheguei a atuar dentro das prisões, mas pude acompanhar algumas das visitas feitas à Penitenciária da Agrônômica, em Florianópolis.

A linguagem escrita é insuficiente para caracterizar o tipo de sensação que o ambiente de uma prisão evoca.

Os olhares variavam entre a desconfiança, o estranhamento, a indiferença. Mas o tipo de reação que presos e agentes manifestam apenas confirma a grande eficácia do sistema em atingir o seu objetivo: o muro entre nós e eles, o dentro e o fora, eu e o outro.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

(v. Resposta do item 6)

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

Acredito que as considerações que tinha já estão contidas nas respostas anteriores. Mas gostaria de usar este espaço para fazer um registro e prestar uma homenagem póstuma ao Arnaldo Xavier, companheiro de várias das atividades que desenvolvemos no Projeto Universidade Sem Muros.

Arnaldo se graduou em Serviço Social pela UFSC, onde concluiu Mestrado, cursava Doutorado, tendo sido também Professor Substituto do Departamento de Serviço Social. Figura humana competente, sensível, compromissada e muito querida por todos com quem conviveu, teve sua vida precocemente encerrada por um acidente de carro no final de 2015.

Arnaldo teve uma atuação muito destacada em quase todo o período de atividade do USM e não poderia concluir esta entrevista sem fazer esse registro justo e necessário.

- **MARCELO MAYORA**

1) COMO COMEÇARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?

Não sei exatamente quando as atividades do USM, creio que em meados dos anos 2000. Terminaram no final do ano passado, no contexto do processo de balanço e de conclusão da gloriosa carreira da Professora Vera Andrade, que acolheu na Ilha de Santa Catarina muitas almas críticas que perambulavam por todo o país em busca de um espaço para produzir criminologia crítica!

2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?

Atuei durante os três anos em que morei em Florianópolis e participei ativamente desta e das demais atividades acadêmicas da Professora Vera, minha orientadora de doutorado. Ou seja, de 2012 a 2015.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Eu já conhecia o USM por conhecer a produção e as atividades acadêmicas de Vera Andrade, por razões acadêmicas e pessoais, e por admiração acadêmica e pessoal. Quando cheguei no doutorado do PPGD, no início de 2012, logo fui incumbido de coordenar o grupo de estudos que tradicionalmente o grupo promovia.

4) COMO/onde VOCÊ ATUOU NO USM?

Atuei apenas no interior do CCJ, no grupo de estudos e na organização de eventos. Nossas atividades ocorriam, principalmente, na sala 309, do PPGD/UFSC, na qual constava uma plaquinha com o nome do USM.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

Organização do grupo de estudos, coordenação das reuniões do grupo de estudos, atualização do blog do USM, organização de eventos.

6) EXPLICITAR APRENDIZADO, CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

Ao longo de minhas atividades no USM aprendi, principalmente, que a docência na Universidade Pública exige uma crença muito grande na luta ideológica pela transformação das subjetividades e, conseqüentemente, do mundo. Foi possível notar as inúmeras dificuldades que os professores que procuram levar a cabo atividades de extensão enfrentam, desde os problemas com a burocracia da universidade, até a resistência dos professores (chegando até no boicote), a rotatividade dos alunos, a falta de financiamento, o pouco reconhecimento, etc. Ou seja, o principal aprendizado derivou da observação da abnegação da professora Vera, o que levo comigo em minha carreira de professor.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

Penso que se trata do grupo de extensão mais importante do cenário da criminologia crítica brasileira, que inspirou vários outros, tais como o grupo Candango, de Brasília, o Asa Branca, de Recife, o que coordeno atualmente na UFJF, dentre outros. Penso que o USM sempre permitiu aos alunos o contato com a realidade carcerária, o que contribuiu para a compreensão qualificada de fenomenologia da violência no Brasil. Penso que a cidade de Florianópolis tem muito a agradecer a Professora Vera, que remando contra a corrente esteve sempre comprometida com a denúncia da violência institucional, sobretudo a carcerária.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

A interação entre o USM, a disciplina de criminologia e as pesquisas que a professora Vera produz e orienta junto ao PPGD talvez seja o aspecto mais importante do projeto. Isso porque estes âmbitos da atividade docente se retroalimentam, proporcionando ao estudante, de graduação, de mestrado ou doutorado. Ou seja, ao mesmo tempo em que se contribui com a comunidade por meio das diversas atividades de extensão, obtém-se dados empíricos para as pesquisas o que, sem dúvida, informa as aulas da disciplina de criminologia.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

A falta de financiamento e a rotatividade dos estudantes, a maior parte voluntários, o que torna difícil a continuidade das atividades semestre após semestre.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Acho que, para além de todos os injustiçados que em alguma das atividades de extensão do USM foram auxiliados, o resultado mais positivo diz respeito à formação dos estudantes que passaram pelo USM, que em suas atividades profissionais, como operadores do direito ou professores, estão levando em frente à mensagem e o aprendizado do USM.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

Prejudicada.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

Quanto à minha vida, a atuação no USM é a maior influência em minhas atividades de pesquisa e extensão, que levo a cabo em minha atividade docente. Quanto ao público-alvo,

posso falar apenas quanto aos estudantes que participaram das atividades e, nesse caso, pude perceber grande aprendizado e conscientização quanto à problemática da violência.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

Gostaria apenas de parabenizar pela pesquisa e, especialmente, à professora Vera, pela sua brilhante carreira docente, que transformou tantas vidas, inclusive a minha.

- **GABRIELA JACINTO**

1) COMO COMECARAM E COMO TERMINARAM AS ATIVIDADES DO USM?**2) QUANDO VOCÊ ATUOU NO USM?**

Iniciei no Universidade Sem Muros quando estava cursando Direito no CESUSC, no Ano de 2008 (Se não me engano) e permaneci até 2014 atuando, ainda, me considero do USM, porém, neste momento não estou envolvida em nenhum projeto.

3) COMO VOCÊ CONHECEU O USM OU COMO CHEGOU ATE O USM?

Como eu estava realizando Pesquisa no Presídio Feminino de Florianópolis, me envolvia em Grupo de Estudos e por convite da Professora de Direito Penal Camila Prando, coordenadora de um dos Grupos que eu frequentava no Cesusc cheguei até o USM.

4) COMO/onde VOCÊ ATUOU NO USM?

Primeiramente participei dos grupos de estudos do USM, após, iniciamos um Projeto no Presídio Masculino de Florianópolis, realizando um mapeamento do local e da situação em que os criminalizados se encontravam. Realizamos um projeto no Presídio Feminino, peticionando pedidos de liberdade provisória, revogação da prisão preventiva, *Habeas Corpus*, prisão domiciliar. Firmamos convenio com a Secretaria de Justiça e Cidadania para a prestação de orientação e serviço judiciário gratuito e voluntário as apenadas do Presídio Feminino de Florianópolis, que não possuíam condições financeiras e econômicas de arcar com custas, honorários e demais despesas de uma advocacia privada. Realizamos a Conferencia Nacional de Segurança Pública, em que juntamente com as mulheres

encarceradas formulamos diretrizes, o mesmo trabalho foi realizado no Monte Serrat e no Presídio Masculino. Em 2013 o USM fez parceria com a CEPEVID. Ministramos Mini Cursos para a Comunidade em geral. Firmamos parceria com a Central de Penas Alternativas.

5) EXPLICITAR ATIVIDADES

1. Ministrar Mini Cursos
2. Atividades em Campo
3. Presídio Feminino de Florianópolis: Conferencia Nacional de Segurança Pública, com formulação de diretrizes, as quais foram encaminhadas à Brasília; Mapeamento do Local; Verificar situação das mulheres presas sem assistência jurídica; realização de pedidos almejando a liberdade.
4. Presídio Masculino de Florianópolis e Penitenciária: Conferencia Nacional de Segurança Pública, com formulação de diretrizes, as quais foram encaminhadas à Brasília; Mapeamento do Local; verificação de memorandos internos; verificação de tempo de progressão de regime.
5. Seminários e Conferencias para discussão de Justiça restaurativa.

6) EXPLICITAR APRENDIZADO , CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA ADQUIRIDOS

O aprendizado é muito além do acadêmico, muito além da teoria, pois a minha passagem pelas vielas em que o USM muros percorreu foi de extrema grandeza, me constituiu também como pessoa, me ajudando a ser um ser humano melhor, capaz de enxergar o mundo pela ótica da criminologia e das pessoas esmagadas pelo sistema punitivo.

7) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O CURSO DE DIREITO E A COMUNIDADE-SOCIEDADE

O Projeto é de grande valia para estudantes de direito, uma vez que, além de estudar a teoria, podem ter contato com a prática e ver a realidade do sistema prisional e das pessoas selecionados por ele. O mesmo podemos dizer em relação a comunidade e sociedade, que se beneficiam dos projetos, na medida em que são olhados pelas suas necessidades, e a partir disso podem ter e ver modificadas situações tão difíceis e dolorosas.

8) QUAL O SIGNIFICADO DO PROJETO PARA O ENSINO A PESQUISA E A EXTENSÃO

O projeto trabalha na necessidade urgente da sociedade, e o que são? Aqueles extremamente excluídos, rotulados e tratados como inimigos sociais, ainda, trabalha com aqueles que são invisíveis ao olhar social, que a sociedade conservadora procura encarcerar ou varrê-los para baixo do tapete. Como o projeto tem por base a criminologia crítica, que procura contribuir para melhor compreender as mazelas sociais e desvendar o que muitas vezes estão ocultos, tanto o ensino, como a pesquisa e extensão são beneficiados, pois os projetos abrangem esses três eixos.

9) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS AO LONGO DO PROJETO?

A meu ver uma das maiores dificuldades ao longo do projeto seria a tentativa de boicote por partes de pessoas que trabalham dentro do sistema, em que dificultavam a nossa entrada nos presídios e penitenciária, criavam casos para nos reprimir ou para nos impedir de continuar.

10) QUAIS OS RESULTADOS MAIS POSITIVOS ALCANÇADOS?

Penso que os resultados mais positivos alcançados seriam a divulgação e o alcance do projeto nas comunidades em geral, além, da incansável ida a campo, que foi capaz de modificar algumas realidades.

11) QUAL ERA A REAÇÃO DOS PRESOS E DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS AO LONGO DAS VISITAS DO USM? VOCÊ SENTIA ALGUMA PROXIMIDADE COM ELES?

Os presos inicialmente desconfiavam um pouco, alguns nos perguntavam: o porque de estarmos ali e se preocupar com eles e com a situação que eles viviam, se a sociedade em geral queria vingança e queria mais é que eles sofressem? Após responder que víamos as coisas por outra ótica, firmávamos uma relação de confiança, na medida em que eles nos contavam as coisas e não sofria qualquer tipo de punição, sinal que não contávamos nada para administração, assim, quanto aos presos e presas sempre foi tranquilo. Em relação aos agentes prisionais era muito difícil a convivência.

12) COMO VOCÊ AVALIA A ATUAÇÃO DO USM E A INFLUÊNCIA QUE ELE TEVE TANTO NA SUA VIDA QUANDO NA VIDA DO SEU "PÚBLICO ALVO"?

A minha avaliação quanto à atuação no USM e a influencia que ele teve em minha vida é a melhor possível, pelo amadurecimento em cada projeto e pelos aprendizados pessoais que irei carregar para sempre. O público alvo, acredito que se sentiu satisfeito, pois tudo era pensado para eles, para o bem, para melhorar a situação e amenizar o sofrimento.

13) VOCÊ TEM ALGUMA CONSIDERAÇÃO A FAZER SOBRE O PROJETO?

- **OBSERVAÇÃO:** A PUBLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS UTILIZADAS NESSA MONOGRAFIA FOI DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELOS PARTICIPANTES DO LINK ABAIXO:

<http://goo.gl/forms/XC1mBNueZT>